CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO AGRÍCOLA NO VALE DO TAQUARI: A ESCOLA AGRÍCOLA TEUTÔNIA (1952 -1977)

Rosana Fiegenbaum

Lajeado, Dezembro de 2014

Rosana Fiegenbaum

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO AGRÍCOLA NO VALE DO TAQUARI: A ESCOLA AGRÍCOLA TEUTÔNIA (1952 -1977)

Monografia apresentado na disciplina de Trabalho de Conclusão II, do Curso de Licenciatura em História, do Centro Universitário UNIVATES, como parte da exigência para obtenção do título de licenciada em História.

Orientadora: Prof.ª Drª Márcia Solange Volkmer

Lajeado, Dezembro de 2014

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO AGRÍCOLA NO VALE DO TAQUARI: A ESCOLA AGRÍCOLA TEUTÔNIA (1952 -1977)

A Banca examinadora abaixo aprova a Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão II, do Curso de Licenciatura em História, do Centro Universitário UNIVATES, como parte da exigência para obtenção do título de licenciada em História:

Prof.ª Drª Márcia Solange Volkmer – orientadora
Centro Universitário UNIVATES

Prof. Me. Sérgio Nunes Lopes
Centro Universitário UNIVATES

Lajeado, Dezembro de 2014.

AGRADECIMENTO

Agradecer, um ato muito importante depois de uma longa caminhada para chegar até este momento de conclusão de curso e da monografia. Neste percurso muitas pessoas se fizeram presentes diariamente, outras transmitiam pensamentos e palavras positivas. Jamais esquecerei destas pessoas que não mediram esforços e seu tempo para me apoiar e acompanhar.

À minha professora orientadora Márcia Solange Volkmer que sempre esteve ao meu lado durante o trabalho de monografia, orientando com atenção, paciência, dedicação, conselhos e na luta para que este trabalho se tornasse um sucesso.

Minha querida cunhada, que foi minha revisora do conteúdo de Português que se esforçou para corrigir o trabalho da melhor forma e agilidade, valeu.

Ao corpo administrativo do Colégio Teutônia, diretor Jonas, administradora Fabiane entre outras, que confiaram em minha pessoa para que pudesse fazer este resgate histórico do Colégio, confiando a mim a chave de acesso ao arquivo e a toda documentação disponível no acervo. Agradecer pela paciência e pela confiança que transmitiram para que este trabalho fosse concluído.

Em especial a minha família, esta que se fez totalmente presente e que muitas vezes deixei de acompanhar ou visitar, desculpas, mas foi por um bom motivo - é chegado o momento da tão sonhada conclusão do curso.

Mãe Lira, sempre dedicada, atenciosa e incentivadora que afirmava: ”Chegará ao fim, mais um pouco”, quando não restavam mais muitas energias e faltava tempo. Obrigada por confiar em mim e estar ao meu lado dando forças!

Pai Octacílio, atento, preocupado e interessado, mas que acabava brincando dizendo: “Mais um papel para sua pasta”, isto mesmo pai, mais um, mas este com certeza abrirá mais portas e outros caminhos na minha vida.

Companheiro Milton, desculpe pelos momentos turbulentos, angustiantes, nervosos, mas agradecer pela sua paciência, carinho, auxílio e acima de tudo por estar ao meu lado me apoiando no que fosse necessário.

Obrigada, a todos que foram decisivos em minha caminhada durante o ano de 2014.

LISTAS

LISTA DE ABREVIATURAS.....5
LISTA DE GRÁFICOS.....6

LISTA DE ABREVIATURAS

FAT – Fundação Agrícola Teutônia

RS – Rio Grande do Sul

PRR – Partido Republicano Rio-grandense

EJA – Educação de Jovens e Adultos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

AMVAT – Associação dos Municípios do Vale do Taquari

ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços

EXMO – Excelentíssimo

SEC – Secretaria da Educação e Cultura

D. – Dom

IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de matrículas realizadas no Colégio Teutônia entre 1966 e 1972 80

RESUMO

O Brasil constitui-se como um país de economia essencialmente agrária, característica que constituiria os projetos estatais e as relações sociais. Nas primeiras décadas do século XX, diante do processo de industrialização, o setor agrário é estimulado a se renovar. Havia a necessidade de revitalizar as técnicas de cultivo e modernizar a estrutura das propriedades agrícolas, para poder acompanhar os avanços tecnológicos e aumentar a produtividade. Nesse sentido, atribui-se um papel fundamental para as escolas de ensino técnico, que possibilitariam a formação que o homem do campo necessitava. As escolas agrícolas, ao ensinar as práticas necessárias para a lida na agricultura, estariam contribuindo para a fixação da mão-de-obra ao campo e formando tecnicamente esses alunos para o incremento na produção. No Vale do Taquari, que a partir do processo de colonização constitui a sua economia com base na produção rural de pequenas propriedades, o desenvolvimento da agricultura será um preocupação central. Congregando esforços da Comunidade Evangélica de Teutônia e demais autoridades dos municípios da região, no ano de 1952, será criada a Escola Técnica Rural. Esta instituição, voltada ao ensino técnico agrícola, seria constituída com o propósito de dar formação aos filhos dos agricultores da região, para que pudessem contribuir com o desenvolvimento econômico das propriedades familiares. A partir da pesquisa nas fontes documentais da Escola este trabalho estuda a estruturação desse espaço educativo nos seus primeiros 25 anos de funcionamento. Mapeia-se o contexto de sua formação, a estrutura curricular, as alterações físicas e os cursos ofertados, dando destaque aos agentes sociais que participaram desse processo. O trabalho evidencia a importância desta instituição no cenário educativo do Vale do Taquari

Palavras-chave: Ensino agrícola – Escola Técnica Rural – Vale do Taquari.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 9

1 EDUCAR PARA MODERNIZAR A AGRICULTURA – O ENSINO TÉCNICO AGRÍCOLA NO INÍCIO DO SÉCULO XX 20
1.1 O ENSINO AGRÍCOLA E OS CURSOS TÉCNICOS RURAIS NO BRASIL 21
1.2 A REGIÃO DO VALE DO TAQUARI: IMIGRAÇÃO, COLONIZAÇÃO E AGRICULTURA 35

2 "OS TEMPOS, EM QUE O COLONO MAIS ATRASADO COLHIA AS MAIORES BATATAS, JÁ SE FORAM" - O ENSINO AGRÍCOLA NO VALE DO TAQUARI ... 42
2.1 OS PRIMEIROS PASSOS: A FUNDAÇÃO AGRÍCOLA TEUTÔNIA 43
2.2 A ESCOLA TÉCNICA RURAL (1952-1966) 54

3 "NA EDUCAÇÃO DE SEUS FILHOS ESTÁ A SOLUÇÃO DE INÚMEROS DOS SEUS PROBLEMAS" - O COLÉGIO AGRÍCOLA TEUTÔNIA 73
3.1 O COLÉGIO AGRÍCOLA TEUTÔNIA (1966-1977): CURSOS, MATRÍCULAS E O QUADRO DE FUNCIONÁRIOS. 75

CONSIDERAÇÕES FINAIS 86

FONTES CONSULTADAS 89

REFERÊNCIAS 91

ANEXOS 98

INTRODUÇÃO

O ensino agrícola no Brasil tem uma longa trajetória, vinculada à característica essencialmente agrária do país. Este trabalho tem como objetivo descrever a trajetória do ensino agrícola no Brasil nas primeiras décadas do século XX, e o estabelecimento da primeira escola agrícola na região do Vale do Taquari. Este período é caracterizado pela necessidade de implementar um ensino direcionado ao setor agrícola, com o objetivo de revitalizar a economia agropecuária que passa a ser julgada como atrasada no final do século XIX. Neste cenário econômico de dificuldades e procura por melhorias se dará a criação de uma instituição educacional com ênfase ao ensino agrícola no Vale do Taquari. Nomeada de Escola Técnica Rural, localizada na vila Teutônia, município de Estrela, seria fundada no ano de 1952.

Neste trabalho, são pontuadas as razões que possibilitaram a criação desta escola no Vale do Taquari, bem como as mudanças na sua estrutura curricular e de ensino ao longo de 25 anos. A Escola, hoje nomeada Colégio Teutônia, ainda está em funcionamento, oferecendo junto ao ensino básico regular, alguns cursos técnicos voltados ao campo. Até o ano de 1977, no entanto, a instituição está voltada essencialmente para a educação técnica agrícola. Nesse sentido, pesquisou-se a trajetória da Escola a partir de sua fundação, em 1952, evidenciando a importância desta instituição para o desenvolvimento da economia agrícola do Vale do Taquari.

Esta pesquisa justifica-se, portanto, pela importância dada ao ensino agrícola na região do Vale do Taquari, e pela inexistência de trabalhos que referenciem essa instituição. A Escola Técnica Rural surge com a finalidade de atender aos meninos

interessados em aprender sobre a lida agrícola, oferecendo formação técnica específica para alunos oriundos de toda a região do Vale do Taquari. Nas palavras dos idealizadores do projeto, evidencia-se a inter-relação dos interesses regionais, vinculados à atividade agrícola, com a origem da escola:

> A finalidade da Fundação Agrícola Teutônia é criar, manter e administrar um estabelecimento de ensino agrícola, destinado, de preferência, a jovens filhos de agricultores e aos que revelam vocação rural, procedente do Município de Estrela e circunvizinhos. (Acervo documental da Escola. Livro de Atas, ano de 1952, p.22).

O Ensino Agrícola no Brasil surgirá a partir da necessidade de atender às especificidades e demandas do trabalhador do campo com direito a uma nova profissionalização e educação. Por muito tempo, o trabalho na agricultura não foi bem visto devido ao seu atraso quanto ao uso de tecnologias, e os avanços científicos passam a ser considerados um fator de desenvolvimento para o país e, consequentemente, estimulados pelo governo. No início do século XX, de acordo com SOBRAL (2009, texto digital), a economia do Brasil era sustentada pela atividade agroexportadora do café, que sofrerá mudanças a partir da evolução, modernização e da pressão da classe agrária para acompanhar o processo de industrialização que se apresentava no cenário mundial. [1]

Nesse contexto, a expansão do Ensino Agrícola ocorre a partir de 1906, com a aprovação dos recursos do governo para as escolas profissionalizantes no Brasil, as denominadas escolas agrícolas. Com a sua criação, o governo pretendia conter o movimento migratório do campo para as cidades e elevar a produtividade no meio rural, pressionado pela classe agrária do país e pelo processo da industrialização.

No ensino agrícola, o trabalhador recebia as instruções necessárias para a execução de suas tarefas agrícolas. As escolas agrícolas eram as responsáveis por estaProblema de Pesquisa instrução e pela formação dos trabalhadores em diferentes níveis. De acordo com (COAGRI apud GRITTI, 1982, p. 33):

> A ênfase para com a formação de um quadro dirigente, além de agrônomos e técnicos, fica evidenciada no objetivo que projeta a reorganização do ensino agrícola, como também o vínculo da formação/institucionalização ao processo de desenvolvimento e

[1] GONÇALVES, Mônica Alves; SILVA, Maria Aparecida da. (Orgs.). **Trabalho e educação:** o ensino profissional e o desenvolvimento rural, 2011, texto digital. Disponível em:<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/view/857>. Acesso em: 02 jul. 2014

> complexificação da produção agrícola. Assim, com essa Lei vieram inovações importantes. Uma delas foi a classificação dos estabelecimentos de ensino agrícola: escolas de iniciação agrícola, que ministrava apenas as duas primeiras séries do primeiro ciclo e concediam certificado de operário agrícola; escolas agrícolas, que abrangiam as quatro séries daquele ciclo e forneciam certificado de mestre agrícola, e escolas agro técnicas, onde eram ministradas todas as séries do primeiro e segundo ciclo, recebendo o concluinte o diploma de técnico agrícola. [2]

Inserida nas discussões da História da Educação, esta monografia apoia-se conceitualmente na História das Instituições. A partir do estudo da trajetória histórica da Escola Agrícola Teutônia, tem-se a possibilidade de traçar os ideais da escola como uma instituição educativa atuante no contexto da região e no Estado do Rio Grande do Sul. A história da escola será analisada, portanto, em seu contexto histórico. Dessa forma, consegue-se estabelecer as características que identificam a instituição, e acompanhar as suas transformações nos primeiros 25 anos de atuação.

> A história das instituições educativas investiga o que se passa no interior da escola pela apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela tenha se transformado no decorrer dos tempos. (MAGALHÃES, apud GATTI JÚNIOR, 2002, p. 20)

Haverá a preocupação de descrever as suas principais características como instituição educativa, refletindo sobre a sua importância para a comunidade de Teutônia e para a região do Vale do Taquari, com base nas ideias de Gatti Júnior:

> Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, e por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico (GATTI JÚNIOR, 2002, p. 30)

A monografia se desenvolveu a partir da pesquisa no acervo documental disponível na Instituição. Trata-se de documentos diversos (livros de atas, escrituras, ofícios e circulares, estatutos, registros de matrículas, fichas de funcionários, relatórios) arquivados nos setores do arquivo passivo, administrativo, secretaria e na biblioteca do Colégio Teutônia. Estas fontes permitiram o estudo da origem da Escola Técnica Rural em 1952 até a oficialização do nome Colégio Agrícola Teutônia, problematizando os seus objetivos, a atuação da instituição e a importância do ensino agrícola para a região.

---

[2] GRITTI, Silvana Maria. **Educação Profissional rural:** formação técnica. 2008. v. 33. Disponível em:<http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2008/01/a8.htm>. Acesso em: 29 jun. 2014.

A análise dessa documentação permite mapear os principais aspectos históricos e as características da instituição a partir da sua criação. São estudadas as motivações e dificuldades, seu desenvolvimento, conquistas, objetivos, construções e ampliação da estrutura escolar. Num segundo momento, mapeiam-se os cursos e disciplinas ministradas, o perfil dos professores, alunos e funcionários, os projetos e as propostas pedagógicas e as mudanças na denominação do nome da escola. Com base em (BUFFA, 2002, p. 27):

> Investigar o processo de criação e de instalação da escola, a caracterização e a sua utilização do espaço físico (elementos arquitetônicos do prédio, sua implantação no terreno, seu entrono e acabamento), o espaço do poder (diretoria, secretaria, sala dos professores), a organização e o uso do tempo, a seleção dos conteúdos escolares, a origem social da clientela escolar, e seu destino provável, os professores, a legislação, as normas e a administração da escola. Estas categorias permitem traçar um retrato da escola com seus atores, aspectos de sua organização, seu cotidiano, seus rituais, sua cultura e seu significado para aquela sociedade.

A história do Colégio Agrícola Teutônia, como instituição escolar, será pesquisada a partir da análise de diversos aspectos históricos. Sua trajetória será traçada evidenciando os principais acontecimentos, expectativas e experiências durante o período. Como entidade escolar que surgiu a partir da mobilização de um grupo de pessoas e da necessidade da comunidade local em fundar uma escola, que daria a formação necessária aos seus filhos, a instituição adquire um significado particular para a comunidade de Teutônia.

Trata-se de um grande desafio traçar a trajetória desta escola, considerando-se o seu grau de importância para a região. Sua proposta voltada ao ensino agrícola e a mobilização de um grande conjunto de pessoas que tornou possível a sua criação evidenciam os distintos atores sociais que participaram deste processo. Por detrás da instituição – prédio e atuação – estão uma série de relações sociais que caracterizam a vida desta escola. Nesse sentido, o Colégio Agrícola Teutônia configura-se como um espaço de atuação de múltiplos agentes.

> O grande desafio de fazer a História das Instituições Escolares é construir espaços e não apenas lugares. Espaço compreendido como um cruzamento, como movimento, contraposto a lugar como ordem, relação entre elementos posicionados entre si, preestabelecidos. Assim, um lugar admite muitos relatos de espaços vistos de forma diferente em decorrência dos atores e acontecimentos, em decorrência dos projetos e das temporalidades. Assim, “existem tantos espaços quantas experiências

> espaciais distintas", pois os espaços estão vinculados a ações de sujeitos históricos (MERLEAU-PONTY apud CERTEAU, 1996, p. 202).

Para o entendimento da configuração desse *espaço escolar* foi fundamental a pesquisa aos documentos da instituição. Da mesma forma, foi dada atenção a todos os agentes históricos envolvidos no processo de criação desta escola. Para a apresentação dos resultados, a presente monografia foi dividida em três capítulos.

O capítulo 1 intitulado *Educar para modernizar a agricultura – O ensino técnico agrícola no início do século XX* descreverá a estrutura e propósitos do ensino agrícola e dos cursos técnicos rurais no Brasil. São Contextualizados os discursos que, no início do século XX, preconizam a modernização da agricultura**,** e que conferem ao ensino técnico agrícola participação importante nesse processo de reestruturação do campo. Também neste capítulo são vinculados desde os processos de imigração e colonização até a importância que a agricultura adquire no Vale do Taquari, e ainda a demanda de novos investimentos no setor, que estimulam a criação da primeira escola agrícola na região.

O sistema educacional no Brasil, desde o seu Período Colonial, foi influenciado pelas características agrárias do país. A partir do século XX, quando acontecem mudanças e evoluções no seu sistema de trabalho, a fim de acompanhar a industrialização, o ensino direcionado ao setor agrícola também será reestruturado atendendo às exigências do novo período.

Sentindo a necessidade da modernização, a agricultura brasileira evoluirá através de métodos e técnicas produtivas, e este contexto social e econômico do país favorecerá o surgimento das primeiras escolas de agricultura, que se difundem com o passar dos anos. A educação agrícola regular, ou formal, surgirá no Brasil no final do período imperial, quando são instituídas as escolas profissionalizantes direcionadas à educação agrícola no país. Em 1877, são criados dois níveis para o ensino agrícola: o elementar e o superior. De acordo com (GOUVEIA, 2005, p. 48):

> Enfim, o contexto social e econômico exigia que as iniciativas oficiais surgissem. As primeiras escolas de agricultura ofertavam cursos com duração em média de dois anos e, a partir de 1877, foram estabelecidos dois níveis para o ensino agrícola: o elementar – habilitando

> operários e regentes agrícolas e florestais – e o superior – destinado a formar agrônomos, engenheiros agrícolas, veterinários e silvicultores.

No final do século XIX, o Ensino Agrícola tinha por objetivo formar profissionais para trabalhar na agricultura. Havia a necessidade de introduzir inovações no cultivo e novas técnicas no setor agrícola, que manteria a economia cafeeira estável. Este período é marcado pela criação das escolas agrícolas que seriam uma opção para transformar a população rural em mão de obra ativa e produtiva. De acordo com (CALAZANS, 1993, p. 15):

> É com o fim da escravidão, com a produção cafeeira e também com o desenvolvimento de outras culturas de importância para a agricultura, que decorre a necessidade de qualificação para o trabalho agrícola. Assim, o ensino da escola elementar, como a escola técnica de 2º grau, começou a impor-se como uma forma de suprir as necessidades que se esperava serem atendidas a partir do ensino escolar.

No período republicano, as escolas profissionalizantes serão reestruturadas. A transição para o século XX pontua, no Brasil, o início do processo de industrialização, e as mudanças decorrentes desse processo: cultivo e fornecimento de matérias-primas; a necessidade de mão-de-obra e a consequente política de atração dos imigrantes europeus; ampliação das atividades agrícolas de subsistência e desenvolvimento dos centros urbanos.

Em 1910, é criado o 1º regulamento oficial do ensino agrícola, o qual cria e aprova o ensino agronômico. (CAPDEVILLE, 1991, p. 19) salienta que esse decreto deu forma legal e disciplinada ao ensino agrícola, sob a supervisão do Ministério da Agricultura, pondo fim ao período que se caracterizou como “de tentativas e iniciativas autônomas, sem nenhuma orientação ou regulamentação do governo central”.

Nesse contexto, o Ministério da Agricultura procurará fixar os trabalhadores nacionais à terra e ofertará o ensino agrícola no nível básico. De acordo com FEITOSA (2006, texto digital): “a oferta do ensino agrícola de nível básico ocorreu por meio de instituições como os patronatos agrícolas, que tinham como objetivo fundamental o aproveitamento dos menores, transformando-os em mão-de-obra barata para os grandes fazendeiros aumentarem a oferta de produtos

agropecuários, impedindo o êxodo rural e disciplinando esses alunos por meio de um sistema rígido de conduta."[3]

Nesse sentido, são criadas duas instituições para fixar o trabalhador nacional à terra: os Aprendizados Agrícolas e os Patronatos Agrícolas, que formavam trabalhadores capazes de manejar máquinas e técnicas de cultivo. Após 1930, novas reformas no ensino agrícola são propostas pelo ministro da educação, Gustavo Capanema, que implementará uma série de leis orgânicas de ensino. O sistema educacional, a partir destas leis, apresentará um sentido dualista, sendo a camada mais alta da população atendida em escolas de ensino secundário e após, no ensino superior, enquanto a camada mais baixa estudará em escolas primárias e profissionais com formação mais rápida para o trabalho. De acordo com (SOARES apud TAVARES, 1999, p. 22-23):

> O ensino técnico agrícola carrega a mesma marca discriminatória que caracterizou o ensino técnico no país. Sua origem remonta ao início do século XX, com a instalação dos Patronatos Agrícolas e dos Aprendizados Agrícolas, estabelecimentos que alcançaram uma maior dimensão em termos estruturais entre os anos 20 e 40 (do século XX). De feição marcadamente assistencialista e com um caráter eminentemente prático ofereciam um ensino aos menores "desfavorecidos economicamente".

Em 1946, o Ministério da Educação aprova a Lei Orgânica do Ensino Agrícola que passa a ter três cursos: a) o Ensino Agrícola que teria duração de três anos e formaria capatazes, ofertado a alunos a partir de 14 anos com curso primário completo, e que preservaria o caráter de "escola de trabalho"; b) o Ensino Rural, com duração de dois anos e que formaria trabalhadores rurais. Atendia estudantes maiores de 12 anos com instrução primária, e estava baseado em aulas práticas; c) Curso de Adaptação era um novo curso que direcionaria as crianças e adolescentes para ser o "trabalhador em geral". Geralmente eram os adultos que procuravam este ensino, que não fornecia diploma. O curso não contava com calendários estipulados, era organizado durante qualquer época do ano, constituindo um curso com rápida

[3] SÁ, Jean Magno Moura de Sá. **O público e o privado no ensino agrícola no Maranhão:** do início ao ruralismo pedagógico, 2006, texto digital. Disponível em:**<**http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada9/_files/ptGlPUEN.doc>. Acesso em: 29 jun. 2014.

duração, no qual qualquer pessoa que estivesse interessada poderia se matricular, sem distinção de sexo ou idade.

Diante do aumento de alunos matriculados, a Lei Orgânica implementada forçará o Ministério da Educação a aprovar um novo decreto que mudará os antigos estabelecimentos para cinco novas modalidades que passarão a ser denominadas de: 1) Escolas de Iniciação Agrícola que formariam para o Ensino Elementar de 1º e 2º anos do primeiro ciclo de Ensino Agrícola; seria a primeira fase do curso primário regular. 2) Escolas Agrícolas que iriam ensinar o Ensino de Iniciação Agrícola e o Curso de Mestria, seriam os 3º e 4º anos do primeiro ciclo, fase final do curso primário regular. 3) Escolas Agrotécnicas que cuidariam dos Cursos Técnicos e Pedagógicos do 2º Ciclo do Ensino Agrícola, seria o ensino secundário regular, como também seria responsável pelos Cursos de Extensão e Aperfeiçoamento. 4) Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão, iriam ministrar o Ensino Agrícola e Veterinário com cursos Regulares de aperfeiçoamento e especialização técnica aos quadros de carreira do Ministério da Agricultura, incluindo os Cursos Avulsos de extensão universitária. 5) Centros de Treinamento (CTs) que formariam trabalhadores rurais que atuariam diretamente com a atividade agrícola.

Nas décadas de 1960 e 1970, o Brasil adotará em seu ensino agrícola o modelo de “escola-fazenda”, que terá como princípio o “aprender a fazer fazendo” que seguirá um sistema de produção agrícola com foco na grande produção. Este período será caracterizado pelo aumento da produção de alimentos, mudanças no trabalho e emprego no campo, junto com as inovações científicas, tecnológicas e a mecanização das propriedades.

Instituída a Lei de Diretrizes e Bases, em 1961, passa-se a chamar as antigas escolas de ginásio agrícola. Já a escola agrotécnica passaria a se chamar de colégio agrícola, com base em três séries do segundo ciclo e diploma de técnico agrícola. Ao final dos anos de 1970 e início de 1980, a formação profissional será colocada em questão, e a escolarização profissional do trabalhador não será mais motivo para assegurar uma vaga de trabalho fixa, já que o empregador alegará a falta de profissionalização do mesmo. Neste período, o Brasil passará por outro processo de reorganização da sua base produtiva, de acordo com (RIBEIRO, 2002, p. 12):

> Um contexto em que os movimentos sociais perdem a sua força na luta contra o desemprego e contra emendas constitucionais que eliminam paulatinamente direitos de proteção ao trabalho, conquistadas pelos movimentos sindicais, em lutas bastante difíceis que vão do início do século XX até o final dos anos de 1980.

"*Os tempos, em que o colono mais atrasado colhia as maiores batatas, já se foram" - O Ensino Agrícola no Vale do Taquari* nomeia o Capítulo 2 deste trabalho. Nesta etapa, depois de mapear os contextos econômicos e as alterações na legislação que configuram o ensino agrícola no país, far-se-á um resgate da história sobre o ensino agrícola no Vale do Taquari. Estuda-se a criação da Fundação Agrícola Teutônia, que será a mantenedora da Escola Técnica Rural, criada em 1952.

Neste sentido, ao pesquisar a origem da Escola Técnica Rural destacam-se os agentes envolvidos na sua criação e as razões que levaram a sua instalação no Vale do Taquari. Da mesma forma, estuda-se a sua estruturação e funcionamento até o ano de 1966, quando é transformada em Colégio Agrícola e tem a sua grade curricular reformulada.

Numa região com economia essencialmente agrícola, os esforços das autoridades políticas e demais representantes da sociedade foram congregados para o estabelecimento de uma escola técnica rural. Os objetivos eram atender à demanda de toda a região, capacitando a mão-de-obra rural de todos os municípios, e não somente privilegiar a vila de Teutônia, no então município de Estrela, local da escola. As primeiras manifestações tornam-se concretas no início da década de 1950, quando temos a formação de um grupo de indivíduos constituindo-se em Fundação, que terá o propósito de fundar a escola.

Em 19 de julho de 1952 ocorre o primeiro encontro dos principais representantes, os quais são convocados pela Comunidade Evangélica para em conjunto criarem a Fundação Agrícola Teutônia (FAT), entidade mantenedora da pretendida escola. Na oportunidade, foi empossado o Diretório Executivo, fazendo-se presentes vários idealizadores da Fundação e lideranças das municipalidades vizinhas que prometeram contribuir para a concretização da Escola Agrícola. No encontro, discute-se não somente a ordem agrícola desta entidade, mas também a

sua importância para o desenvolvimento técnico e científico da agricultura no Vale do Taquari.

Desde a sua origem, a escola esteve vinculada à estrutura educacional instituída no Rio Grande do Sul, fazendo-se presente nessa primeira reunião da Fundação o Superintendente do Ensino Técnico Profissional, senhor Mozart Pereira Soares. Dado o primeiro passo, com a criação da entidade mantenedora, as atenções e esforços seriam direcionados para estruturar fisicamente a escola, buscando-se verbas e ajuda financeira para comprar as terras e maquinário necessários para construir as instalações da nova escola agrícola.

Em reunião, no dia 3 de junho de 1953, os primeiros professores definem a legislação que permitirá o funcionamento legal da escola e, em 1º de agosto de 1953, inicia-se o funcionamento da Escola Técnica Rural no prédio da antiga subprefeitura de Estrela, oferecendo o curso de Administrador Rural. Em 11 de setembro de 1960 é inaugurada oficialmente a instalação do novo educandário com a presença do vice-presidente da República, João Goulart, e do governador gaúcho, Leonel Brizola.

No capítulo 3 *“Na educação de seus filhos está a solução de inúmeros dos seus problemas”- O Colégio Agrícola Teutônia* descreve-se o seu desenvolvimento até 1977, quando novamente haveriam mudanças para adequações à legislação. No ano de 1966, a escola, até então intitulada de Escola Técnica Rural, passará a ser denominada de Colégio Agrícola Teutônia. Apesar da mudança de nome e da reorganização curricular, mantem-se o principal propósito da instituição, que era a prática do ensino agrícola para os alunos interessados em obter aptidões e conhecimentos, que seriam reproduzidos nas propriedades rurais das famílias da região. Continua-se a ver no ensino agrícola, e na possibilidade de formar estes jovens nas práticas rurais, o caminho para as alterações que permitiriam uma melhor produtividade.

Em 1971, a Secretaria da Educação e Cultura (SEC), através de portaria, reconhece e autoriza a escola a oferecer o Primário, Ginásio Agrícola e o Curso Colegial Agrícola. De 1972 a 1975, a escola adaptará o 1º e 2º graus às exigências da Lei de Reforma do Ensino e, em 1973, estenderá o ensino de 5ª e 6ª séries para

as comunidades de Vila Schmidt, Linha Clara, Boa Vista, Languiru e Linha Geraldo. Em 1974 é autorizado pela SEC o funcionamento das habilitações do Técnico em Agropecuária e Auxiliar de Adubação.

Nestes 25 anos de história pesquisados nesta monografia, o Colégio Agrícola Teutônia demonstra que a construção de um espaço escolar demanda a congregação de distintas forças. Salienta-se a importância do estudo da legislação, da organização curricular, mas, sobretudo, a sua vinculação com a esfera social. A escola surgirá a partir de uma demanda concreta, vinculada à tentativa de melhoramento do setor agrícola na região do Vale do Taquari. Essa importância econômica e o esforço de uma coletividade promoveram a criação de uma escola que ainda hoje é importante no cenário educativo regional.

1 EDUCAR PARA MODERNIZAR A AGRICULTURA – O ENSINO TÉCNICO AGRÍCOLA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

A ocupação das terras do atual Estado do Rio Grande do Sul acontece inserida no projeto de expansão do Império Português, delimitando o seu território em oposição ao Império Espanhol. A partir do século XIX, as terras então ocupadas pelos indígenas no sul do Brasil, passam a receber os imigrantes que vinham do continente europeu, sobretudo da região da atual Alemanha. Este processo de colonização, iniciado na vila de São Leopoldo, e depois pensado para as distintas regiões do Rio Grande do Sul, atenderá aos esforços de ocupação do território e desenvolvimento da agricultura promovida pelo Império Brasileiro. Ao longo de todo o século XIX, milhares de imigrantes europeus cruzarão o Atlântico em direção ao sul do Brasil, e serão inseridos num sistema de ocupação do território, recebendo ou comprando pequenos lotes de terra e estabelecendo sua vida e família.

As terras do Vale do Taquari, situado na região central do Rio Grande do Sul, eram muito férteis, e logo atraíram o interesse das companhias de colonização, que lucravam no processo de venda dos lotes de terra aos imigrantes recém-chegados. Essas terras começam a ser povoadas pelos imigrantes europeus em meados do século XIX, quando os primeiros alemães chegam com a esperança de uma vida melhor. Os mesmos são atraídos pela possibilidade de adquirir um pedaço de terra onde pudessem se fixar e trabalhar, com base em um sistema familiar de pequena propriedade, praticando a agricultura de subsistência. Os imigrantes possuíam o conhecimento básico para a prática na atividade da agricultura e, decorrido o

processo de instalação, se organizaram em comunidades, procurando suprir a necessidade da educação aos seus filhos, criando assim as suas próprias escolas.

No Brasil, e também no Rio Grande do Sul, a preocupação com a agricultura e o seu desenvolvimento foi uma constante ao longo do século XIX. Num país essencialmente agrário e agrícola, o crescimento produtivo nessa área era uma das maiores preocupações. No momento em que as terras indicavam os primeiros sinais de esgotamento, e as técnicas de cultivo são caracterizadas como rudimentares, são elaboradas propostas que favoreçam um novo desenvolvimento no setor agrícola do país. Nesse sentido, perceber-se-á a necessidade de introduzir no setor agrícola inovações no cultivo, novas técnicas e reforçar o ensino agrícola, criando assim, escolas que atendessem esta necessidade. Na região do Vale do Taquari será criada a Escola Técnica Rural em 1952, localizada na vila de Teutônia, na cidade de Estrela. Essa escola passará a ter como base o ensino agrícola, ministrando técnicas de recuperação do solo e novas formas de cultivo a filhos de agricultores de toda a região.

1.1 O ENSINO AGRÍCOLA E OS CURSOS TÉCNICOS RURAIS NO BRASIL

O ensino agrícola tem a sua origem no Brasil ainda no período colonial, associado à economia agrária que caracterizou o país. Diante da necessidade de modernização da agricultura brasileira que andava empobrecida, pretende-se a introdução de métodos e técnicas mais produtivas. A partir do século XX, quando acontecem no país mudanças e evoluções no seu sistema de trabalho para acompanhar a industrialização, o ensino direcionado ao setor agrícola também será reestruturado atendendo às exigências do novo período.

Nesse sentido, a partir das primeiras décadas do século XX, o contexto social e econômico vigente transformou o cenário da área da educação, especificamente relacionado à educação agrícola. Foi o momento em que o campo passa a ser visto como o lugar do atraso. Com a certeza de que o país precisaria acompanhar os novos avanços científicos e técnicos, traça-se um projeto de mudanças também no setor agrícola, cuja reformulação dependeria de um ensino específico para a área.

No Brasil, a educação agrícola regular surgirá no final do período imperial, e será uma escola profissionalizante com foco na agricultura. A escola teria inicialmente dois cursos, o elementar, que formaria trabalhadores agrícolas, e o superior, que formaria agrônomos, engenheiros agrícolas e veterinários. As primeiras escolas surgirão pela iniciativa estatal, considerando a importância que o setor agrícola representava para a economia do país.

> O contexto social e econômico exigia que as iniciativas oficiais surgissem. As primeiras escolas de agricultura ofertavam cursos com duração em média de dois anos e a partir de 1877, foram estabelecidos dois níveis para o ensino agrícola: “o elementar – habilitando operários e regentes agrícolas e florestais – e o superior – destinado a formar agrônomos, engenheiros agrícolas, veterinários e silvicultores” (GOUVEIA, 2005, p. 48).

As primeiras tentativas de implantar o ensino agrícola no Brasil serão realizadas durante o período do Império, mas somente no período republicano que se dará ênfase à modernização do sistema capitalista, período marcado também pela reestruturação das escolas profissionalizantes. A transição para o século XX pontua, no Brasil, o início do processo de industrialização, e as mudanças decorrentes desse processo receberão a atenção dos líderes políticos: cultivo e fornecimento de matérias-primas, a necessidade de mão-de-obra e a consequente política de atração dos imigrantes europeus, ampliação das atividades agrícolas de subsistência e o desenvolvimento dos centros urbanos.

No Brasil serão criadas várias instituições agrícolas durante o século XIX, entre elas, o Imperial Instituto de Agricultura em distintas províncias, como Sergipe, Rio de Janeiro, Bahia e em Pernambuco, e a escola Rural Pedro II, criadas na década de 1860. No Rio Grande do Sul, os primeiros institutos de agricultura, dentre eles, o Instituto Sul Rio-Grandense, surgiram na década de 1880. Em Pelotas, em 1883, fundariam a Imperial Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Practica. Em 1945, essa Instituição seria federalizada, originando mais tarde, juntamente com outras faculdades, a Universidade Federal de Pelotas. Como afirma (MAGALHÃES, 1983, p.15):

> Na Corte, o governo imperial, preocupado com os altos custos de importação da vacina anti-variólica, fazia vir da França o Dr. Claude Rebourgeon, com o objetivo de que se passasse a fabricar no Brasil o

> antígeno. [...]Através de ofício, o pelotense José Júlio de Albuquerque Barros, Presidente do Rio Grande do Sul, dirigia-se à Câmara Municipal de Pelotas, para comunicar que era intenção do governo do Império fundar nesta província uma escola de agronomia e veterinária. E para avisar da chegada do Dr. Rebourgeon, devidamente comissionado, com o propósito de verificar se a cidade oferecia condições para esse estabelecimento. [...] As condições locais impressionaram positivamente ao Dr. Rebougeon: uma decisão governamental permitiu que se fundasse nesta cidade, ainda em 1883, a Imperial Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Pratica.

No final do século XIX, quando essas instituições são criadas, a economia do Rio Grande do Sul estará sob predomínio do sistema capitalista de produção na área comercial e industrial e sob diversificação da produção de mercadorias. Nesse sentido, se fortalecerá a pequena produção mercantil da zona rural e urbana, pretendendo o desenvolvimento econômico do Estado.

O período de 1889 a 1930, nomeado como Primeira República será caracterizada por um momento de transição capitalista no Estado. Assim, a economia e a sociedade do Rio Grande do Sul passariam por profundas mudanças: será o momento da grande expansão econômica e demográfica. Sua economia regional será essencialmente agroexportadora abastecendo os mercados regionais, principalmente o centro econômico do Brasil.

Junto à produção da pecuária tradicional, desenvolve-se uma economia de mercado interno, em função da produção agropecuária e agroindustrial proveniente da região das colônias. Nesse sentido, desenvolvem-se no Estado dois processos de desenvolvimento econômico, um vinculado à agro exportação e aos latifúndios, e o outro desenvolvido pelos pequenos proprietários e pela indústria nascente. No entanto, o Estado continua tendo a sua economia vinculada sobretudo ao setor agrário.

> Transcorreu, nesse período de 40 anos, a grande expansão comercial da lavoura de alimentos das colônias, o surgimento e a expansão da lavoura capitalista do arroz, bem como da indústria. A indústria era diversificada por uma ampla gama de bens leves de consumo e bens intermediários, sendo bastante articulada com a base primária. Essa indústria possuía, basicamente, um caráter regional, operava com salários superiores aos da indústria regional paulista, em relação à qual era menos concentrada (HERRLEIN JUNIOR, 1993, texto digital)[4]

[4] HERRLEIN JUNIOR, Ronaldo. **A trajetória do desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul.** 1993, texto digital. Disponível em:< http://cdn.fee.tche.br/eeg/1/mesa_1_herrleinjr.pdf>. Acesso em: 30 out. 2014.

No Rio Grande do Sul, as propostas de modernização econômica serão pontuadas pelas ideias positivistas. O Positivismo, uma “filosofia sistematizada por Augusto Comte, que pretende que o espírito humano deva renunciar a conhecer a natureza das coisas e contentar-se com as verdades tiradas da observação e da experiência dos fenômenos,”[5] foi a matriz que orientou os propósitos da elite política gaúcha no início do século XX. Essa filosofia ganharia força na ideia de incorporar a população, denominada de proletariado, à sociedade moderna. Assim, os positivistas republicanos aproveitariam os projetos das escolas públicas para conseguir instituir os objetivos da expansão capitalista para todo o Estado do Rio Grande do Sul.

> O positivismo e a política castilhista eram asseguradamente os limites do mundo pensado por esses agentes. A sua ancoragem na realidade era a prática com suas economias privadas, a produção e a venda de seus produtos agrícolas (JANTZEN, 1990, p. 87).

Nesse período da história republicana, o Estado direcionaria sua ação econômica à integração e ampliação do mercado interno, ao fortalecimento e à diversificação da economia estadual. Para tanto, definiria algumas ações: tributaria a propriedade da terra, buscaria reduzir os impostos indiretos que sobrecarregavam as exportações da região, enquanto aplicava recursos fiscais na rede pública de ensino básico e técnico.

Na economia gaúcha, ao final dos anos 1920 até a década de 1940, coexistem dois sistemas econômicos fortes, em duas áreas: zona urbana e rural. Na zona urbana, sua forma de trabalho estaria ligada diretamente a um trabalho assalariado que estaria na indústria, no comércio e nos serviços. Na área rural, sua economia estaria baseada principalmente na pecuária e na lavoura de arroz. Esta trajetória para a qual o governo estadual se direcionava foi fortemente influenciada por um núcleo de quadros políticos de forte coesão ideológica, influenciados pelo positivismo, comandado pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) sob uma forte disciplina e hierarquia de um partido político moderno.

---

[5] HOUAISS, Antônio. **Dicionário Básico Escolar** – Koogan-Larousse. Rio de janeiro: Editora Larousse do Brasil.

> Em nenhuma outra região brasileira o federalismo assumiu forma mais efetiva e radical do que no Rio Grande do Sul. A autonomia federativa serviu de instrumento para uma modernização da região. O reformismo agrário e a imigração se combinaram para criar uma numerosa e próspera classe média rural, a primeira do Brasil. Podia-se naqueles tempos promover uma industrialização autônoma financiada só pela poupança interna, e foi o que o Rio Grande do Sul fez. Administrações competentes utilizaram copiosos superávits orçamentários em investimentos infra-estruturais. (FREITAS, 1992, p. 36)

Este “modelo gaúcho” de desenvolvimento, criado a partir de uma profunda transformação da sociedade regional, traria a modernização econômica e política ao Estado do Rio Grande do Sul. Associada à essa modernização, repensa-se o papel das escolas e, sobretudo, o ensino técnico e agrícola no âmbito estadual. Neste período republicano teremos a criação do Patronato de Alegrete, na cidade de Alegrete, denominado de Patronato Dr. Lauro Dornelles que tinha como função formar profissionais para servirem de mão-de-obra para os estancieiros. Como relata (CORRÊA, 2010, texto digital) a respeito dos Patronatos “os Patronatos disciplinavam (tiravam da órbita das contestações sociais), preparavam mão-de-obra qualificada para os patrões através da utilização de recursos públicos.”[6]

O período de 1930-1961, marcado pela desestruturação dos pressupostos políticos e econômicos até então constituídos, inaugura um novo modelo regional de desenvolvimento que terminará numa crise da economia regional. Entre 1920 e 1950, a indústria gaúcha perderia mercados no centro do país e passaria a um processo de desconcentração industrial. No setor agropecuário, igualmente acontece uma queda nos valores comercializados. O principal produto da pecuária, o charque, em virtude da perda do mercado consumidor e aumento dos impostos sobre a produção, tem a sua produção e comercialização diminuída, e a agricultura passa a sofrer um processo de esgotamento da produtividade.

A economia regional apresentaria seus problemas devido ao enfraquecimento do desenvolvimento econômico durante a década de 1940, não conseguindo manter a taxa de crescimento próxima ou ligeiramente superior à média nacional. Nesse sentido, durante a década de 1930 a 1940, a economia gaúcha permaneceu com o

[6] CORRÊA, Anderson Romário Pereira. **O Patronato de Alegrete:** controle social e formação de mão-de-obra para os estancieiros, 2010, texto digital. Disponível em: < http://estrategiaeanalise.com.br/historia-pampeana/o-patronato-de-alegrete:-controle-social-e-forma%C3%87%C3%83o-de-m%C3%83o-de-obra-para-os-estancieiros.,72df4d94bd7a8e44998f9353e25bf545+01.html>. Acesso em: 30 out 2014.

mesmo padrão de produção e nas relações com as outras regiões apresentou uma ruptura no “modelo gaúcho” em vista das importantes mudanças na organização do Estado, e pela sua capacidade de se transformar economicamente e socialmente através de suas ações.

> A continuidade do padrão de acumulação regional após 1930 não se fez sem uma significativa defasagem da indústria, em comparação com o centro econômico do país. A produtividade cresceu em índices inferiores aos da indústria paulista, assim como os salários médios. (HERRLEIN JUNIOR, 2000, texto digital).[7]

Na década de 1950, teremos uma crise econômica especificamente regional porque nesta década o Brasil reforçará a sua economia, influenciada pelo Plano de Metas (1955-1959) instituído através do Estado desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek, que instalará novos setores industriais, instituindo uma nova fase da industrialização brasileira. O Plano de Metas prejudicará a economia da região gaúcha, porque promoverá uma integração rodoviária do mercado nacional, e os produtos produzidos pelos gaúchos passariam a concorrer com os mercados do centro e mesmo em sua própria região, de acordo com (HERRLEIN JUNIOR, 2002, texto digital).[8]

Nesse sentido, a partir de 1960, a economia gaúcha iniciará uma forma de gestão própria, através da implementação de novos setores produtivos, como por exemplo, a indústria de bens de consumo duráveis. Este cenário, portanto, passará a mudar a posição da produção gaúcha em diversos ramos nacionais da produção agrícola e industrial, possibilitando um novo crescimento econômico. A reação à crise se dará a partir do poder público estadual e pelos agentes econômicos regionais, que estavam submetidos a novas exigências concorrenciais. Através da reação acabam por mudar a estrutura da economia e da sociedade regional que favorecerá a retomada do crescimento e uma modernização produtiva, estabelecendo uma nova economia gaúcha a partir dos anos 1970.

---

[7] HERRLEIN JUNIOR, Ronaldo. **A trajetória do desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul.** 2000, texto digital. Disponível em:< http://cdn.fee.tche.br/eeg/1/mesa_1_herrleinjr.pdf>. Acesso em: 30 out. 2014.

[8] HERRLEIN JUNIOR, Ronaldo. **A trajetória do desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul.** 2002, texto digital. Disponível em:< http://cdn.fee.tche.br/eeg/1/mesa_1_herrleinjr.pdf>. Acesso em: 30 out. 2014.

Nas primeiras décadas do século XX, portanto, vive-se no Brasil um processo de profundas mudanças econômicas e sociais. Neste cenário, a educação e a escola passam a ser vistas como elementos que deveriam contribuir para o desenvolvimento que se pretendia. Em oposição ao progresso, no entanto, constata-se que a escola do século XIX não contemplava as novas demandas. Socialmente, demanda-se uma escola pública e laica, o que acaba redirecionando o papel do Estado no cenário educativo do país. Nessa intervenção estatal, atenção especial deveria ser dada à educação agrícola, uma vez que a economia do país ainda dependia essencialmente desse setor produtivo. Para modernizar e progredir, a educação técnica e agrícola passaria a ser uma peça muito importante.

Na Constituição Imperial de 1824, quando é instituída a primeira lei nacional vinculada à educação – a Lei Januário Barbosa – a educação no campo não é contemplada. Nesse período, as escolas serão construídas nas vilas. No entanto, a área da agricultura e agronomia já receberia a devida atenção, com a fundação da escola de agronomia na Bahia. Durante a Primeira República, a União se preocupará em instituir uma política destinada à escolarização na área rural. Neste período, no entanto, a educação foi pensada para dois setores distintos da população: teremos uma escola com educação para a classe dominante, e a outra voltada ao povo, segundo (SILVA, 2000, texto digital).[9]

Durante o 1º Congresso da Agricultura Patronal do Nordeste, em 1923, se definiria a construção de instituições, denominadas patronatos, para crianças menores de idade e pobres das regiões da zona rural. Nessa concepção, ao demonstrarem interesse na agricultura, essas crianças garantiriam o desenvolvimento agrícola que o país tanto necessitava, transformando estas crianças indigentes em cidadãos com valor e trabalhadores do campo.

Com o início da industrialização em meados dos anos 1920, surgirá a primeira sociedade de profissionais da educação com caráter nacional denominada de tecnificação pedagógica. Nesse momento, o governo financiará a construção das

[9] SILVA, Maria do Socorro. **Educação do Campo e Desenvolvimento:** uma relação construída ao longo da história, 2000, texto digital. Disponível em:< http://www.contag.org.br/imagens/f299Educacao_do_Campo_e_Desenvolvimento_Sustentavel.pdf>. Acesso em: 30 out 2014.

primeiras escolas primárias, denominadas de escola típica rural. Teremos ainda o funcionamento das Escolas Normais em todas as capitais do país, voltadas para a classe média.

O período da República Populista seria marcado pela Constituição de 1934, que irá reconhecer em caráter nacional a educação como dever do Estado, sendo obrigatório ao mesmo fornecer o ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória. Essas ações seriam estendidas para a educação dos adultos e financiariam a educação do campo. Nesse setor, destaca-se o ruralismo pedagógico, que se apresentaria na forma de missões rurais, que seriam semanas pedagógicas para formação de professores leigos, e investiriam em cursos de magistério rural, criando os Clubes Agrícolas.

Quando da promulgação da Constituição de 1946, define-se que a educação seria um direito de todos, sendo gratuita e laica. A mesma lei deixaria sob responsabilidade das empresas o ensino na área rural. A partir de meados do século XX são instituídas algumas leis orgânicas na área educacional: Lei Orgânica do Ensino Primário para adolescentes e adultos (EJA) de 1946; a Lei Orgânica do Ensino Agrícola instituído pelo decreto–lei nº 8.529 de 2/1/1946, que surgiria inicialmente através de uma visão sexista (separando os meninos e meninas nas escolas); a Lei Orgânica da Escola Normal instituída pelo decreto-lei nº 8.530 de 2 de janeiro de 1946, que compreenderia o curso normal regional, escola normal e o instituto de educação, sob predomínio de um caráter elitista devido à legislação e também à população que frequentaria esta escola (pessoas provindas da área rural e de classe média urbana).

Os anos 1960 representariam no setor educacional o aparecimento dos movimentos de educação popular, através de uma nova concepção que alfabetizaria jovens e adultos para servirem como instrumento de emancipação popular e de promoção do desenvolvimento nacional. Também seria instituído um Plano Nacional de Alfabetização. No período da Ditadura Militar teremos investimentos em programas e projetos de educação regionais, baseados no processo de modernização conservadora capitalista direcionada ao campo. Teremos a instituição do Ensino Médio, a reforma de ensino de 1º e 2º graus através da integração do primário com o ginásio em ensino de 1º grau, a ampliação da obrigatoriedade do

ensino para os oito anos, e o início para o trabalho através de uma visão profissionalizante.

Na esfera nacional, após o governo assumir a sua responsabilidade na área educacional, a educação primária e técnica evoluiria com a expansão da escola primária rural e a criação dos Clubes Agrícolas. Nesse contexto, a educação profissional iria direcionar o seu foco para atender a demanda dos futuros trabalhadores, sem qualificação, considerando os menos favorecidos socialmente, adquirindo uma feição assistencialista, como pontuado por alguns autores.

> O ensino técnico agrícola carrega a mesma marca discriminatória que caracterizou o ensino técnico no país. Sua origem remonta ao início do século XX, com a instalação dos Patronatos Agrícolas e dos Aprendizados Agrícolas, estabelecimentos que alcançaram uma maior dimensão em termos estruturais entre os anos 20 e 40 (do século XX). De feição marcadamente assistencialista e com um caráter eminentemente prático ofereciam um ensino aos menores “desfavorecidos economicamente”. (SOARES apud TAVARES, 1999, p. 22-23)

O processo de migração interna da população brasileira, pautado pelo êxodo rural, seria outro ponto importante nas decisões políticas e discussões que pautam a vida nacional a partir de 1940. Na tentativa de manter estas pessoas no campo, a opção encontrada pelos políticos e intelectuais era de dar força ao movimento do “ruralismo pedagógico”. Nessa proposta o ruralismo pedagógico, surge como uma forte corrente teórica ligada à educação nacionalista que desempenharia o papel de resgatar a educação do campo. Seria uma forma de levar ao campo a educação específica apoiada em materiais e recursos humanos próprios para esta realidade. A educação se daria através da mudança desde a questão curricular, o calendário escolar e a formação de professores. Sobre esse movimento pedagógico, (BEZERRA NETO, 2003, p. 11 e 15) explica:

> O termo ruralismo pedagógico foi cunhado para definir uma proposta de educação do trabalhador rural que tinha como fundamento básico a ideia de fixação do homem no campo por meio da pedagogia [...]. Para essa fixação, os pedagogos ruralistas entendiam como sendo fundamental que se produzisse um currículo escolar que estivesse voltado para dar respostas às necessidades do homem do meio rural, visando atende-lo naquilo que era parte integrante do seu dia-a-dia: o currículo escolar deveria estar voltado para o fornecimento de conhecimentos que pudessem ser utilizados na agricultura, na pecuária e em outras possíveis necessidades de seu cotidiano.

O ruralismo pedagógico seria uma forma encontrada para desenvolver a educação no campo que sofreria influências do desenvolvimento econômico do país.

> A introdução da educação rural no Brasil, pelo que se percebe em Sobral (2009), ocorre nas primeiras décadas do século XX, em um período de debate na sociedade sobre a importância da educação no campo para conter o movimento migratório e elevar a produtividade no meio rural. Nesse processo de introdução da educação para o meio rural no Brasil, o desenvolvimento do ensino técnico agrícola esteve relacionado às necessidades de desenvolvimento econômico do país, conjugado com o capital industrial e com o capital agrícola. Em outras palavras, o ensino agrícola se desenvolveu por pressão da classe agrária do país, para esta conseguir acompanhar o desenvolvimento da industrialização. Por isso, não é possível entender como este ensino se desenvolve no país sem entender os fatores socioeconômicos que o influenciaram.[10]

A trajetória da educação profissional no Brasil seria reorganizada a partir de 1910. Neste ano, é criado o 1º regulamento oficial do ensino agrícola que cria e aprova o ensino agronômico. (CAPDEVILLE, 1991, p. 19) salienta que esse decreto deu forma legal e disciplinada ao ensino agrícola, sob a supervisão do Ministério da Agricultura, pondo fim ao período que se caracterizou como "de tentativas e iniciativas autônomas, sem nenhuma orientação ou regulamentação do governo central".

Nesse sentido, o Ministério da Agricultura pretende fixar os trabalhadores nacionais à terra e ofertará o ensino agrícola no nível básico. De acordo com (FEITOSA, 2006, texto digital) "a oferta do ensino agrícola de nível básico se dará por meio de instituições como os patronatos agrícolas, com objetivo fundamental de aproveitar os menores, transformando-os em mão-de-obra barata para os grandes fazendeiros aumentarem a oferta de produtos agropecuários, impedindo, dessa forma, o êxodo rural".[11] Da mesma forma, em termos de disciplina e ordenamento social, aos alunos seria aplicado um sistema rígido de conduta. São criadas, portanto, duas instituições para fixar o trabalhador nacional à terra: os Aprendizados Agrícolas e os Patronatos Agrícolas, que formavam trabalhadores capazes de manejar máquinas e dominar técnicas de cultivo.

No Brasil, os Patronatos seriam criados no início da República em resposta à conjuntura gerada pela Primeira Guerra Mundial, com o objetivo de atender alunos

---

[10] GONÇALVES, Mônica Alves; SILVA, Maria Aparecida da. **Trabalho e educação**: o ensino profissional e o desenvolvimento rural, 2011, texto digital.

[11] SÁ, Jean Magno Moura de Sá. **O público e o privado no ensino agrícola no Maranhão:** do início ao ruralismo pedagógico. 2006, texto digital. Disponível em:<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada9/_files/ptGlPUEN.doc>. Acesso em: 29 jun. 2014.

que vinham da zona rural e da zona urbana. Aos alunos que vinham da zona rural seria incutida a força de trabalho, ou seja, adequá-los às necessidades de mão-de-obra do momento. Já aos da zona urbana, essas instituições objetivavam orientar e enquadrar os órfãos e desvalidos da sorte, com intenção de moldá-los à sociedade burguesa, para que não viessem a se transformar em uma ameaça à população da cidade e para que não atrapalhassem a nova ordem trabalhista do período republicano, com a mão-de-obra livre.

> De acordo com Oliveira, o estabelecimento dos Patronatos resultava da preocupação com a inserção da infância pobre no mercado de trabalho. Portanto, enquadrar aqueles que estavam fora do mercado de trabalho também era uma forma de ajustá-los às necessidades trabalhistas da época em questão. (MENDONÇA apud OLIVEIRA, 2003, texto digital).[12]

Os Patronatos eram núcleos profissionais que seriam responsáveis por habilitar seus internos na prática da horticultura, jardinagem, pomicultura, pecuária e cultivo de plantas industriais. Este curso seria oferecido aos alunos menores, órfãos, entre 10 e 16 anos, recrutados pelos Chefes de Polícia e Juízes da Capital Federal para que aprendessem uma profissão.

Estes patronatos, ao serem criados, estariam vinculados ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio sob o Decreto de nº 12.893, de 28 de fevereiro de 1918. No mesmo Ministério, em 1919, o Decreto de nº 13.706 destinaria a Superintendência da Diretoria do Serviço de Povoamento a ser responsável por cuidar e orientar os Patronatos. Já a partir de 1930, no governo de Getúlio Vargas, os Patronatos ficariam sob a supervisão do Ministério da Agricultura.

No Rio Grande do Sul, através do decreto de criação nº 13.508, será inaugurado em Porto Alegre, no dia 01 de julho de 1919, o Patronato Pinheiro Machado. Também seria criado pelo decreto nº 15.012, no dia 09 de novembro de 1921, e inaugurado em 12 de outubro de 1923, o Patronato de Visconde da Graça, na cidade de Pelotas.

Aos Aprendizados Agrícolas, caberia a função de ensinar aos alunos os métodos racionais para que soubessem trabalhar e tratar o solo, como também

[12] MENDONÇA, Sonia Regina de. **A dupla dicotomia do ensino agrícola no Brasil (1930-1960),** 2003, texto digital. Disponível em:<http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/download/271/267>. Acesso em: 29 jun. 2014.

aprender noções de higiene e criação de animais e instruções básicas para fazer uso das máquinas e de seus implementos agrícolas. Este curso elementar teria a duração de dois anos, e seria como mais uma opção de curso, que aprimoraria a qualidade técnica destes jovens estudantes de 14 a 18 anos, filhos de pequenos agricultores. Funcionaria sob a forma de internato, sendo que este curso teria disponível instalações parecidas com uma grande propriedade agrícola, o que daria um suporte no ensino para a formação para o trabalho.

Após 1930, novas reformas no ensino agrícola são propostas pelo Ministro da Educação, Gustavo Capanema, que implementará uma série de leis orgânicas de ensino. O sistema educacional, a partir destas leis, apresentaria um sentido dualista: a camada mais alta da população seria atendida em escolas de ensino secundário e, após, no ensino superior, enquanto a camada mais baixa estudaria em escolas primárias e profissionais com formação mais rápida para o trabalho de acordo com Souza (2009, texto digital).[13]

Em 1932, o movimento do ruralismo pedagógico se impõe, com a proposta de acabar com a dualidade pedagógica nas escolas. Este movimento tinha como propósito separar a educação primária do ensino técnico ou vocacional, afirmando que o mesmo sobrecarregava as crianças com a preparação para o trabalho. Para isto teria de separar a formação acadêmica da educação profissional, proposta que não acabaria se concretizando.

O decreto-lei 23.979 de 1933 será instituído para modificar as instituições encarregadas pelo ensino agrícola. A partir disso, os antigos patronatos passariam a ser de responsabilidade do Ministério da Justiça juntamente com o Serviço de Assistência ao Menor. Seus ideais possuíam semelhanças com a lei orgânica da Primeira República, e os aprendizados passam a ser classificados em três tipos de cursos distintos:

> [...] a) O ensino agrícola básico – com três anos de duração e destinado a formar capatazes valendo-se de clientela composta por jovens a partir de 14 anos, com primário completo, preservando o caráter de

[13] SOUZA, Isa Fernandes de. **Análise do distanciamento entre a escola Agrotécnica Federal de Araguatins e os assentamentos do Bico do Papagaio.** 2009. Disponível em: <http://www.ia.ufrrj.br/ppgea/dissertacao/Isa%20Fernandes%20de%20Souza.pdf.>. Acesso em: 29 jun. 2014.

> "escola de trabalho"; b) O ensino rural – com duração de dois anos e formador de trabalhadores rurais, a partir de um público de crianças com mais de 12 anos, que já tivessem recebido alguma instrução primária, totalmente baseado em aulas práticas; e finalmente c) Os cursos de adaptação – esses, sim, uma inovação quanto ao período anterior, uma vez que não mais se dirigiam a crianças e adolescentes, mas ao chamado trabalhador em geral, via de regra adulto e sem qualquer diploma ou qualificação profissional prévia. Justamente por isso, os cursos de adaptação não contavam com calendários formais, sendo organizados em qualquer época do ano e marcados por sua curta duração, estando a matrícula ao alcance de todos, sem distinção de sexo ou idade. [14]

A Constituição de 1934 definiria que a União seria a responsável por traçar diretrizes educacionais para todo o país e determinaria que o Estado assumiria a responsabilidade pela educação e as três esferas do poder público seriam responsáveis por garantir o direito à educação. Estabelecidas as obrigações aos seus devidos órgãos, esta constituição determinaria a criação de um Plano Nacional de Educação, que organizaria o ensino em forma de sistemas. Nesses, os Conselhos de Educação receberiam incumbências para elaborar o seu plano de educação através de fundos especiais, graças às políticas educacionais aplicadas na educação nacional, que surgiram durante a reforma Capanema do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, e assim denominadas de Leis Orgânicas de Ensino.

No ano de 1946, através do decreto-lei nº 9.613 seria instituída a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, que de fato instituiria os graus elementar e médio para o ensino agrícola com origem no Ministério da Agricultura. O decreto-lei seria responsável por instituir definitivamente o ensino agrícola, somente após a ditadura da Era Vargas no Brasil. Classificaria os estabelecimentos de ensino agrícola da seguinte forma, como descrito na Constituição:

> Art. 8º - O primeiro ciclo do ensino agrícola compreenderá dois cursos de formação: 1.Classificação dos estabelecimentos de ensino agrícola em: Escolas de iniciação agrícola; Escolas agrícolas; Escolas agro técnicas; 2. Instituição da orientação educacional e profissional; 3. Curso de aperfeiçoamento para técnico agrícola; 4. Instituição do ensino agrícola feminino; 5.Educação agrícola para as comunidades circunvizinhas das escolas (BRASIL, 1946, p. 3).

Esta lei trouxe importantes inovações, como explica (COAGRI, 1982, p. 33):

---

[14] MENDONÇA, Sonia Regina de. **A dupla dicotomia do ensino agrícola no Brasil (1930-1960)**, 2003, texto digital. Disponível em:<http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/download/271/267>. Acesso em: 29 jun. 2014.

> Uma delas foi a classificação dos estabelecimentos de ensino agrícola: escolas de iniciação agrícola, que ministrava apenas as duas primeiras séries do primeiro ciclo e concediam certificado de operário agrícola; escolas agrícolas, que abrangiam as quatro séries do primeiro ciclo e forneciam certificado de mestre agrícola, e escolas agro técnicas onde eram ministradas todas as séries do primeiro e segundo ciclo, recebendo o concluinte o diploma de técnico agrícola.

Após a Era Vargas, seria criada a lei nº 4.024 em 1961, que estabeleceria a lei de Diretrizes e Bases da Educação Profissional, a qual estruturaria o ensino primário, médio e superior e fixaria normas aos cursos profissionais agrícolas. Já em 1964, seria aprovado o decreto-lei nº 9.613, chamado de “Lei Orgânica do Ensino Agrícola”, que regulamentará o ensino do 2º grau direcionado a formar profissionais para trabalhar na agricultura.

> [...] Com a Lei de Diretrizes e Bases, de dezembro de 1961, as antigas escolas de iniciação foram agrupadas sob a denominação de ginásios agrícolas, enquanto as agro técnicas passaram a denominar-se de colégios agrícolas, ministrando apenas as três séries do segundo ciclo e conferindo diploma de técnico agrícola. [...] Posteriormente, porém, o próprio Departamento de Ensino Médio reconheceu a impossibilidade de administrar e extensa rede de escolas agrícolas, sugerindo a criação de um órgão específico para gerir essas escolas. E assim, pelo Decreto n. 72.434, de julho de 1973, foi criada a Coordenação Nacional do Ensino Agrícola – COAGRI. (COAGRI, 1982, p. 33)[15]

Com a criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 4.024 de 1961, o ensino seria dividido em três fases: primário, médio e superior. O ensino médio continuaria dividido em dois ciclos, o ginasial e o colegial. Diante dessas mudanças, as escolas de iniciação agrícola e de mestria agrícola seriam dissolvidas, transformando-se em ginásios agrícolas, e as escolas de segundo ciclo passariam a ser Colégios Agrícolas.

Os técnicos agrícolas da década de 1960 e 1970 tinham sua formação direcionada ao atendimento dos interesses de um modelo moderno denominado de “aprender a fazer e fazer para aprender” e à “revolução verde”, que fora instaurado durante o regime militar. Este período foi caracterizado pela vivência da realidade social e econômica do meio rural, integrando o trabalho no processo de ensino-aprendizagem, através do sistema de Escola-Fazenda criadas por todo o país. A “revolução verde” se propagaria pelo mundo e teria as seguintes características: a plantação em grandes áreas de monocultura com uso de defensivos agrícolas,

---

[15] GRITTI, Silvana Maria. **Educação Profissional rural:** formação técnica. 2008. v. 33. Disponível em:<http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2008/01/a8.htm>. Acesso em: 29 jun. 2014.

derrubada de grande parte da vegetação nativa que provocaria a erosão da terra e o assoreamento dos rios, como explica (NAVARRO, 2001, p. 84):

> Alicerçada no que foi genericamente intitulada de “revolução verde”’, materializou-se de fato sob um padrão tecnológico o qual, onde foi implantado de forma significativa, rompeu radicalmente com o passado por integrar fortemente as famílias rurais e novas formas de racionalidade produtiva, mercantilizando gradualmente a vida social e, em lento processo histórico, quebrando a relativa autonomia setorial que em outros tempos a agricultura teria experimentado. Com a disseminação de tal padrão na agricultura, desde então chamado de “moderno”, o mundo rural passou a subordinar-se, como mera peça dependente, a novos interesses, classes e formas de vida e de consumo, majoritariamente urbanas, que a expansão econômica do período ensejou, em graus variados, nos diferentes países. Esse período, que coincide com a impressionante expansão capitalista dos “anos dourados” (1950-1975), é assim um divisor de águas também para as atividades agrícolas, e o mundo rural (re)nasceria fortemente transformado, tão logo os efeitos desta época de transformações tornaram-se completos.

A partir de 1979, as escolas agrícolas mudariam seus nomes para escolas agrotécnicas federais, acompanhadas do nome da cidade onde se localizariam. Passado o período da ditadura militar e com a redemocratização do país, seria elaborada uma nova Constituição promulgada em 1988, que desafiará um grupo de educadores que exigiriam novas leis educacionais, as quais garantissem, sem discriminação, uma formação cidadã aos alunos.

O Congresso aprovaria a nova Lei de Diretrizes e Bases – LDB, em 1996, fixando as bases para a educação do país em todos os níveis e modalidades. Já em 1997, através de um decreto presidencial nº 2.208/97, foi regulamentada a educação profissional que definia o encurtamento do tempo de formação profissional, o currículo se organizaria em módulos, a avaliação seria por competências, promoveria a redução da oferta de vagas no ensino médio das instituições federais e do ensino profissional, distinguindo o ensino regular do ensino profissionalizante.

1.2 A REGIÃO DO VALE DO TAQUARI: IMIGRAÇÃO, COLONIZAÇÃO E AGRICULTURA

A presença do Rio Taquari, que percorre uma extensão de 390 quilômetros, conferiu às terras do vale a fertilidade necessária para o cultivo. Os povos indígenas foram os primeiros a ocupar as margens desse rio, que seria o esteio de toda a

colonização. Ela será incentivada pelo governo a partir do século XVIII, quando chegam os primeiros casais açorianos.

Chegando à região, os açorianos seriam os primeiros a povoar e fixar sua moradia nos latifúndios e sesmarias, fundando a cidade de Taquari em 1764. Estes imigrantes receberiam as terras através da concessão de um título provisório, que a partir de 1771 seriam separadas em lotes. Estas terras serviriam essencialmente para a prática da agricultura, primeiramente com cultivo do trigo, predominando o sistema da pequena propriedade agrícola. Os açorianos tinham como objetivo produzir alimentos de subsistência para sua família, cultivar suas tradições e seu idioma. A partir desse momento, na região do vale do rio Taquari, passam a existir fazendas que, além da agricultura, praticavam outras atividades que subsidiariam o sustento das famílias.

> Na atual região do Vale do Taquari existiram diversas dessas fazendas que, com o uso da mão-de-obra escrava, se dedicavam à extração de madeira e erva-mate e a lavouras, fruticultura e pecuária de subsistência. Entre estas, podem ser citadas as seguintes: Boa Vista (Estrela); Conventos Velho, Carneiros ou Lajeado, São Bento (Lajeado); Demanda e São Gabriel (Cruzeiro do Sul); São Caetano (Arroio do Meio); Santo Antônio e Beija Flor (Colinas).[16]

A partir do período imperial, maiores incentivos serão empregados para atrair novos imigrantes para o sul do Brasil, uma região considerada despovoada e pouco produtiva, considerando a extensão e fertilidade das terras disponíveis. Para povoar esse “deserto de gente” e promover a prática da agricultura, procura-se atrair o imigrante europeu, considerado o modelo de trabalho e civilidade. Nesse sentido, a partir do século XIX, inicia-se na Província de São Pedro uma nova fase de colonização que garantiria a ocupação do território, como também a produção de alimentos necessários para a subsistência.

Em 1824, na região do Rio dos Sinos, em São Leopoldo, desembarcariam os primeiros imigrantes, que chegariam ao vale do rio Taquari 30 anos após os primeiros desembarques dessa “gente vinda do outro lado do Atlântico.” Estes colonizadores provinham da região do Hunsrück e da Westfália, atual Alemanha. O processo da vinda destes imigrantes fez surgir empresas particulares, e geraria

[16] BARDEN, Júlia Elisabete; AHLERT, Lucildo. **Fluxos migratórios e distribuição da renda interna na evolução da economia do Vale do Taquari no período de 1930-70,** texto digital.

negócios mobiliários que a partir de 1850, amparados pela Lei de Terras, daria o direito à compra de antigas fazendas ou terras devolutas do governo, que seriam vendidas na forma de lotes, comercializadas e financiadas aos imigrantes para concretizar o processo de ocupação e povoamento da região.

> Neste negócio se destacaram descendentes de açorianos, como Antônio Fialho de Vargas, e também agrimensores que atuavam na região, que adquiriam antigas fazendas, ou terras devolutas do governo, que eram transformadas em lotes, chamados de colônias, vendidos e financiados aos imigrantes. Os negócios que transformaram a terra em mercadoria possibilitaram que a imigração e a colonização se tornassem, para muitos, fontes de especulação e de lucro (AHLERT & GEDOZ, 2001, texto digital).[17]

A imigração alemã que vêm ao Brasil poderia ser dividida em três etapas:

> De acordo com Kühn (2004) e Cunha (2006), classificamos a imigração alemã no Brasil em três fases: a fase da subsistência (1824-1830), marcada pelas adversidades nas regiões colonizadoras; a fase da expansão do comércio (a partir de 1846), durante a qual os grandes colonos compraram os lotes dos pequenos colonos; e a fase da industrialização, momento de crescimento econômico das famílias de origem germânica. (CAMPOS, 2013, p. 11)[18]

A ocupação do Vale do Taquari pode ser inserida no segundo momento dessa imigração, quando o interior da província passa a ser ocupado. A colonização dessas terras no interior do estado foi bastante complicada, em função da dificuldade de acesso. Mais uma vez a presença dos rios seria fundamental para o deslocamento e fornecimento dos produtos necessários para a subsistência das famílias que se estabelecem na região.

Atraídos pela possibilidade de receber um lote de terra que possibilitasse a subsistência da família, esses imigrantes chegam ao Estado do Rio Grande do Sul na esperança de ter uma vida melhor do que aquela vivida no território europeu. Este imigrante trazia consigo toda a sua família e todos auxiliavam nas lidas da agricultura. O seu trabalho na terra fornecia à família a alimentação necessária, sendo que as suas principais atividades econômicas eram a agricultura de subsistência, a policultura e a pecuária.

---

[17] BARDEN, Júlia Elisabete; AHLERT, Lucildo. **Fluxos migratórios e distribuição da renda interna na evolução da economia do Vale do Taquari no período de 1930-70,** texto digital.
[18] CAMPOS, Carlos Henrique. **O município de Teutônia:** o histórico do processo emancipacionista. O Autor, 2013.

> No ramo da agricultura, no Vale do Taquari, desde o início da colonização, planta-se: milho, batata-doce, batata-inglesa, feijão, arroz, cebola, mandioca, cana-de-açúcar, fumo, erva-mate, entre outros. No ramo da pecuária cria-se: gado bovino, suíno, ovino e aves, e produzem-se diversos derivados, especialmente, a carne e a banha.[19] (HUPPES, 2002, p. 46).

Além do conhecimento das práticas na agricultura que serviria para o consumo próprio, os imigrantes passam a desenvolver a atividade artesanal, e mais tarde venderiam os excedentes da produção. Os imigrantes traziam consigo o exemplo da dedicação ao trabalho na agricultura, artesanato, carpintaria, ferraria, entre outros. A região do Vale do Taquari, que foi ocupada primeiramente por pequenas propriedades, baseada na produção de subsistência, foi aos poucos gerando excedentes que abasteceriam o comércio interno. Sua principal cultura era o feijão, batata e milho que eram vendidos para o mercado da capital.

> No Vale do Taquari, as matérias-primas agrícolas (milho, mandioca, etc.) utilizadas na pecuária foram a “mola mestra” da atividade econômica. Nesse sentido Roche (1969, p. 257) considera que os colonos alemães – etnia predominante no Vale do Taquari - se referiam às matérias-primas agrícolas da seguinte forma: "Se há milho, nós e nosso gado estamos salvos". O autor ainda argumenta sobre a importância do produto: "Assegura a satisfação das necessidades domésticas e é a principal fonte de renda nas colônias" e, "o milho, muitas vezes, foi apresentado como a monocultura do colono alemão".[20]

Após a chegada dos primeiros imigrantes, sistematicamente, as terras do Vale do Taquari começam a ser demarcadas e vendidas. Em 1853, surgirá uma sociedade imobiliária e colonizadora denominada de Batista & Fialho, que iria adquirir cerca de 22.275.000 braças quadradas de terra da antiga Fazenda dos Conventos para dividir posteriormente em lotes coloniais. Em 1856, seria criada a colônia de Estrela, sendo de propriedade do senhor Vitorino José Ribeiro, localizada entre os arroios Estrela e Boa Vista.

Em 1858, comerciantes alemães fundariam outra sociedade colonizadora, denominada Schilling & Cia. Inicialmente, o senhor Carlos Schilling, comerciante de Porto Alegre, iria adquirir terras devolutas na colônia de Teutônia. Estas terras

---

[19] HUPPES, Ivete (org.) **O Vale do Taquari: sinais de uma identidade**. Lajeado: Univates, 2002.

[20] **Portal do Vale do Taquari.** Disponível em:< www.cicvaledotaquari.com.br/portal/wp-content/uploads/fluxos_migatorios_jornadas.pdf>. Acesso em: 30 out. 2014.

estariam encobertas de mato, mas dariam acesso ao Arroio Boa Vista que acabaria facilitando o acesso fluvial. O senhor Carlos, dono dessa colônia, providenciaria a separação das terras compradas por lotes, mas encontraria dificuldade para vender os lotes devido à falta de acesso. No primeiro momento, não havia uma estrada aberta que chegasse até os lotes, dificuldade sanada a partir das primeiras vendas, que depois totalizaram 31 lotes vendidos.

Com outros empresários, formaria outra empresa em 1862, denominada de Empresa Colonizadora Carlos Schilling, Lothar de la Rue, Jacob Rech e Guilherme Kopp & Cia, que compraria as terras que ficariam localizadas entre a colônia e o Porto da Úrsula, existentes antes do porto de Bom Retiro, fundada somente em 1875 pelo senhor Jacó Arnt.

Seriam estes os primeiros passos da colônia Teutônia. Após a venda dos lotes, tornava-se necessária a abertura das picadas para a passagem dos imigrantes na ocupação da colônia e desenvolvimento das suas práticas agrícolas. Klaus Becker descreve o período em três fases:

> A abertura das picadas à passagem dos humanos e à venda dos lotes processou-se em três fases: na primeira, abriu-se a picada no trecho entre as atuais vilas de Canabarro e Languiru e à qual chamaram de Glückau (“prado da felicidade, ou Glück-auf, “ao alto a felicidade!”) em 1858; a Picada Herrmann (Picada Germano) em 1860; e a Picada Boa Vista (possivelmente extensão da primeira), atravessando o arroio Boa Vista rumo ao norte e atingindo o ponto em que mais tarde se desenvolveu a vila Boa Vista, hoje simplesmente Teutônia, 1865; todas na administração de Lothar de la Rue, na segunda fase, surgiram a Picada Franck em 1868 (ano em que Lothar de la Rue, adoentado se retirou para a capital, sendo substituído por Carlos Arnt) e as picadas Schmitt, Clara e Welp nos dois anos seguintes; na terceira fase, foi a vez das picadas que receberam os nomes de Catarina, Bismarck, Moltke, Köln e Krupp.[21]

A colônia de Estrela teria como ponto inicial do seu processo de colonização os anos seguintes a 1855, já a colônia Teutônia a partir de 1858. A colônia Estrela teria mais influência, teria dimensões maiores e mais importantes, sobrepondo-se à colônia Teutônia. Mesmo assim, a evolução das duas será bastante significativa. O diferencial em Estrela seria a influência de pessoas importantes, como o senhor

[21] HESSEL, Lothar. **O município de Estrela: história e crônica.** Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, Martins Livreiro-Editor, 1983.

Antônio Vítor de Sampaio Mena Barreto, que era enteado do senhor Vitorino José de Ribeiro, que apresentaria uma forte influência na sociedade da colônia e seria proprietário de muitas terras no vale.

A Colônia Teutônia seria colonizada a partir de 1858, através da concessão de terras devolutas aos imigrantes. Essas terras constituiriam o início da vila de Teutônia que, em 24 de maio de 1981, se tornaria um município através do processo emancipacionista, desligando-se da cidade-mãe, Estrela.

O município de Teutônia, localizado na região do vale, desde seus primórdios dependeu essencialmente do setor agropecuário. Primeiramente com o cultivo de subsistência e, consequentemente, após um certo tempo de produção, geraria excedentes que seriam comercializados pelos agricultores para pagarem as suas dívidas.

Atualmente a base da economia de Teutônia é constituída pela atividade industrial e produção agropecuária, ligada ao setor primário agropecuário, com pequenas propriedades rurais, em média de oito ha de terras, onde são produzidos leite, aves, suínos e grãos. O município de Teutônia apresenta a segunda maior economia no Vale do Taquari, entre os 39 municípios da Associação dos municípios do Vale do Taquari (AMVAT), de acordo com a estatística do ICMS.

A cidade possui um grande desenvolvimento econômico através da diversificação de sua produção: a bovinocultura leiteira, avicultura, suinocultura, agroindústrias e indústrias de laticínios. A sua cultura abrange o plantio do milho, soja, entre outras e para subsistência têm-se a plantação do feijão, aipim, batatas, hortaliças, entre outras. Dados estatísticos do comparativo do valor adicionado da produção primária do município de Teutônia[22], realizados pela Secretaria da Agricultura do ano de 2004 a 2013, confirmam uma forte presença desta economia da agricultura baseada na pequena propriedade.

O desenvolvimento desta produção, com base num levantamento de dados feito pelo município no ano de 2013, constata que conta em média com 653 produtores rurais que trabalham na produção do leite, 155 criadores de suínos e 106 criadores de aves. Através de um estudo da produção primária feito pelo setor da

[22] Dados estatísticos fornecidos pela Secretaria da Agricultura do município de Teutônia.

Agricultura, no ano de 2013, a economia do município é diversificada, prevalecendo os seguintes produtos que se destacam na economia do município: aves (25,634%), bovinos (6,820%), suínos (31,266%), ovos (14,032%), leite (12,833%), plantio de milho (2,058%) e soja (0,918%) e atividades desenvolvidas com tratores particulares (2,497%).

A partir dos dados fornecidos pelo setor da Agricultura do município de Teutônia constata-se que a produção primária ainda caracteriza a economia do município, assim como quando aconteceu o processo de colonização dessas terras. Ou seja, a produção agrícola é um elemento que define a organização produtiva e social deste município desde a sua origem.

Com o início da imigração no Brasil e a vinda dos imigrantes para a região do Vale do Taquari, o cenário rural da região mudará por completo. Inicialmente os agricultores seriam privilegiados com terras férteis, possibilitando a boa produção de alimentos para subsistência, e inclusive com a possibilidade de gerar excedentes para a venda. No entanto, com o passar dos anos, essa característica sofrerá alterações, e a produção de alimentos não será mais a mesma devido às terras estarem enfraquecidas após anos de exploração.

No século XX, percebe-se a necessidade de algumas melhorias no setor que até então mobilizava a economia da cidade. Será uma fase na qual irão em busca do avanço técnico, do desenvolvimento do cultivo das produções, baseado em conhecimentos que propagavam a melhor eficiência das técnicas agrícolas. Nesse contexto, surge a necessidade de criação de uma instituição na qual esses conhecimentos na área agrícola pudessem ser conhecidos e desenvolvidos. No Vale do Taquari, em meados do século XX, a comunidade se mobilizaria para a criação da sua primeira escola com base no ensino agrícola.

2 “OS TEMPOS, EM QUE O COLONO MAIS ATRASADO COLHIA AS MAIORES BATATAS, JÁ SE FORAM” - O ENSINO AGRÍCOLA NO VALE DO TAQUARI

A região do Vale do Taquari, atualmente compreendida por 36 municípios localizados na região central do Estado do Rio Grande do Sul, estrutura-se a partir de uma economia essencialmente agrícola. Desde o momento da colonização europeia, em meados do século XIX, “no Vale do Taquari, as matérias-primas agrícolas (milho, mandioca) utilizadas na pecuária foram a “mola mestra” da atividade econômica” (BARDEN; AHLERT, 2010, p.12).

Com a vinda dos primeiros imigrantes à região, o cenário do Vale do Taquari passaria por modificações. As terras passariam a ser ocupadas por imigrantes juntamente com suas famílias, através da concessão dos lotes, comprados ou financiados. Estes imigrantes desbravariam a mata, construindo suas casas e dedicando-se à agricultura, dando início a um sistema de produção familiar, caracterizado pela pequena propriedade com produção de alimentos diversos para a subsistência. Com o passar do tempo, a atividade agrícola proporcionaria excedentes, promovendo o comércio local e a exportação dos produtos para as demais regiões do Estado, sobretudo a capital e, inclusive, para outros Estados da Federação.

Após todo o processo de instalação e afirmação da estrutura econômica agrícola e familiar, um novo contexto de produção se apresenta. No decorrer do século XX, o cenário da agricultura exigiria inovações técnicas para a melhoria da

produção, exigindo-se a recuperação das terras que estariam enfraquecidas. Neste momento, em que surge o discurso de modernização no campo, aponta-se igualmente a necessidade de qualificar os agricultores. Na região do Vale do Taquari, as mesmas condições seriam expostas.

> "Uma observação exata dos métodos de trabalho dos nossos colonos nos revela que eles trabalham com métodos que não se baseiam nos conhecimentos da ciência colhidos nos últimos decênios, mas sim com métodos antiquados. Enquanto em grande parte do mundo ocidental o crescimento contínuo da população forçou o colono a travar combate com os ensinamentos da ciência e da técnica para garantir as condições de vida de seu povo, aqui – nos referimos à região do Vale do Taquari – o colono permaneceu num estado de pouco se diferenciar daquele em que estava quando colonizou, durante o século passado, este vale. Após o desflorestamento brutal dos primeiros decênios, cuidou o colono de tomar medidas visando uma melhor conservação das terras, sem êxito, porém, dada a falta de conhecimentos e meios."[23]

O século XX foi um período de grande importância, com avanços técnicos e evoluções na área da agricultura e da educação, que se refletiram fortemente na região do Vale do Taquari. Diante da necessidade de uma educação profissional para que este trabalhador rural mantivesse e diversificasse a sua propriedade, a região demandaria uma escola agrícola. A Escola Técnica Rural seria criada no ano de 1952, localizada no município de Estrela, na vila de Teutônia. Esta escola ministraria aulas de ensino agrícola aos filhos de agricultores de toda a região do Vale do Taquari.

2.1 OS PRIMEIROS PASSOS: A FUNDAÇÃO AGRÍCOLA TEUTÔNIA

A partir da chegada dos imigrantes europeus à região do Vale do Taquari, os mesmos buscariam se instalar nas terras compradas, produzindo para o seu próprio sustento, administrando e gerenciando as suas propriedades. Seu cotidiano seria estruturado em torno da terra e da agricultura, da religião e da escola.

A religião seria um eixo fundamental, porque a organização comunitária aconteceria a partir dos princípios religiosos, do caráter luterano ou católico, que inclusive direcionou a formação das primeiras escolas criadas nas colônias. Na

[23] Acervo documental da Escola. Pasta de arquivos- documentos antigos. Escola de Mestria Agrícola ou de Capatazes Rurais, ano de 1952.

colônia Teutônia, a Comunidade Evangélica Paz seria a instituição mais representativa. Nas escolas, a religião seria fator essencial para a estruturação do ensino, o que seria orientado pelos pastores. O pastor seria um representante da comunidade muito importante, respeitado e ouvido pela população, desempenhando o papel de conselheiro e conciliador.

Em meados do século XX, quando Teutônia já não era uma pequena vila agrícola, surgem alguns discursos que pretendem melhorias no setor econômico do município. Diante do enfraquecimento e pouca produtividade das terras e da falta de técnicas novas para cultivar os produtos, a região busca uma reestruturação no setor agrícola. Para tanto, preconiza-se a instrução agrícola como forma de estimular as mudanças. Diante da necessidade de melhorias no setor, pretende-se a criação de uma escola baseada no ensino agrícola, que ministrasse os conhecimentos básicos da agricultura e estimulasse a adoção de novos métodos.

> "Se o colono deve-se mostrar capaz ante os problemas da nação, então deve ser proporcionado, em grande escala, um ensino rural e no lugar em que é mais necessário: NA COLÔNIA. Pelos reiterados pedidos de colonos que visam sua sobrevivência e que bem apreciam suas crescentes dificuldades, foi planejada a criação de uma "Fundação Agrícola" com sede em Teutônia, centro de uma extensa zona colonial. Esta Fundação Agrícola será a mantenedora duma "Escola de Mestria Agrícola ou de Capatazes Rurais".[24]

Nesta chamada "zona colonial" pretendia-se, portanto, desenvolver a agricultura, o setor econômico mais importante de todas as pequenas vilas e municípios da região. Na tentativa de criar uma escola de ensino agrícola, a Comunidade Evangélica da vila de Teutônia (denominada Comunidade Evangélica Paz de Teutônia), seria a entidade que congregaria os primeiros esforços para a criação do educandário.

> O objetivo duma tal escola, que seguirá o programa prescrito pela Secretaria da Educação e Cultura e em cuja direção e administração poderá haver funcionários e professores da Secretaria da Educação e Cultura, é o de proporcionar aos rapazes da colônia saber técnico aplicável ao cultivo de suas terras próprias. Não poderá ser objetivo desta escola preparar técnicos agrícolas, pois que estes seriam logo atraídos pelas granjas ou maiores estabelecimentos agrícolas, onde encontrariam melhor renumeração. O fim que se deseja é de fortalecer e aumentar a produção da pequena propriedade rural, pondo ao alcance do colono de maneira simples e prática

[24] Acervo documental da Escola. Pasta de arquivos - documentos antigos. Escola de Mestria Agrícola ou de Capatazes Rurais, ano de 1952.

> os modernos métodos que lhes permitirá combater a erosão e trazer a antiga fertilidade à terra. Somente assim, mediante um ensino intenso e bem orientado, poderemos evitar que este belo Vale do Taquari se transforme numa região devastada.[25]

A preocupação central, portanto, era a de promover o desenvolvimento da pequena propriedade agrícola, permitindo que os filhos dos colonos continuassem produzindo na terra, ao mesmo tempo em que se pretendia o incremento dessa produção. A partir desta realidade e do desejo de fundar uma escola agrícola, no ano de 1952, os primeiros passos seriam dados. A data representa para o município de Estrela um marco importante, especialmente para a vila de Teutônia. A data representa o marco inicial do projeto de idealização e execução de uma escola, baseada no ensino agrícola, que estenderia seus serviços aos estudantes de toda a região do Vale do Taquari.

Na data de 19 de julho de 1952, na vila Teutônia, seria convocada uma reunião por parte do senhor presidente da Comunidade Evangélica Paz de Teutônia, Guilherme Stapenhorst Filho, com o intuito de criar a Fundação Agrícola de Teutônia (FAT), mantenedora da escola agrícola, denominada Escola Técnica Rural. Assim, a Comunidade Evangélica Paz de Teutônia, sediada na Vila Teutônia, resolveria criar, nos termos do artigo 24 do Código Civil, a Fundação Agrícola Teutônia, que deveria servir de entidade mantenedora de um estabelecimento de ensino agrícola com o qual, com base na orientação religiosa, deveria manter laços.

Diversas autoridades (da esfera econômica e política) da região estariam presentes ao ato. Da mesma forma, os encarregados da administração dos municípios que estariam no propósito da nova escola. Ficariam encarregados de coordenar a reunião, o Prefeito Municipal de Estrela, Adão Henrique Fett, e o Pastor Wahlhäuser, que ficaria encarregado de ler o ato constitutivo, a ata de instalação e o termo de compromisso que seria firmado pelos encarregados por administrar a Fundação Agrícola Teutônia.

> "Nós estamos cientes do encargo que a nós foi cometido pela Comunidade Evangélica de Teutônia, por ato de doação instituidora da Fundação Agrícola Teutônia (FAT), convocando a nós membros da Administração, aceitamos e prometemos cumprir a nossa missão à altura de

[25] Acervo documental da Escola. Pasta preta do arquivo. Documentos antigos. Escola de Mestria Agrícola ou de Capatazes Rurais, ano de 1952.

> nossa capacidade e bom senso e na devida forma da lei, em atenção às bases constituídas."[26]

Após serem aprovados pelos presentes os atos lidos, seria dada procedência à discussão dos estatutos, que definiriam a finalidade da Fundação Agrícola Teutônia:

> "A finalidade da Fundação Agrícola Teutônia, cuja sede é a vila de Teutônia, no Estado do Rio Grande do Sul, é criar, manter e administrar um estabelecimento de ensino agrícola, destinado, de preferência, a jovens filhos de agricultores e aos que revelam vocação rural, procedente do Município de Estrela e circunvizinhos."[27]

A FAT, mantenedora da escola, seria responsável por orientar e administrar a Escola Técnica Rural, que teria a incumbência de oferecer um ensino agrícola. Filhos de agricultores e alunos interessados seriam os estudantes privilegiados e escolhidos para frequentarem as aulas da escola, reforçando assim a "vocação rural" da instituição.

Ao prosseguirem a reunião, ficaria responsável o presidente da mesa por coordenar a eleição do Diretório Executivo, que ficaria constituído da seguinte forma: Presidente – Edevino Ahlert; Vice-presidente: Oscar Willy Schwambach; 1º Secretário: Asido Dreyer; 2º Secretário: Orlando Schaeffer; 1º Tesoureiro: Evaldo Ahlert; 2º Tesoureiro: Enio Driemeyer e membro nato, o Pastor Werner Wahlhäuser.

Ao ser empossado o Diretório Executivo, passaria a presidir a mesa o presidente eleito Edevino Ahlert, que daria continuidade ao trabalho da mesa e à redação da ata de número um do livro de atas. Como pontos principais colocaria em discussão o anteprojeto do Regimento Administrativo que previa a ordem agrícola da entidade. Nesta primeira reunião, os representantes da Comunidade Evangélica Paz de Teutônia, do Diretório Executivo e demais representantes oficiais da região do Vale do Taquari, demonstrariam uma real preocupação com a realidade do setor agrícola, que andava enfraquecido e exigindo mais atenção.

A saída para tal situação seria fundar uma escola com caráter agrícola que ensinasse novas técnicas, possibilitando melhorias na agricultura. Assim o fizeram, e

---

[26] Acervo documental da Escola. Livro de Atas nº 1, ata da instalação, ano de 1952, p.1-4.

[27] Acervo documental da Escola. Pasta de arquivos, arquivo ativo. Estatuto e Regimento Administrativo, ano de 1952.

todos interessados mobilizaram esforços para o projeto e fundariam uma escola em 1952, instituição que terá papel importante no desenvolvimento das práticas agrícolas nos municípios da região.

Nesta reunião do dia 19 de julho de 1952, estariam presentes vários idealizadores da Fundação e representantes das municipalidades vizinhas que se comprometeriam em contribuir tanto no aspecto material como moral para concretizar a Escola Agrícola, objetivo da Fundação. Estava presente também o Superintendente do Ensino Técnico Profissional, senhor Mozart Pereira Soares. O prefeito de Lajeado, senhor Bruno Born, faria uso da tribuna para deixar sua mensagem aos presentes:

> "Este ato representa na história agrícola do Alto Taquari um marco incisivo e ao mesmo tempo decisivo. Decisivo porque decide se esta abençoada região agrícola continua ou não de ocupar o lugar distaiado e privilegiado no rol dos centros produtores de gêneros alimentícios de primeira necessidade. A qualidade superior do solo permitia até agora, mesmo com métodos rudimentares, um resultado satisfatório e compensador. A terra, em sua grande maioria já está, porém, cansada e depauperada, necessitando de recuperação. [...] recuperação e conservação do solo. [...] substituindo os métodos primitivos e empíricos por métodos modernos, científicos, já experimentados. Os tempos, em que o colono mais atrasado colhia as maiores batatas, já se foram. Temos que apelar para a ciência (alquimia, a biologia, etc), para dela recebermos os recursos necessários para o bom desempenho e sucesso do trabalho agrícola."[28]

Nesse discurso, fica claro que a situação econômica da região estaria perdendo seu prestígio na produção de alimentos de primeira necessidade, e havia preocupação com a qualidade do que se produzia (seus produtos não eram mais tão vistosos e grandes). Em vista da dificuldade, o prefeito aconselharia procurar inovações, métodos modernos, científicos e novas técnicas para resgatar a agricultura.

Após diversas autoridades manifestarem-se, a sessão é encerrada e a longa caminhada de institucionalização da escola iria começar em busca das metas pré-definidas pela Fundação Agrícola Teutônia, como mantenedora da instituição. A comunidade da vila de Teutônia, através de esforços coletivos, traria a esta localidade a primeira escola agrícola da região. O pastor Werner Wahlhäuser, como pessoa ativa e respeitada da comunidade, não mediria esforços para que a escola

[28] Acervo documental da Escola. Livro de Atas nº 1, ata nº 1, ano de 1952, p.5-10.

viesse a se localizar nesta vila. Seu papel desempenhado na busca de auxílios representaria os primeiros passos desta escola, segundo o prefeito de Lajeado, em depoimento.

> "[...]. Não posso, nem devo deixar passar este ensejo para pronunciar em público o meu profundo e sincero reconhecimento de que inegavelmente é merecedor o reverendo Pastor Wahlhäuser por ser ele o idealizador, o batalhador, o propagandista[...]"[29]

A Comunidade Evangélica Paz, compreendida pelos seus representantes decidiriam fazer a doação de terras para a localização da escola. "Para este fim a Comunidade Evangélica de Teutônia, pela presente Assembleia Geral Extraordinária, resolve fazer à referida Fundação, uma dotação especial de uma área de 10.000 braças quadradas de terras de sua propriedade."[30]

> As terras que a Fundação Agrícola oferece, próximas à vila de Teutônia, acham-se otimamente situadas, tem suficiente fertilidade e prestam-se para o trabalho mecanizado. Não se planejou comprar terras de alta fertilidade, pois que a escola deve demonstrar em velhas terras o rendimento que se pode obter com os métodos que preconiza. As terras servirão para os alunos porem em prática os conhecimentos ministrados em teoria, e, pela sua produção, para reduzirem a um mínimo as despesas de manutenção e formação destes mesmos alunos. O velho colono, de espírito rotineiro, refratário ao progresso, terá assim um exemplo vivo capaz de convencê-lo da eficiência da técnica e de encaminhá-lo no caminho do progresso.[31]

Além do pastor, outras entidades estariam sendo convocadas neste projeto de instituir uma escola de ensino agrícola para a região, de acordo com a carta escrita ao senhor Secretário de Educação Dr. Mozart Pereira Soares, Superintendente do Ensino Profissional:

> A fórmula prática de concretizar-se a Escola, com a urgência que seria recomendável para tão louvável empreendimento, consiste na colaboração de três entidades interessadas:
>
> a) O Estado;
>
> b) O Município de Estrela, bem como outros da região;

[29] Acervo documental da Escola. Livro de Atas nº 1, ata nº 1, ano de 1952, p.5-10.
[30] Acervo documental da Escola. Pasta de arquivos, arquivo ativo. Assembleia de 12 de julho de 1952.
[31] Acervo documental da Escola. Pasta preta do arquivo morto. Documentos antigos. Escola de Mestria Agrícola ou de Capatazes Rurais, ano de 1952.

c) A Fundação Agrícola de Teutônia.32

Diante da necessidade de mais auxílios, a Comunidade Evangélica Paz, através da pessoa do pastor Werner Wahlhäuser, buscaria angariar mais subvenções para dar prosseguimento à construção da escola. “Visto a real necessidade se preocuparam em angariar subvenção particular de entidades e pessoas, já que o valor recebido por algumas municipalidades não atingiu o valor necessário e o pastor Wahlhäuser se dispôs a buscar ajuda.”[33]

No dia 12 de setembro de 1952, se reuniria o diretório executivo, e o pastor Wahlhäuser aproveitaria o momento para falar a respeito do resultado de sua viagem realizada à capital do Estado. Ao senhor Mozart Pereira Soares, superintendente do Ensino Técnico Profissional, o pastor havia solicitado diversos auxílios, desde professores, maquinários, animais e a perfuração de um poço artesiano para iniciar as atividades da escola. Em conversa com o governador Dorneles, o mesmo teria assegurado todo o apoio à FAT, confirmaria inclusive um auxílio inicial de CR$ 300.000,00 para a entidade escolar.

As municipalidades da região também se propuseram ajudar com auxílios financeiros para dar prosseguimento ao projeto de instituir a Escola de Mestria Agrícola ou de Capatazes Rurais, já que era do interesse da região do Vale do Taquari avançar nos conhecimentos e melhorias de sua agricultura, propósito definido em assembleia da comunidade.

> Na assembleia das comunidades evangélicas da região do Alto Taquari que contou com a representação de 11 paróquias do município de Estrela e seus limítrofes, ligadas ao Sínodo Rio-grandense, abrangendo uma população de mais ou menos 50.000 almas, foi resolvido apoiar este plano de criar, com auxílio do governo, uma Escola de Mestria Agrícola ou de Capatazes Rurais. As municipalidades de Estrela, Lajeado e Arroio do Meio prometeram também seu apoio.[34]

O Diretório Executivo, eleito no dia 19 de julho de 1952, também fora um forte aliado na luta, para que a Escola Técnica Rural de Teutônia se tornasse

[32] Acervo documental da Escola. Pasta de arquivos, documentos antigos. Carta escrita ao Exmo. Sr. Secretário de Educação. Dr. Mozart Pereira Soares Superintendente do Ensino Profissional, ano 1952.
[33] Acervo documental da Escola. Livro de Atas nº 1, ata nº 4, ano de 1953, p.15-18.
[34] Acervo documental da Escola. Pasta de arquivos, documentos antigos. Escola de Mestria Agrícola ou de Capatazes Rurais, ano 1952.

uma realidade. A escola desempenharia o papel de contribuir e colaborar com o cenário agrícola da região, que andava precário e debilitado, através da oferta de estudos aos alunos de classe social baixa que levariam o seu conhecimento para as propriedades rurais onde residiam.

Além do Diretório Executivo, a FAT contava com o Conselho Diretor eleito na primeira assembleia em 1952, que seria responsável por administrar a Fundação Agrícola Teutônia, composto por representantes da comunidade e da região do vale. Através de seu empenho contribuiriam para que a escola desse os primeiros passos na sua longa trajetória como instituição de ensino agrícola.

> A Fundação Agrícola Teutônia é administrada por um Conselho Diretor, composto de dezoito membros, dos quais:
>
> a) 9 são designados pela instituidora, por 2 (dois) anos;
>
> b) 1 de cada um dos municípios de Estrela, Lajeado, Arroio do Meio e Montenegro – fazendo parte ainda obrigatoriamente: o Pastor da instituição; o Presidente da Sociedade Evangélica Educacional de Estrela; o Presidente do Conselho Diretor do Ginásio Evangélico “Alberto Torres”, - de Lajeado; o Diretor da Escola mantida pela Fundação e o presidente da Região Sinodal Taquari.[35]

A FAT, ao ser instituída, assumia a responsabilidade de manter, administrar e coordenar os aspectos relacionados à escola. Mas há que surge a preocupação entre os integrantes da comunidade evangélica e dos representantes dos municípios vizinhos: como esta instituição, que traria muitos benefícios e resgataria a economia do vale, poderia iniciar seus trabalhos sem fundos financeiros? O grupo de pessoas que se reunira durante a sessão almejava de uma ou outra forma ajudar esta instituição escolar que seria benéfica, organizando-se para que em conjunto, comunidade evangélica e autoridades dos municípios, fossem em busca de recursos financeiros.

Ao instituir a Fundação Agrícola Teutônia em 1952, com finalidade de criar e manter um estabelecimento de ensino profissional agrícola aos jovens filhos de

[35] Acervo documental da Escola. Pasta de arquivos, arquivo ativo. Estatuto e Regimento Administrativo, ano de 1952.

agricultores e outros que revelassem a vocação rural, seria oferecido um ensino técnico prático para aprendizagem de conhecimentos e técnicas modernas de ciência agrícola para ser aplicado na propriedade rural.

> A finalidade da Fundação Agrícola Teutônia, cuja sede é o Rio Grande do Sul, é criar, manter e administrar um estabelecimento de ensino agrícola, destinado, de preferência, a jovens filhos de agricultores e aos que revelam vocação rural, procedente do Município de Estrela e circunvizinhos.[36]

Nesse sentido, a Fundação Agrícola Teutônia, como entidade responsável pela escola, teria como objetivo principal:

> A FAT, observando as leis em vigor, tem por objetivo:
>
> a) Despertar e incentivar nos alunos a vocação e o amor à agricultura;
>
> b) Proporcionar eficiente ensino técnico-prático e racional para os trabalhos na propriedade agrícola e uma boa e sólida preparação intelectual;
>
> c) Formar a personalidade dos alunos num espírito patriótico e cristão.[37]

Percebe-se, portanto, que o papel que a escola desenvolveria para atingir seus principais objetivos era de grande responsabilidade: atenderia a um determinado grupo de alunos, ensinando novas técnicas através de aulas teóricas e práticas, para que os mesmos aplicassem todos estes conhecimentos nas propriedades agrícolas de sua família. Nesse sentido, a escola traria muitos benefícios a toda região, seria uma entidade de ordem estudantil, partiria do ensino agrícola, fator de grande expressão e necessidade para o período e economia regional. A instituição escolar cumpriria o seu papel de ensinar aos alunos todos os conhecimentos necessários para aplicarem em sua propriedade agrícola, e também orientaria os agricultores nas práticas agropecuárias.

> Os benefícios culturais prestados pela Escola devem transcender seus limites, para atingir a máxima extensão possível na região a que serve.

---

[36] Acervo documental da Escola. Pasta de arquivos, arquivo ativo. Estatuto e Regimento Administrativo, ano de 1952.

[37] Acervo documental da Escola. Pasta de arquivos, documentos antigos. Regimento interno da Escola Agrícola Teutônia, ano de 1952.

> Deverá, pois, cooperar com os municípios interessados e, mediante subvenção destes, na organização modelar de propriedades agrícolas. Caber-lhe-á instruir os agricultores interessados, quanto à defesa e melhoramento do solo, constituição de pomares com variedades racionalmente escolhidas, seleção e tratamento higiênico de plantéis de suínos e vacuns leiteiros, multiplicação de sementes selecionadas, etc.[38]

Neste período, o setor econômico da região dependia essencialmente da agricultura e carecia de avanços, o que ensejou a necessidade da criação de uma escola profissional para os agricultores da região.

> A ideia de criar uma "Escola de Mestria Agrícola ou de Capatazes Rurais" em Teutônia, 5º distrito do Município de Estrela, resulta das seguintes considerações:
>
> a) O fato alarmante de que a produção colonial não acompanha o ritmo de crescimento da população e que tal fato gera cada vez maiores dificuldades de abastecimento para as cidades;
>
> b) A importância especial de tal disparidade num Estado como o nosso de produção quase que exclusivamente agrícola.[39]

Instituída a FAT, a instituição se preocuparia em regularizar a sua situação com a Secretaria da Educação e Superintendência do Ensino Profissional, seguindo as normativas e legislações existentes. Desta forma, encaminham um memorial e solicitam orientações de como proceder para receber a autorização necessária para prosseguir com o processo de efetivação da nova escola.

> Dependências, serviços e material necessário à Escola: A título de sugestão, segue anexo, um plano contendo os dados necessários. Finalizando, somos inteiramente favoráveis à concretização da Escola pleiteada pelos signatários do Memorial e sugerimos a efetivação das seguintes providências:
>
> a) A "Fundação Agrícola Teutônia", como personalidade jurídica, oferecerá ao Estado os recursos que promete no "Memorial".
>
> b) O Estado concederá à "Fundação" o auxílio suficiente para construções que comportem 30 alunos, em regime de

[38] Acervo documental da Escola. Pasta de arquivos, documentos antigos. Carta escrita ao Exmo. Sr. Secretário de Educação Dr. Mozart Pereira Soares Superintendente do Ensino Profissional, ano 1952.
[39] Acervo documental da Escola. Pasta de arquivos, documentos antigos. Escola de Mestria Agrícola ou de Capatazes Rurais, ano 1952.

> internato, bem como equipamento necessário à Escola Agrícola.
>
> c) A Superintendência elaborará o convênio que será assinado entre a Secretaria de Educação e a "Fundação Agrícola de Teutônia", com respeito à constituição da Escola.[40]

A Fundação Agrícola, entidade mantenedora do educandário seria responsável por manter e administrar a escola. Além disso, poderia buscar sua própria forma de organização e cobrança pelos serviços prestados.

> A Fundação Agrícola Teutônia administrará e manterá o Educandário, em regime de internato, podendo cobrar anuidades dos alunos, para a cobertura dos gastos correspondentes. A "Fundação" poderá angariar fundos para completar a construção do estabelecimento. Se não for possível atingir esse objetivo, nos dois ou três primeiros anos de funcionamento, instalar-se-á o curso com o número de alunos que ingressarem no 1º ano, que passarão ao 2º e finalmente ao 3º e último.[41]

No caso desta fundação não conseguir dar prosseguimento à sua missão instituída, ela deveria devolver todos os bens que teria recebido até o momento.

> A Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do artigo 25 do Código Civil, determina que retorne à posse da Comunidade Evangélica de Teutônia a dotação [...], se a mesma for insuficiente para constituir a Fundação Agrícola Teutônia. Outrossim determina, nos termos do artigo 30 do Código Civil, que, no caso de sua dissolução, seja administrado pela instituidora o patrimônio da Fundação em apreço, até que venha a ser fundada outra com idêntica finalidade, a qual então deverá ser incorporado.[42]

A Fundação Agrícola Teutônia e a Comunidade Evangélica Paz demonstrariam grande interesse no projeto de instituir uma escola agrícola, denominada Escola de Mestria Agrícola ou de Capatazes Rurais, mas sozinhas não conseguiriam manter um educandário. Em busca de mais auxílios para dar andamento à escola, buscaram junto ao Governo Estadual e Federal, às prefeituras municipais do município de Estrela, Montenegro, Arroio do Meio e Lajeado, e receberam auxílios particulares. Durante o funcionamento da escola foram realizadas festas e tômbolas para angariar mais fundos para a instituição.

---

[40] Acervo documental da Escola. Pasta de arquivos, documentos antigos. Carta escrita ao Exmo. Sr. Secretário de Educação Dr. Mozart Pereira Soares Superintendente do Ensino Profissional, ano 1952.
[41] Acervo documental da Escola. Pasta de arquivos, documentos antigos. Carta escrita ao Exmo. Sr. Secretário de Educação Dr. Mozart Pereira Soares Superintendente do Ensino Profissional, ano 1952.
[42] Acervo documental da Escola. Pasta de arquivos, arquivo ativo. Estatutos e Regimento Administrativo, ano de 1952.

2.2 A ESCOLA TÉCNICA RURAL (1952-1966)

Após dar seus primeiros passos, a FAT, entidade mantenedora da Escola Técnica Rural localizada na vila Teutônia, daria andamento ao projeto da nova escola a partir do ano de 1952. Definiria provisoriamente a sua estrutura física inicial, seus objetivos, finalidades e metas que buscaria através do decorrer dos anos conquistar e afirmar-se como uma entidade estudantil com base no ensino agrícola.

A escola, que teve a sua proposta iniciada em 1952, receberia os primeiros alunos em 1953. Até 1966, conquistaria o seu espaço e presença no campo educativo da região do Vale do Taquari. A Fundação Agrícola Teutônia buscaria auxílios materiais e financeiros com diversas entidades que não mediriam esforços para alavancar a continuidade desta escola. A entidade, através da insistência de muitos colaboradores, em poucos anos, ampliaria seus bens patrimoniais, desde material e físico, e também o seu corpo de funcionários.

Passado um ano de planejamento e reivindicações, o ano de 1953 seria de suma importância porque seria definido o projeto da planta geral da Escola Agrícola que seria projetada com orientações do senhor Superintendente do Ensino Técnico Profissional da Secretaria da Educação e Cultura. Dariam andamento à perfuração de um poço artesiano, à instalação da rede elétrica, fundamentais para dar prosseguimento à construção da nova escola. A partir da primeira doação de terras, a FAT buscaria ampliar a área do patrimônio de terras, comprando uma fração de terras com mais 53.000 braças quadradas, de propriedade dos senhores Ernesto Henrique Ahlert e Edevino Ahlert, terras que passariam a pertencer ao patrimônio da FAT.

A Escola Técnica Rural de Teutônia, localizada na vila Teutônia, município de Estrela, no Estado Rio Grande do Sul, criado pela lei nº 2.086, de 7 de agosto de 1953 seria fundada em 1953 e funcionaria a partir do mês de setembro de 1953, oferecendo o “Curso de Técnicos Rurais”. A Fundação Agrícola Teutônia receberia a

doação de um prédio, que seria doado pela prefeitura de Estrela, necessitando a entidade mantenedora encaminhar a escritura pública do mesmo, a partir das orientações que a administração municipal de Estrela forneceria à entidade.

> "[...] O secretário Dreyer comunicou ao plenário que em atenção ao memorial 30-P de 7 do corrente, o senhor Prefeito Fett telefonara-lhe dizendo que esta Fundação deveria encaminhar mais um requerimento, solicitamos a outorga de escritura pública da doação que fora feita dos bens próprios municipais, pela Lei nº 183, de 18 de setembro de 1952. – Isto finalmente deu a convicção ao plenário de que seria efetivada de vez a tão controvertida doação."[43]

Após receber a confirmação da doação do prédio, dariam andamento ao processo de oficializar a escritura, seguindo as orientações do poder público. O prédio que seria doado, localizava-se na vila de Teutônia, onde anteriormente teria funcionado a subprefeitura e o centro telefônico. Neste local, a escola passaria a funcionar, mesmo que precariamente, até ser reformado por completo (ANEXO A). A ideia principal da FAT seria de inaugurar estas instalações reformadas junto com o lançamento da pedra fundamental do novo prédio definitivo que serviria de sede da escola. Os recursos para a reforma seriam solicitados ao poder municipal de Estrela, que faria uma doação em dinheiro para a reforma necessária do prédio acompanhada por uma comissão construtora responsável pelas obras no prédio novo.

Definidas as primeiras instalações da escola, dariam atenção ao quadro de professores que deveria reger este educandário. Buscariam apoio junto à Secretaria de Educação e Cultura, no setor da Superintendência do Ensino Profissional, coordenado pelo senhor Mozart Pereira Soares, para que ajudasse a legalizar a situação dos dois professores, os senhores Geraldo Engelbrecht e Rui Paixão Cortês, os quais passariam a atuar no educandário, sendo os mesmos pagos pelo Governo do Estado.

Ao designarem os professores que atuariam, a instituição se organizaria para legalizar a situação da escola em relação às leis, às bases e diretrizes do ensino e ao funcionamento definido pelo regimento da escola, que iria entrar em funcionamento no decorrido ano. Definidos os principais parâmetros curriculares e a

[43] Acervo documental da Escola. Livro de Atas nº 1, ata nº 6, ano de 1953, p.20.

legislação a serem seguidos, seriam estabelecidas as metas para o primeiro ano letivo.

A Escola, nos termos da Lei nº 2086, de 7 de agosto de 1953, passaria a ministrar as disciplinas de cultura geral do currículo, oficializada pelo Estado e ainda as disciplinas de cultura técnica dos cursos de Iniciação e Mestria Agrícola, 1º ciclo de ensino agrícola, ou as do Curso de Técnicos Rurais. As disciplinas da Cultura Geral seriam cursadas por todos os alunos da 1ª, 2ª e 3ª séries durante os três anos, e as disciplinas da Cultura Técnica seriam distribuídas entre as turmas de acordo com o currículo estabelecido para as três séries do Curso Técnico Rural.

No curso de Técnicos Rurais, os alunos cursariam as seguintes disciplinas distribuídas em culturas:

- Cultura Geral: Português, Alemão, Religião, História do Brasil, Geografia Geral e Economia do Brasil, Matemática, História Natural, Física, Química, Educação Física, Línguas e Canto Orfeônico.
- Cultura Técnica: Desenho Técnico, Agricultura Geral, Zootecnia Geral, Agricultura Especial, Noções de Veterinária, Higiene Rural, Mecânica e Máquinas Agrícolas, Noções de Agrimensura, Economia e Administração Rural, Fruticultura, Indústrias Rurais, Combate às Pragas da Lavoura e Climatologia Agrícola.

A Fundação ficaria a cargo de contratar um diretor e dois professores seriam designados pela Secretaria de Educação do Ensino Profissional para lecionarem na escola. Este comunicado seria encaminhado aos integrantes, que se fariam presentes na reunião do dia 03 de junho de 1953, pelo pastor Wahlhäuser que recebera o comunicado após a sua viagem à Porto Alegre.

> "Em seguida o Pastor Wahlhäuser teve oportunidade de relatar assuntos de importância que o prenderam à sua última viagem a Porto Alegre.
>
> Professores: Com a presença do senhor Willy Fuchs assentara junto ao senhor Mozart Soares, a indicação dos professores para a Escola Agrícola: Senhores Geraldo Engelbrecht e Rui Paixão Côrtes."[44]

[44] Acervo documental da Escola. Livro de Atas nº 1, ata nº 12, ano de 1953, p.32.

Resolvidos os principais pontos para o andamento da escola e nomeados os primeiros professores que viriam atuar no educandário, o Diretório Executivo teria a incumbência de contratar o primeiro Diretor da Escola Agrícola. De acordo com o artigo 2 do regimento administrativo, caberia “ao Diretório Executivo contratar o Diretor e demais funcionários do estabelecimento de ensino mantido, e rescindir, observadas as disposições legais a respeito, os contratos profissionais com os mesmos.”[45]

Seria contratado o senhor pastor Werner Wahlhäuser para dirigir o estabelecimento na função de diretor da Escola Agrícola Teutônia pelo período de um ano letivo, a vigorar da data de 1º de setembro de 1953, data de início de funcionamento da escola, até 30 de agosto de 1954, de acordo com a decisão do Diretório Executivo em sessão no dia 14 de julho de 1953.

> “Resolveu o Diretório Executivo, com apoio no artigo 2º letra(e), do Regimento Administrativo, contratar o rev. Pastor Werner Wahlhäuser, residente nesta localidade para dirigir o estabelecimento da Escola Agrícola Teutônia para Formação de Técnicos Rurais, pelo período de um ano letivo[...].”[46]

Decidida a contratação do diretor, o próximo passo a tomar seria decidir o início das atividades. Para isso, precisariam dar atenção ao quadro de funcionários: iniciariam contratando o senhor Edevino Ahlert e sua esposa Erna Ahlert para trabalharem na função do serviço administrativo da produção. Edevino possuía experiência agrícola, desde a plantação, criação de animais e para o serviço administrativo do internato, a senhora deveria suprir e prover a subsistência alimentar dos alunos da escola. O casal deveria manter o respeito, a boa ordem e a disciplina interna junto com a direção. Admitiriam pessoas na função de auxiliares que seriam pagas como mensalistas e diaristas. O senhor Osvaldo Morgenstern seria um dos mensalistas e a escolha de diaristas aconteceria de acordo com a necessidade da escola.

Em reunião, o diretório executivo decidiria ampliar seu quadro de docentes, e contrataria o professor técnico e auxiliar de internato, senhor Geraldo Engelbrecht, técnico rural.

---

[45]Acervo documental da Escola. Pasta preta do arquivo morto. Documentos antigos. Regimento Administrativo ano 1952.

[46] Acervo documental da Escola. Livro de Atas nº 1, ata nº 18, ano de 1953, p.45.

> “Contratar professor técnico e auxiliar de internato, - o senhor Geraldo Engelbrecht – técnico rural, brasileiro, solteiro, maior, domiciliado e residente nesta vila para o período até, este mês inclusive, 31 de agosto de 1954, a base do ordenado mensal de três mil e cem cruzeiros (Cr$ 3.100,00), além de dispor livremente da pensão e lavagem de roupa.”[47]

Seria admitido também o senhor Ralph Berthy Oschowlski, técnico rural, que seria contratado em vista da necessidade de suprir e auxiliar na função de professor técnico.

> “Contratar professor técnico e auxiliar nos diversos misteres de desenvolvimento da escola – o senhor Ralph Berthy Oschowlski – técnico rural, brasileiro, solteiro, domiciliado e residente nesta vila, para o período a partir desta data até 31 de agosto de 1954, a base do ordenado de três mil e cem cruzeiros (Cr$ 3.100,00) além de dispor livremente da pensão no internato e lavagem de roupa.”[48]

Definidas as contratações, regras seriam estabelecidas: o senhor pastor Werner Wahlhäuser seria o responsável por manter as relações externas da Escola na função de diretor, podendo continuar a reger a orientação religiosa no estabelecimento, bem como mais matérias de ensino. Geraldo Engelbrecht seria o responsável pelo encargo de direção interna do estabelecimento e atuaria como professor. Além da ajuda orçamentária recebida, contariam com a doação de diversas variedades de sementes, como também a promessa de assistência de maquinários, dentre outros materiais, que viriam a ser necessários para o funcionamento da escola. Esta doação seria feita pelo Ministério da Agricultura através do serviço de Fomento Agrícola à Fundação Agrícola Teutônia.

Passado um ano de funcionamento da escola, no ano de 1954, o pastor Wahlhäuser, na função de diretor, durante reunião, falaria sobre o andamento da escola, sobre os trabalhos desenvolvidos e o grau de aproveitamento do ensino. Também sobre as relações com o Estado, quanto à orientação atual e ressaltaria a necessidade da escola em manter relações com as autoridades de ensino federal, no sentido de garantir o reconhecimento público dos cursos em funcionamento.

> “[...] Falou P. Wahlhäuser sobre os andamentos na Escola, trabalhos desenvolvidos e grau de aproveitamento do ensino, as relações com o Estado, quanto à orientação atual e ressaltou a absoluta necessidade em atar normais relações da Escola com as autoridades de ensino da órbita

[47] Acervo documental da Escola. Livro de Atas nº 1, ata nº 25, ano de 1953, p.61.
[48] Acervo documental da Escola. Livro de Atas nº 1, ata nº 28, ano de 1953, p.66.

> federal, no sentido de garantir o reconhecimento público dos cursos em funcionamento.”49

Em vista da preocupação de dar continuidade à escola e afirmar a certeza de ajuda por parte do órgão público, fica claro que continuariam a lutar para atingir sua finalidade e seus objetivos como instituição escolar. A ampliação do quadro de funcionários e professores atesta o gradativo crescimento da escola. No quadro de funcionários, o empregado senhor Osvaldo Morgenstern seria demitido e admitido o senhor Elton Klepker, que lecionaria por tempo indeterminado como professor de matemática e exerceria a função de assessor técnico da tesouraria, cuidando da contabilidade, balanços e demais assuntos relacionados ao setor.[50]

Além da contratação do senhor Elton Klepker, que passaria a administrar o financeiro da entidade, passariam a contratar mais funcionários para ajudar nos trabalhos da escola. Entre eles o casal Baranov: Gregor e Inga von Baranov, que atuariam como administradores do internato. O senhor Edvino Ahlert, encarregado da produção agrícola da Fundação, manifestaria o desejo de afastar-se das suas funções juntamente com sua esposa, encarregada do internato, mas em consideração à escola ficaria até que houvesse outros funcionários que os substituíssem. Renovariam o contrato com o senhor Edevino Ahlert e sua esposa, e o empregado rural, senhor Werno Dörr, seria contratado como diarista.

No ano de 1954 diversos equipamentos de utilidade para as aulas práticas seriam adquiridos, como máquina de picar pasto, uma plantadeira-semeadeira, adubadeira, entre outros implementos. A aquisição dos equipamentos seria sugestão dos professores, preocupados com os recursos disponíveis para as aulas. Logo quando da realização do pedido, o mesmo foi encaminhado à empresa fornecedora.[51] Com estes equipamentos, os professores teriam mais recursos para as aulas práticas, já que era necessário acompanhar a evolução das tecnologias agrárias e capacitar os alunos para o seu uso.

Para complementar o plantel de animais, comprariam vacas leiteiras (ANEXO K) com ajuda do convênio com a Secretaria da Agricultura, e com o investimento da

[49] Acervo documental da Escola. Livro de Atas nº 1, ata nº 32, ano de 1954, p.74.
[50] Acervo documental da Escola. Livro de Atas nº 1, ata nº 35, ano de 1954, p.83.
[51] Acervo documental da Escola. Livro de Atas nº 1, ata nº 39, ano de 1954, p.90.

Prefeitura Municipal de Estrela, comprariam suínos (ANEXO L). Também foram adquiridos animais de tração: dois cavalos e dois bois. A estrutura física da escola receberia novas construções para abrigar o aviário, e construiriam três pavilhões. Da mesma forma, foi construído um chalé de madeira que viesse a facilitar a moradia dos professores da escola.

> "Para facilitar a moradia dos professores da escola, resolveu o diretório a construir um chalét de madeira com dimensão de 9 por 6,5 metros mais ou menos sendo seu preço calculado em Cr$ 35.000,00 aproximadamente."[52]

Além da construção deste chalé, a FAT se obrigaria a construir mais uma casa, por motivo da vinda da família Baranov (construiriam uma casa de tijolos com divisões de paredes de madeira). Organizariam uma rifa no valor de Cr$ 500.000,00. Como prêmio principal, um trator de marca Ford de 45 HP, que seria adquirido pelo preço de Cr$ 110.000,00, pago em prestações. Para o sorteio fariam a impressão de 10.000 cautelas no valor de Cr$ 50,00 cada uma, e o valor arrecadado com a rifa seria destinado a amortizar as dívidas com professores e funcionários e investir na manutenção do internato.

No ano subsequente, 1955, durante reunião do diretório executivo, o presidente afirmaria em sessão que a escola teria se mantido diante das dificuldades financeiras durante os três primeiros anos de funcionamento, e afirmaria estarem entrando em uma nova fase de organização nos seus serviços internos, motivo pelo qual pediria ao diretor um esquema desta futura organização.[53]

Devido ao fato de estarem entrando em uma nova fase de organização da entidade, voltariam sua atenção ao quadro de funcionários e professores da escola. Contratariam a senhora Lidia Kalkmann para substituir a senhora Erna Ahlert, nos serviços do internato. A senhora Geny Engelbrecht seria contratada para lecionar na escola, o senhor Seno Dreyer, contratado para a função de secretário, a senhora Helma Dickel trabalharia nos serviços do internato e a senhora Inge Baranov daria

[52] Acervo documental da Escola. Livro de Atas nº 1, ata nº 41, ano de 1954, p.93.
[53] "Pelo presidente foi dito que a escola tendo superado certas dificuldades, esta devia agora entrar em uma nova fase de organização nos seus serviços internos, e para isso pediu ao Diretor senhor Geraldo Engelbrecht um esquema desta futura organização." Acervo documental da Escola. Livro de Atas nº 1, ata nº 44, ano de 1955, p.99.

aulas de música de harmônio e datilografia em horas extras para os alunos interessados. Dispensariam os serviços da empregada Norma Rhein.

Neste ano, a FAT receberia em convênio com o Estado do Rio Grande do Sul, um valor de Cr$ 200.000,00, verba que seria destinada à compra do maquinário agrícola e utensílios agrícolas.

> "Aberto a sessão pelo presidente senhor Asido Dreyer inicialmente foi abordado o convenio com o Estado do Rio Grande do Sul, em que este destinou uma verba de Cr$ 200.000,00, verba esta que será destinada à compra de maquinaria."[54]

Esta verba expressiva, que entraria ao setor financeiro, contribuiria para compra de diversos equipamentos e utensílios, entre eles: um motor trifásico de 7,5 polegadas HP para mover as diversas instalações e máquinas do estábulo, aquisição de máquinas para o cultivo da batatinha e trigo, comprariam aparelhos meteorológicos, uma carroça agrícola e fariam melhorias na apicultura**.** Para o plantel de animais, comprariam uma junta de bois do senhor Edvino Ahlert e, com a verba recebida do Estado, construiriam um anexo ao estábulo, que abrigaria os bois.

No ano de 1955, dariam início à construção da ala sul, que seria a primeira parte do prédio. Inicialmente seria de um só piso principal com um piso térreo parcial, com estrutura de quatro salas de aula, e corredor lateral em toda a extensão. No térreo, estariam os banheiros e o vestiário, seu piso seria de concreto, cimento armado e os pilares de tijolos com meia parede até a altura da parte baixa das janelas, as paredes externas seriam de salpique.

> "[...] A construção da ala sul, em um só piso principal com um piso térreo parcial com as seguintes dependências: 4 salas de aula, corredor lateral em toda extensão devendo ser instalado no térreo: a instalação sanitária cumpridas totalmente as exigências mínimas do Código Sanitário em vigor, e outra dependência para vestiário."[55]

A construção deste prédio melhoraria a estrutura física para que pudessem atender a demanda de alunos que, com o passar dos anos, vinha crescendo. Como a estrutura para abrigar aos professores estaria ficando cada vez mais apertada, outra casa seria construída, de 66,52 m² de área de tijolos, rebocados e salpicados

[54] Acervo documental da Escola. Livro de Atas nº 1, ata nº 45, ano de 1955, p.103.
[55] Acervo documental da Escola. Livro de Atas nº 1, ata nº 49, ano de 1955, p.109.

com telhas de barro, esta casa se localizaria à rua Farrapos, esquina com Maurício Cardoso.

Em unanimidade durante a sessão de 10 de outubro de 1955, seria decidido entrar em negociação com o senhor Theobaldo Köefender para a compra de terrenos que estariam localizados ao lado do prédio em construção, o que seria necessário para poderem ampliar a estrutura e a capacidade da escola. Devido à demora da Secretaria de Educação e Cultura para realizar o pagamento dos professores que trabalhavam neste educandário, a FAT assumiria o papel de pagadora deste valor aos professores, devido ao esforço e compreensão dos profissionais. A Fundação anteciparia este valor até que recebesse retroativamente o valor prometido pela Secretaria de Educação e Cultura.

Em 1956, o galpão de máquinas e materiais seria equipado com diversos equipamentos, entre eles, um liquidificador agrícola, um trator marca “Fiat”, com diversos implementos (ANEXO JA).

> “[...] para aquisição de um liquidificador agrícola ao preço de Cr$ 6.100,00 por Intermediário da Cooperativa de Encantado e de um trator marca “Fiat” modelo 25 R como os respectivos implementos do Serviço de Revendas do Ministério da Agricultura pelo plano de financiamento com prazo de 3 anos com o pagamento inicial de Cr$ 45.247,00 e pagamentos de quotas entre 33 a 39 mil cruzeiros em 1957,1958 e 1959.”[56]

Estes equipamentos comprados não seriam somente de grande utilidade e agilizariam o trabalho diário na agricultura, mas também seriam usados para as aulas práticas com os alunos (ANEXO J). Além de equipamentos, comprariam muitos animais leiteiros para aumentar a produtividade do leite e animais de tração para usar nos serviços gerais na agricultura. Em vista das recomendações do Conselho Técnico, teriam de adaptar um aviário para pocilga de suínos e anexariam um abrigo para foragem; construiriam dois silos; adaptariam outro aviário para a casa das máquinas com levantamento da cobertura da pequena construção para proteger o parque agrícola; construiriam um aviário com extensão por todo o parque aviário que ficava perto do poço artesiano. Construiriam mais um chalé de madeira para moradia dos funcionários. Para o setor do internato, seria necessário fazer a compra de armários já que a demanda de alunos exigia este investimento.

[56] Acervo documental da Escola. Livro de Atas nº 1, ata nº 60, ano de 1956, p.131.

No quadro de funcionários, seriam demitidas a senhora Helena Dickel e senhora Gregor Baranov. Pediria demissão a senhorita Edy Schneider. Receberiam a confirmação da contribuição por parte do Estado do Rio Grande do Sul que seria paga anualmente à mencionada Escola a quantia de duzentos e cinquenta mil cruzeiros (Cr$ 250.000,00), que deveriam ser aplicados de acordo com um plano aprovado pela Superintendência do Ensino Profissional.

> **CLÁUSULA 4ª -** Como contribuição, o Estado do Rio Grande do Sul pagará anualmente, à mencionada Escola, a quantia de duzentos e cinquenta mil cruzeiros (Cr$ 250.000,00), que deverão ter sua aplicação de acordo com um plano aprovado pela Superintendência do Ensino Profissional.[57]

Este valor viria a contribuir para o setor financeiro da mantenedora, sendo que agora poderiam contar com este recurso que seria pago anualmente. Estes recursos seriam investidos nas melhorias da estrutura escolar, seguindo rigorosamente as orientações repassadas pela Superintendência. Além da contribuição assinada através do termo, o Governo do Estado, através de sua Subsecretaria do Ensino Técnico da Secretaria de Educação e Cultura, se comprometeria:

> **CLÁUSULA I -** O Governo do Estado, através da Subsecretaria do Ensino Técnico da Secretaria de Educação e Cultura, compromete-se:
>
> a) A contribuir com recursos especiais destinados à construção, ampliação e equipamento da Escola técnica Rural, mantida pela Fundação;
>
> b) A contribuir, ainda, para as despesas de manutenção da Escola Técnica Rural com trinta (30) bolsas de estudo no internato no valor de oito (8) salários mínimos e mais sessenta (60) bolsas de estudo de redução de anuidade no valor de quatro (4) salários mínimos vigentes durante o ano letivo;
>
> c) A conceder, em caráter supletivo, professores que, em comum acordo entre as partes interessadas, forem julgados necessários às atividades do ensino técnico;

[57] Acervo documental da Escola. Pasta preta do arquivo morto. Documentos antigos. Termo de convênio celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Fundação Agrícola Teutônia, em Teutônia, 5º Distrito do Município de Estrela, ano 1957.

d) A prestar assistência técnico-pedagógica e administrativa necessária à organização e funcionamento dos cursos.[58]

O Governo do Estado assumiria um papel essencial, e viria a contribuir no que fosse necessário, amparando os setores financeiro, administrativo e pedagógico. Este orçamento a ser recebido deveria ser aplicado de acordo com as necessidades, e a Fundação Agrícola Teutônia ficaria encarregada de administrar e aplicar estes recursos.

CLÁUSULA II - A Fundação Agrícola Teutônia, obriga-se:

a) A organizar e manter cursos técnicos agrícolas, regulares ou livres, de acordo com os padrões e programas elaborados pela Subsecretaria do Ensino Técnico, e adotar a denominação de Escola Técnica Rural;

b) A conceder trinta (30) matrículas, a candidatos indicados pela Subsecretaria do Ensino Técnico, satisfeitas as exigências regulamentares;

c) A assegurar aos alunos bolsistas o mesmo tratamento pedagógico e médico-social instituído para os demais, na forma de seu regulamento;

d) A manter estreita ligação com os órgãos competentes da Subsecretaria do Ensino Técnico, prestando todas as informações referentes ao movimento escolar e comunicando qualquer ocorrência relacionada com os alunos bolsistas;

e) A apresentar à Subsecretaria do Ensino Técnico, até março de cada ano, relatório circunstanciado de todas as atividades, em especial sobre os planos de organização, investimento e manutenção;

f) A receber orientação e fiscalização dos órgãos especializados da Subsecretaria o Ensino Técnico;

g) A apresentar, até março de cada ano, prestação de contas da aplicação das contribuições recebidas sem função deste CONVÊNIO, conforme padrão que a Subsecretaria do Ensino Técnico estabelecer;

[58] Acervo documental da Escola. Pasta preta do arquivo morto. Documentos antigos. Termo de convênio celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Fundação Agrícola Teutônia, em Teutônia, 5º Distrito do Município de Estrela, ano 1957.

> h) A indicar um dos professores técnicos designados pela Subsecretaria do Ensino Técnico para exercer o cargo de Diretor da Escola.[59]

Como garantia para receber este valor, a FAT ficaria encarregada de oferecer bolsas de estudos a alunos interessados, mas sem condições de pagar pelo seu estudo. No dia 19 de dezembro de 1956, aconteceria a formatura dos primeiros alunos desta escola e o diretório executivo, em reunião, decidira autorizar para que neste dia fariam um churrasco gratuito aos alunos e seus convidados (ANEXO M).

No ano de 1957, muitas mudanças acontecem no quadro de funcionários: seria contratado o senhor Claus Saeger e, para o mesmo residir, seria construído mais um prédio de alvenaria. Contratariam os serviços do casal Köfender e a doméstica Araey Dörr. O funcionário Gregor Baranov seria demitido devido a problemas de relacionamento com o diretor em relação aos serviços prestados. Para suprir a necessidade, seria contratado o casal Armando Rückert e esposa para serviços do internato e lavoura, como também, o senhor Alfredo Stapenhorst seria contratado para administrar a lavoura da escola.

Neste ano, a firma H. Dreyer de Osnabrück, da Alemanha, faria a doação de uma semeadeira para uso na escola, mas ficaria combinado que a despesa do frete estaria a cargo da escola que aceitaria a condição e buscaria o equipamento, como descrito no livro de ata.

> "[...] presidente senhor Asido Dreyer comunicou aos presentes a notícia da firma H. Dreyer – de Osnabrück Alemanha, que esta resolveu doar uma semeadeira para uso da Escola, e que a Fundação devia responsabilizar-se pela despesa de frete, etc. a doação foi aceita e autorizadas as despesas." [60]

Além de diversas contribuições, a Alemanha beneficiaria a escola através de doações em dinheiro para serem aplicadas em bolsas de estudo a alunos que necessitariam usufruir das mesmas. Em um telegrama enviado ao deputado federal Lino Braun, o governo da Alemanha ofereceria substituir as bolsas de estudos por

---

[59] Acervo documental da Escola. Pasta preta do arquivo morto. Documentos antigos. Termo de convênio celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Fundação Agrícola Teutônia, em Teutônia, 5º Distrito do Município de Estrela, ano 1957.

[60] Acervo documental da Escola. Livro de Atas nº 1, ata nº 69, ano de 1957, p.148.

dois técnicos alemães que viriam lecionar na escola. Imediatamente a proposta seria aceita pelo diretório executivo.[61]

Toda a ajuda que a escola passaria a ter seria de grande importância, e a vinda dos professores da Alemanha contribuiria para melhorar o ensino. Com conhecimento em lidas agrícolas para atuar na escola e passar seus ensinamentos aos seus alunos, as aulas ministradas pelos professores alemães passariam a ter uma grande valia para a instituição escolar.

Neste período, iniciaria o funcionamento do serviço de inseminação artificial e na função ficaria responsável o funcionário Arno Beinecker. Deslocando-se nas propriedades que necessitassem de seus serviços de inseminação, ele também atenderia aos animais da escola.

> "[...] o senhor presidente declarou que estava sendo iniciado o serviço de Inseminação artificial, e para o referido serviço o diretório concordou em admitir como funcionário o senhor Arno Beinecker com vencimentos fixos de Cr$ 2.500,00 mensais com direito a pensão do internato e cama para melhor andamento do referido serviço o senhor presidente pôs a disposição um automóvel modelo A adquirido por ele do que fará uso o senhor Arno Beinecker mediante condições estabelecidas em documento especial assinado por todos os presentes e em que o senhor presidente também declara as condições em que fará uso dos referido veículo de sua propriedade, o inseminador artificial."[62]

Este serviço, que seria prestado pelo profissional responsável pela inseminação, viria a contribuir para a comunidade local, da mesma forma, a escola faria uso deste serviço para seus animais. Mais uma vez, percebe-se a estreita relação entre os anseios da comunidade e os propósitos da escola.

No dia 7 de maio de 1957, na cidade de Porto Alegre, na Secretaria de Educação e Cultura, o senhor Ariosto Jaeger e o senhor Asido Dreyer, Presidente da Fundação Agrícola Teutônia, firmariam convênio para conceder matrículas a alunos da Escola Agrícola mantida pela FAT. Na Cláusula 1ª, a Fundação Agrícola Teutônia, obriga-se a conceder quinze (15) matrículas gratuitas para internos, na sua Escola

---

[61] [...] o senhor presidente leu um telegrama do Deputado Federal Lino Braun propondo a substituição das Bolsas de Estudos na Alemanha por dois técnicos alemães para lecionar nesta escola, [...]". Acervo documental da Escola. Livro de Atas nº 1, ata nº 77, ano de 1957, p.157.

[62] Acervo documental da Escola. Livro de Atas nº 1, ata nº 71, ano de 1957, p.151.

Agrícola, a candidatos indicados pela Secretaria de Educação e Cultura.[63] Através deste convênio, a FAT passaria a oferecer um número de matrículas gratuitas a alunos que quisessem estudar nesta escola. Seria uma forma de beneficiar alunos interessados no estudo, mas sem condições financeiras de serem sustentados pelos seus pais.

Após seis anos de muito esforço, no ano de 1958, transcorreriam normalmente os trabalhos na escola, e seria apresentado ao diretório executivo o pastor Kolhaus, que passaria a ter a função de Hausvater, ou seja, pessoa responsável por cuidar do internato da Escola Agrícola Teutônia. Para o mesmo residir, aumentariam para o lado leste do prédio cerca de 2,70 metros de área construída. Na sessão do dia 23 de setembro de 1958, realizada especialmente para recepcionar e homenagear o novo professor da escola, Ralph Berthy Olschowsky, que recentemente teria vindo da Alemanha, após ter concluído uma bolsa de estudos de quinze meses concedida pelo governo da Alemanha, passaria a ensinar novas técnicas na cultura da batata inglesa.

Por decisão de livre e espontânea vontade, o diretor Engelbrecht pediria sua demissão do cargo. Como novo diretor ficaria definido o senhor Ralph Olschowsky que assumiria a missão de dar andamento à instituição escolar. Para o ano de 1959, o tesouro do Estado liberaria um auxílio de Cr$ 4.000.000,00, que seria pago em três cotas a FAT, sendo que este valor seria usado para manutenção da escola e construção de mais um galpão.

Mais uma vez o quadro de funcionários sofreria alterações: seriam demitidos os funcionários Oscar Fritsch e Arnildo Graeff. Admitiriam novos funcionários: o senhor Lauro Wiethölter, como administrador da lavoura e professor; o casal Willy Henrique Dickel, ele como auxiliar dos trabalhos da lavoura e ela auxiliar de cozinha. Para professores admitiriam: o senhor Tarcizio Mendes para os trabalhos da criação, como professor e administrador, o senhor Luiz Nilson Hiemer, o senhor Seno Dreyer e senhora Iris Olschowsky como professores.

Os funcionários e professores admitidos teriam seus salários calculados de acordo com a nova lei do salário mínimo instituída. Desta mesma forma, fariam com

[63]Acervo documental da Escola. Pasta de arquivos. Termo de convênio celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Fundação Agrícola Teutônia, ano de 1957.

os demais funcionários e professores, que já exerciam sua função profissional na instituição, regularizando a situação trabalhista dos mesmos. A FAT passaria a assinar a carteira de trabalho e regularizar a situação trabalhista dos funcionários na entidade.[64] Como se pode notar, os funcionários que já atuavam no educandário eram admitidos somente por um contrato e, após este importante passo que a FAT dará, os seus funcionários passariam a ter seus direitos assegurados perante a lei e sua carteira de trabalho seria obrigatória.

No ano de 1960, a entidade escolar ampliaria seu espaço físico, concluiria a construção do prédio maior, ou seja, a segunda parte que ainda faltava construir, inaugurando em 11 de setembro de 1960 a nova construção (ANEXO H). A ampliação deste prédio se daria somente através das verbas recebidas do Governo Estadual. Construiriam uma estrutura mista que serviria para engordar e criar porcos e três silos que abrigariam a forragem. Passariam a ampliar sua extensão de terras, comprariam de Arnildo Stapenhorst cerca de seis hectares no início do ano, e em 20 de dezembro fariam outra compra de terras do senhor Ernesto Henrique Ahlert, com cerca de 484m².

Através da legislação do ensino agrícola em Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1960, seria adaptada a lei de acordo com às exigências do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul que teria como base:

> III – O ensino agrícola deverá atingir a grande massa de trabalhadores rurais, através de treinamento e aprendizagem adequada ao seu nível de conhecimentos.
>
> 1. Desse modo, o presente anteprojeto tem a preocupação de ajustar os sistemas federais e estaduais do ensino agrícola à política educacional inspirada nas necessidades rurais do Estado, visando imprimir-lhes conteúdo dinâmico e atendimento efetivo às populações do interior.
>
> 2. O sistema federal de ensino agrícola, deficiente para o nosso Estado tipicamente agropastoril, encontra-se sob pronunciada influência do ensino secundário; desse modo, os estabelecimentos de ensino assim estruturados, transformam-se em meros “ginásios agrotécnicos”. Embora em grande função social, são de restrita significação profissional e de escassa contribuição para uma política de produção econômica, seja por falta de mercado de trabalho para os egressos dos cursos agrícolas de 1º ciclo, seja pela

[64] Acervo documental da Escola. Livro de Atas nº 1, ata nº 106, ano de 1959, p.196

> especificação dada aos formandos pelo curso agrícola de 2º ciclo.[65]

É neste cenário descrito que se enquadram os propósitos da Fundação Agrícola Teutônia. A mesma oferecia em seu educandário o ensino agrícola vinculado às necessidades rurais do Vale do Taquari. Para os seus alunos, filhos de agricultores, seria conferida formação profissional para atuação nas propriedades agrícolas.

Em vista do anteprojeto que instituía a Lei de Diretrizes e Bases, em 1961, as antigas escolas passariam a se chamar de Ginásio Agrícola e a Escola Agrotécnica passaria a se chamar de Colégio Agrícola, com base em três séries do segundo ciclo e, ao final do curso, forneceriam o diploma de técnico agrícola. A antiga Escola Técnica Rural passaria a se chamar, então, de Colégio Agrícola Teutônia.

Em 04 de março de 1961, no Colégio Agrícola Teutônia iniciaria o funcionamento do ginásio através da validação de estudos realizados nos cursos Ginasial Agrícola e Colegial Agrícola, mediante o parecer favorável do Conselho Estadual de Educação.

> Neste processo, o Colégio Agrícola Teutônia, sito em Teutônia, município de Estrela, mantido pela Fundação Agrícola Teutônia, requer autorização de funcionamento do curso ginasial normal. Reconhecimento dos cursos ginasial e colegial agrícola no período anterior à autorização de funcionamento, ou seja, para o ginásio, desde 4 de março de 1961, e para o colégio, desde 8 de março de 1965.[66]

O colégio contaria, neste ano, com um corpo docente composto por nove professores, dos quais cinco lecionariam a disciplina de Cultura Geral e quatro docentes, a disciplina de Cultura Técnica. As disciplinas a cursar seriam separadas por culturas. A Cultura Geral seria composta pelas disciplinas: Português, Matemática, Ciências Naturais, Geografia e História do Brasil. A Cultura Técnica: Agricultura Geral, Culturas Regionais, Mecânica Agrícola, Criação de animais domésticos, Administração Agrícola, Desenho Técnico e Instalações, Higiene Rural e

[65] Acervo documental da Escola. Pasta preta do arquivo morto. Documentos antigos. Ante projeto da lei do ensino agrícola, ano 1960

[66] Acervo documental da Escola. Pasta preta do arquivo morto. Documentos antigos. Conselho Estadual de Educação – Comissão de Legislação e Normas, parecer nº 289, ano de 1970

Socorro de Urgência. Os alunos teriam de cursar também as matérias das práticas educativas, entre elas, Educação Religiosa e Educação Física.

Neste mesmo ano, aumentaria a estrutura física do colégio, construindo-se um galpão para máquinas, ferramentas e depósito de adubos e sementes, coberto com telhas de zinco e estrutura de madeira. Também construiriam um abrigo de madeira com telhas de barro, um galpão para abrigar os compressores para hidráulica, casinha para depósito de madeira, uma casinha para instalação da industrialização do leite, e uma casinha de material para diversos fins (defumador, lavanderia, fornalha). Comprariam mais uma área de terras da propriedade do senhor Arnildo Stapenhorst, com aproximadamente três hectares.

A escola iniciaria suas aulas no ano de 1961, com cerca de 80 alunos e concluiria o ano com 67 alunos. Os profissionais, pastor Daniel Kolfhaus, que lecionaria cultura geral, e o professor Claus Martim Saenger, de cultura técnica, pediriam sua demissão. Seria admitido o professor Alfredo Schneider, que lecionaria zootecnia e noções de veterinária. Ao encerrar o ano, a escola formaria a 6ª turma com sete alunos no curso de Técnicos Rurais.

Em 1962, com o advento da Lei de Diretrizes e Bases, o estabelecimento daria início ao Curso de Aprendizagem Agrícola, cujo currículo inicial seria regulado pela Portaria 53, de 30 de março de 1962, da Subsecretaria do Ensino Técnico da SEC. Este curso funcionaria com duas séries, a turma da 2ª série seria constituída com parte dos alunos matriculados na 1ª série do curso Técnico Rural de 1961. Esta transferência seria necessária e possível mediante a coincidência do currículo entre as primeiras séries de um e outro curso, não necessitando aplicar exame de adaptação. As disciplinas de Noções de Agricultura e Zootecnia seriam ministradas aos alunos da primeira e segunda séries do Aprendizado Agrícola. Ao fim do ano, a escola acabaria formando 15 alunos como Técnicos Rurais.

Em 1963, iniciaria o curso ginasial já com três séries, pois as duas séries do Curso de Aprendizagem Agrícola de 1962 passariam a constituir as segundas e terceiras séries ginasiais. Com a instalação do ginásio, consequentemente seria extinto o Curso de Aprendizagem Agrícola e, no fim do ano de 1963, o Curso de Técnicos Rurais formaria a última turma, de quatro alunos.

Essa transição teria iniciado no ano de 1953 e viria a sofrer alterações a partir da LDB, sendo instituído, a partir de 1963, um novo curso.

> O curso de técnicos rurais, criado pela Lei Estadual nº 2.086, de 7 de agosto de 1953, era mantido pelo estabelecimento até a edição da LDB, em dezembro de 1961, quando então o estabelecimento resolveu, adaptando-se a LDB, encerrar o curso de técnicos rurais e iniciar o de aprendizagem agrícola. Transferiu, então, os alunos do curso técnicos rurais para séries correspondentes do curso de aprendizagem agrícola então criado. Já em 1963, no entanto, deixou de fazer funcionamento o curso de aprendizagem agrícola e iniciou um ginásio agrícola, transferindo, da mesma forma, os alunos do curso de aprendizagem agrícola para séries seguintes do curso ginasial agrícola.[67]

Esta mudança de curso se fez necessária para poder adequar a instituição de acordo com a lei estadual, passando do curso de Técnicos Rurais para a denominação de Curso de Aprendizagem Agrícola. Após o ano de 1963, passaria a ser denominada de Curso Ginasial Agrícola, com duração de três anos. No decorrer do ano de 1964, buscariam colocar em funcionamento o Curso Colegial Agrícola que, a partir do ano letivo de 1965, iniciava as suas atividades. Ao finalizar o ano, formariam a sua primeira turma de ginasial (ANEXO N). Em 08 de março de 1965, daria definitivamente o início do funcionamento dos cursos Ginasial e Colegial Agrícola.

Neste mesmo ano, a escola entraria de luto com o falecimento de seu diretor, dois professores, um aluno e dois funcionários, devido ao rude golpe sofrido com o surto de doenças na escola, fator que dificultaria a escola a cumprir as exigências mínimas de programas e dias letivos neste ano, devido à interrupção das suas atividades. As aulas da Escola Agrícola seriam reiniciadas e deveriam funcionar não mais no antigo local, mas no prédio do Centro da Comunidade Evangélica e seus alunos ficariam abrigados em casas particulares e fariam as refeições no hotel da vila até que a situação se definisse por completo.

A comunidade da vila e da região do Vale do Taquari não mediram esforços para que esta escola iniciasse e progredisse nos seus ensinamentos agrícolas. As autoridades, preocupadas com a situação da agricultura, empenhar-se-iam ao máximo para que os alunos, que moravam nas propriedades rurais, viessem estudar

---

[67] Acervo documental da Escola. Pasta preta do arquivo morto. Documentos antigos. Conselho Estadual de Educação – Comissão de Legislação e Normas, parecer nº 289, ano de 1970.

na escola e futuramente aplicassem seus conhecimentos nas mesmas. Como resultado a longo prazo, podemos verificar o crescimento e transformação do cenário da agricultura, fator responsável pela geração da produção primária e pela continuidade da escola no cenário institucional da região.

A infraestrutura física da escola, passados os anos, crescia através de doações, parcerias e constante empenho por parte dos representantes da Comunidade Evangélica Paz, integrantes da FAT, Conselho Diretor, Diretório Executivo e autoridades da região do Vale do Taquari. O propósito da Escola Técnica Rural, dedicada à educação agrícola e formação técnica rural para os seus alunos, traria resultados positivos à economia dos municípios do Vale do Taquari.

3 “NA EDUCAÇÃO DE SEUS FILHOS ESTÁ A SOLUÇÃO DE INÚMEROS DOS SEUS PROBLEMAS” - O COLÉGIO AGRÍCOLA TEUTÔNIA

Sentindo a necessidade da modernização, a agricultura brasileira se desenvolverá através de métodos e técnicas produtivas, fator que favorecerá o surgimento das primeiras escolas de agricultura que se difundem pelo país com o passar dos anos. Os momentos de dificuldade econômica e projetos de modernização fizeram surgir instituições escolares que atendessem a esta necessidade de promover mudanças. No Vale do Taquari, da mesma forma, em meados do século XX, pretende-se renovar o setor agrícola e promover o desenvolvimento econômico da região.

As terras, que andavam enfraquecidas, já não eram mais tão rentáveis. Os produtos da colheita estavam menos fartos, e as mesmas extensões de terra já não garantiam a mesma produtividade de antes. Para alterar esse quadro, mudanças teriam de ser realizadas, introduzindo na agricultura novas técnicas e equipamentos para o cultivo. Para isso, no entanto, os agricultores deveriam estar preparados, ser treinados, e receber os ensinamentos necessários para as mudanças que se pretendia na prática.

A solução encontrada seria dar formação aos filhos dos agricultores, ensinando novas técnicas e formas de cultivo para aplicarem nas propriedades agrícolas. A transmissão desses ensinamentos precisava de um ordenamento,

cabendo às instituições de ensino ministrar as disciplinas de técnicas agrícolas. Tratar-se-ia de instituições de ensino técnico, voltadas para a área da agricultura. Ao ensinar os jovens, filhos de agricultores, garantir-se-ia a sua fixação à terra e o incremento das atividades aí desenvolvidas. Na vila de Teutônia, depois da mobilização da comunidade, a Escola Técnica Rural seria criada em 1952.

Autoridades políticas da região e demais representantes da sociedade seriam congregados para dar andamento ao estabelecimento da escola. Temos a formação de um grupo de indivíduos atuando para que a primeira escola com ensino agrícola fosse estabelecida na cidade, no então município de Estrela, que passaria a atender à demanda dos estudantes de toda a região. Seu ensino agrícola daria aos filhos dos agricultores as primeiras instruções necessárias para a execução de suas tarefas agrícolas. As escolas agrícolas eram as responsáveis por estas disciplinas e pela formação dos trabalhadores em diferentes níveis. De acordo com (COAGRI apud GRITTI, 1982, p. 33):

> A ênfase para com a formação de um quadro dirigente, além de agrônomos e técnicos, fica evidenciada no objetivo que projeta a reorganização do ensino agrícola, como também o vínculo da formação/institucionalização ao processo de desenvolvimento e complexificação da produção agrícola. [68]

No ano de 1966, a então denominada Escola Técnica Rural passa a ser chamada de Colégio Agrícola Teutônia. Esse novo estatuto é conferido pela portaria da SEC nº 26.473, na qual a escola técnica passará a ser denominada de escola agrícola. Inicia-se, portanto, um novo período da trajetória da instituição, momento em que a escola já está consolidada na região com a oferta do ensino agrícola. A demanda de novas disciplinas e o aumento do número de matrículas dos alunos exigiram novas mudanças na estrutura física e no quadro de funcionários da instituição.

[68] GRITTI, Silvana Maria. **Educação Profissional rural:** formação técnica. 2008. v. 33. Disponível em:<http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2008/01/a8.htm>. Acesso em: 29 jun. 2014.

3.1 O COLÉGIO AGRÍCOLA TEUTÔNIA (1966-1977): CURSOS, MATRÍCULAS E O QUADRO DE FUNCIONÁRIOS.

No ano de 1966, através da portaria nº 26.473 de 20 de outubro, seria reconhecido pela Secretaria de Educação e Cultura o Curso de Aprendizagem Agrícola e autorizados os cursos Ginasial e Colegial Agrícola. Em uma visita feita à escola pela Secretaria da Educação seria aprovado o funcionamento do Curso Ginasial e Colegial Agrícola e o curso Normal Rural de acordo com o documento:

> Houve a instância da Direção, e por determinação das autoridades competentes, uma inspeção da Secretaria da Educação, tendo o resultado positivo da mesma contribuído para que o senhor Secretário da Educação e Cultura, em portaria nº 25.473, de 20 de outubro de 1966, tendo em vista o que consta do processo nº 7858-63, em especial parecer nº 237-66, do Egrégio Conselho Estadual de Educação, concedesse reconhecimento ao Curso de Aprendizagem Agrícola, que funcionou neste estabelecimento até o ano de 1962. No mesmo ato, foi concedida também a autorização de funcionamento dos cursos Ginasial e Colegial Agrícolas. De acordo com o planejamento educacional do Sínodo Rio-grandense, foi iniciado, neste ano, o curso Normal Rural, que parece ter encontrado boa repercussão[...].[69]

A partir dessa regularização dos cursos, conferida pela Secretaria de Educação, o Colégio Agrícola Teutônia passaria a oferecer três modalidades de cursos: o Curso Ginasial, o Colegial e o Curso Normal. A escola neste ano de 1966 contaria com 123 alunos matriculados, concluindo o ano letivo com 121 alunos assim distribuídos: a 1ª série Ginasial com 34 alunos, a 2ª série Ginasial com 20 alunos, a 3º série Ginasial com 26 alunos e a 4ª série Ginasial com 18 alunos. Já o Curso Colegial contava com 16 alunos na 1ª série e na 2ª série havia sete alunos. Para atender a essa demanda de alunos, a instituição admitiria as professoras Hildegar Celita Grellmann e Helena Eidelwein.

No ano de 1967 estariam matriculados 154 alunos, havendo sete desistências e duas transferências. Percebemos já neste momento um aumento importante do número de alunos que ingressavam na instituição. Neste ano a escola teria um corpo docente constituído por 10 professores pagos pela FAT, quatro professores cedidos pelo Estado e um professor do Serviço de Voluntários Alemães.

---

[69] Acervo documental da Escola. Pasta de arquivos, arquivo ativo, orçamentos, balanços e relatórios, até o ano 1975.

Esse vínculo com a Alemanha, que possibilitou a presença de professores alemães na instituição desde o ano de 1957, e a doação de alguns equipamentos representou uma importante ajuda para o fortalecimento da instituição. Em 1967, retornavam para a Alemanha os professores Margot Kaufhold e Hans Gausmann, depois de ministrarem aulas durante muitos anos na escola. Outros professores alemães, no entanto, continuariam o trabalho dos colegas.

Além do auxílio do Serviço de Voluntários Alemães, a Escola Agrícola receberia ajuda financeira provinda da Federação Mundial Luterana. Essa verba seria utilizada para aquisição de trator, serra circular e diversos equipamentos para a oficina rural, além dos materiais necessários para as construções. Nesse momento, seriam adquiridas diversas máquinas para a oficina escolar, equipamentos para o laboratório de análise de solo e análise do leite. O ano de 1967 fecharia sem déficit orçamentário, graças aos auxílios recebidos do Sínodo Rio-grandense.[70]

A Fundação Agrícola Teutônia, ao ser criada em 1952, carregava consigo um sentido religioso, e seguia as orientações religiosas da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). As primeiras mobilizações para a criação da Fundação e da Escola foram realizadas pelos membros da Comunidade Evangélica Paz, liderados pelo seu pastor. Depois de estruturada, passou a receber auxílio financeiro do Sínodo, mantendo-se vinculada às orientações do mesmo. Esta entidade beneficiava a escola, angariando fundos que eram investidos na construção de novos prédios, compra de maquinário e manutenção da instituição.

Em 1968, a FAT, mantenedora da escola, registraria 156 alunos matriculados em sua entidade estudantil. Seu corpo docente sofreria alterações, quando seriam admitidos os professores José Carlos Müller, Ingo Schulze, o engenheiro agrônomo Gerhard Uhlein e a professora Wally Strehler. Demitidos seriam os docentes que haviam sido cedidos pelo projeto alemão, os senhores Constantino Henrique Penno e Helmuth Leistner e esposa e a professora Elisabeth Klier.

[70] “Recebemos através da Federação Mundial Lutherana um auxílio de NCr$ 14.905,00 para aquisição de máquinas agrícolas, construções e equipamento de uma oficina rural, o que foi realizado.” Acervo documental da Escola. Pasta de arquivos, arquivo ativo, orçamentos, balanços e relatórios, 1975.

No dia 6 de março de 1969, através do decreto nº 19.563, a Fundação Agrícola Teutônia seria declarada de Utilidade Pública Estadual, em ato assinado pelo Governador do Estado. Tendo em vista já possuírem o Certificado de Fins Filantrópicos, que fora concedido pelo Conselho Nacional de Serviço Social, a partir do mês de maio contariam com a isenção da parte patronal da Previdência Social do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

A mantenedora da escola, FAT, não mediria esforços e, após anos de conquistas e desafios, manteria forte seus alicerces como instituição educacional baseada no ensino agrícola. Neste ano de 1969, outra importante colaboração viria da Igreja de Confissão Luterana no Brasil. Através da Federação Mundial Luterana, com base no lema **"**Pão para o Mundo", seriam arrecadados fundos que foram doados para a escola. Os recursos foram destinados para a construção de um salão de funções múltiplas, prédio com salas de aula e alojamento para moças, inaugurado no dia 29 de novembro de 1969.

No ano de 1969, a escola matricularia 157 alunos divididos entre os cursos Colegial e Ginasial. Seria inaugurado o internato feminino que viria a facilitar o acesso das meninas às aulas, e inaugurariam o Ginásio Esportivo, chamado de salão de funções múltiplas.[71] Estes novos prédios inaugurados serviriam como apoio para a reestruturação das atividades estudantis, atingindo agora também as moças, além dos rapazes. Nos documentos lidos, apareceria novamente a preocupação de receber as meninas de diferentes cidades e, por isso, da importância do alojamento.

Essa vinculação com a sociedade local, ou a preocupação com a sua inserção social, é destacada também pelos serviços oferecidos pela instituição. A escola manteria um parque de máquinas agrícolas, o qual poderia ser arrendado aos agricultores para usarem em suas terras a um preço de custo. Além disso, criariam e manteriam um plantel de reprodutores suínos e bovinos de leite de alta categoria para fornecimento de reprodutores registrados.

Para a manutenção da estrutura interna, mais recursos e terras tornavam-se necessários. Para tanto, fariam a compra de uma área de 20,7384 ha, que somada à

[71] "Tendo sido promovido, nas últimas férias de verão, um torneio de futebol de salão entre dez quadros formados por elementos da comunidade local e regional." Acervo documental da Escola. Pasta de arquivos, arquivo ativo, orçamentos, balanços e relatórios, até o ano 1975.

área existente daria uma área útil de 66,3843 ha de terras. Cultivariam ainda uma área arrendada de 11,3206 ha, totalizando uma área de agricultura de 77,7049 ha. Dessa forma, havia condições de transformar a área desta propriedade em uma Escola Fazenda, que atenderia toda a parte didática do ensino agrícola, essencialmente as aulas práticas, e abasteceria com gêneros alimentícios o internato.

> Tendo como meta buscar os recursos necessários para custear os estudos de alunos menos favorecidos, e como meio a intensificação cada vez maior da exploração agrícola, visando a transformação da propriedade em Escola Fazenda, adquirimos duas áreas de terras, uma com 9 ha e 1.125 m², destinado ao aproveitamento com culturas anuais e outra, com 3.540 m², onde se encontram edificados três aviários com a capacidade total para 4.000 aves, e uma casa de alvenaria.[72]

Tendo como meta buscar os recursos necessários para custear os estudos de alunos menos favorecidos e intensificar cada vez mais a exploração agrícola, pretendiam transformar a propriedade em uma Escola-Fazenda. Para isto teriam de efetivar a compra de um trator, uma semeadeira-adubadeira e um cultivador para plantar as culturas anuais, como o trigo e a soja. A produção das áreas mais extensas poderia ser comercializada, enquanto que as outras culturas seriam realizadas apenas em pequena escala, com propósitos didáticos, sem fins lucrativos.

Havia, portanto, a preocupação de intensificar a exploração agrícola e adequar as estruturas da escola, para que pudessem trabalhar e ensinar na forma de uma Escola Fazenda. Da mesma forma, no discurso dos gestores da escola aparece o desejo de custear os estudos para os alunos que não tivessem recursos financeiros para isso. Essa preocupação com o acesso à formação para o maior número de alunos foi constante ao longo da trajetória da instituição.

A exploração agropecuária neste ano seria intensificada e foram realizados planejamentos adequados e diversos projetos econômicos e de busca de recursos, procurando a melhoria na aprendizagem. “Foram também desenvolvidos com os alunos, com participação financeira, alguns projetos agrícolas orientados, visando melhorar o índice de aprendizagem e procurando dar ao Curso Colegial Agrícola um

[72] Acervo documental da Escola. Pasta de arquivos, arquivo ativo, orçamentos, balanços e relatórios, até o ano 1975.

cunho mais prático".[73] No dia 27 de julho de 1969, seria demitido o diretor Heinrich Otto Sattler e assumiria a direção, em caráter interino, o pastor Berthold Engelhardt.

Ao iniciar a década de 1970, a escola contaria com uma biblioteca composta de um acervo de cerca de 3.778 livros, farto material de pesquisa e leitura à disposição dos alunos. Também foi introduzido um sistema de Bolsas de Estudos Rotativas que favoreceria alunos matriculados no Curso Colegial. Os alunos carentes de recursos poderiam estudar sem precisar custear os seus estudos no momento, sendo que quando formados na qualidade de agrotécnicos devolveriam o valor total de seus estudos, com acréscimos, à escola.

Tratava-se de uma espécie de financiamento que permitiria o estudo dos alunos que não podiam contar com a ajuda dos pais para o custeio das anuidades e gastos com internato. Pagavam o valor, portanto, "após formados e estabelecidos e já percebendo vencimentos."[74] Esta era uma forma encontrada pela instituição para que os alunos que não tivessem condições financeiras não deixassem de estudar. A escola contaria também com a gratuidade total ou parcial para alunos matriculados no Curso Ginasial e no Curso Primário que fossem carentes de recursos financeiros.

Importante também foi o convênio firmado com a Sociedade Escolar Teutônia, que cederia a Escola Primária Dom Pedro II à Fundação Agrícola Teutônia (extinguindo, portanto, a antiga Associação Escolar Teutônia). Nesta escola passariam a ser ministradas as aulas do ensino primário (1ª, 2ª, 3ª e 4ª série do ensino fundamental) e teria importância para a prática do Curso Normal.

> Foi efetivado o convênio com a Sociedade Escolar Teutônia, para cedência da Escola Primária D. Pedro II à Fundação Agrícola Teutônia. Esta escola deverá servir de escola de aplicação aos alunos do Curso Normal.[75]

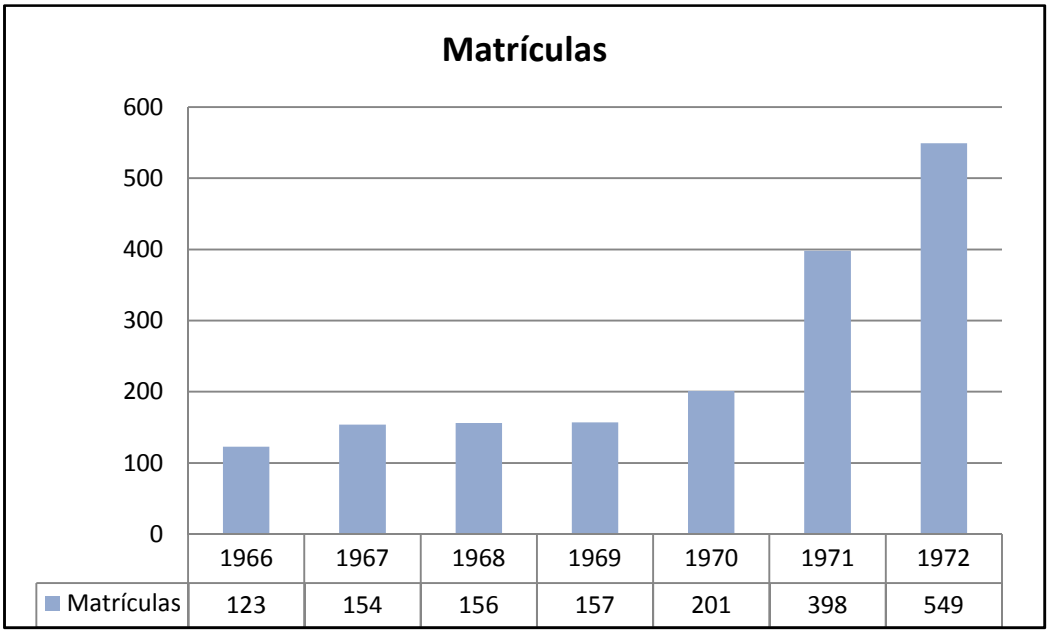
A partir da junção das escolas, em função do aumento do número de alunos, a FAT daria andamento a uma nova forma de organização em seus cursos, no quadro de funcionários e professores. O ano de 1970 iniciaria matriculando um total de 201 alunos, sendo 71 internos e 130 externos, tendo o número de matrículas um

[73] Acervo documental da Escola. Pasta de arquivos, relatórios, ano 1970.
[74] Acervo documental da Escola. Pasta de arquivos, arquivo ativo, orçamentos, balanços e relatórios, até o ano 1975.
[75] Acervo documental da Escola. Pasta de arquivos, arquivo ativo, orçamentos, balanços e relatórios, até o ano 1975.

aumento de 28% em relação ao ano anterior. O quadro docente estaria constituído por 28 professores, sendo 22 do ensino secundário e seis do ensino primário. Durante o decorrer do ano ocorreriam demissões e novas contratações, como já vinha acontecendo anualmente. Neste mesmo ano seria firmado entre a FAT e a Comunidade Evangélica Paz um convênio através do qual o Colégio Agrícola passaria a ministrar o ensino pré-primário e o jardim de infância.

No ano de 1971 o Colégio Agrícola efetuaria 398 matrículas de alunos para os cursos Primário, Ginasial e colegial Agrícola. Em 1972 aumentaria ainda mais o número de matrículas, e a escola passaria a contar com 549 alunos, registrando-se um crescimento de 37,9% nas matrículas. A evolução do número de matrículas entre os anos de 1966 e 1972 consta no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Número de matrículas realizadas no Colégio Teutônia entre 1966 e 1972



Fonte: Acervo documental da escola. Documentos diversos.

Além da oferta de novos cursos e níveis de ensino, contribuiu para este aumento de matrículas a concessão de distintas bolsas de estudos. Foram mantidas as bolsas de estudos rotativas e a gratuidade aos alunos carentes nos cursos fundamental e ginasial, além de uma redução no valor das anuidades. Nesse momento, percebe-se a necessidade de aumentar também o quadro docente, que passa a ser constituído por 30 professores.

Durante reunião da Assembleia Geral Ordinária da FAT, no dia 24 de abril de 1971, o presidente, senhor Seno Dreyer, informaria aos membros presentes que haveria a possibilidade de adquirir uma área de terras de 35.000 braças quadradas. A área, localizada próxima à propriedade da Fundação Agrícola Teutônia, poderia ser comprada através de financiamento ou outra forma de negociação, proposta avaliada e aceita por todos em assembleia.

No dia 27 de julho de 1971, o Conselho Estadual de Educação reconheceria os cursos Primário, Ginasial Agrícola e Colegial Agrícola, de acordo com a portaria de reconhecimento nº 17.956.[76] Esta decisão traria incalculáveis benefícios a esta entidade uma vez que, a partir daquela data, todos os alunos que estariam estudando no colégio receberiam o diploma que lhes daria a plena garantia na atividade profissional. Já no ano de 1972, em 13 de janeiro, o Colégio Agrícola Teutônia seria beneficiado com o decreto nº 69.935, assinado pelo Presidente da República, senhor Emilio Garrastazu Médici, declarando a utilidade pública Federal à entidade.

No ano subsequente, 1973, o Colégio contrataria mais professores, totalizando 35 profissionais que atenderiam ao aumento do número de séries. Aumentava a demanda de alunos no 1º grau: da 1ª a 4ª séries, se matriculariam 119 alunos e de 5ª a 8ª séries cerca de 316 alunos. A demanda de alunos no curso do 1º grau obrigaria a FAT a enfrentar novos desafios. Muitos discentes, por exemplo, enfrentariam problemas de locomoção até a escola, sendo que residiam em localidades bastante distantes. A pedido dos pais e com a autorização da Secretaria de Educação e Cultura, a FAT instalaria escolas na Linha Schmidt, Linha Geraldo e Linha Boa Vista – Languiru, com extensões de 5ª série.

Seria instituído pela FAT, com autorização da Secretaria de Educação e Cultura, para os alunos do 1º grau primeiramente e após para o 2º grau, o mecanismo de “compra de vagas”, que daria ao pai a condição de dar o estudo necessário ao seu filho.

[76] Acervo documental da Escola. Pasta de arquivos, arquivo ativo, orçamentos, balanços e relatórios, até o ano 1975.

> Sensível ao problema educacional, sabiamente a Secretaria de Educação e Cultura introduziu o mecanismo da "Compra de Vagas", primeiro para os alunos do 1º grau e, já a partir de 1973, para os de 2º grau. Desta forma o nosso homem do campo pode, mediante um pequeno desembolso próprio, proporcionar a educação aos filhos, tão indispensável nos dias de hoje. Representa este sistema uma garantia de encaixe regular para as escolas sem, no entanto, cobrir os custos do ensino.[77]

Esta nova forma de possibilitar o acesso de alunos mais carentes ao estudo traria um novo aumento do quadro discente. A Secretaria da Educação, da mesma forma, estaria atenta à necessidade de auxiliar estas famílias carentes, para que os filhos dos mesmos pudessem ter um futuro. Neste mesmo ano, o colégio sofreria danos em algumas de suas estruturas físicas, devido a um temporal, que obrigaria a escola a investir um alto valor no reparo dos danos.

Em 1974, seria implantada a reforma do Ensino também no 2º grau, passando a funcionar a 1ª série de acordo com as exigências da lei. O colégio colocaria à disposição dos alunos, no turno diurno, os cursos de Técnico em Agropecuária, a nível pleno e Auxiliar de Adubação, a nível parcial e, a partir de 1975, passaria a oferecer os cursos no turno da noite. A oferta de novos cursos, e a possibilidade de cursá-los nos distintos turnos do dia, ampliava ainda mais o número de alunos que se credenciavam para estudar na instituição. A abrangência regional, ou seja, os distintos locais de onde esses alunos provinham, contemplava o objetivo quando da fundação da escola, que era de atender aos jovens de todas as cidades do Vale do Taquari.[78]

> "Fornecemos educação e ensino à grande maioria dos alunos do interior do município de Estrela, no 1º grau, e no 2º grau, contamos com jovens de inúmeros municípios do Estado e de outros da região sul."[79]

No ano de 1974, o colégio formaria a última turma do antigo ginásio pois, nos termos da reforma do ensino, seriam unificados o antigo primário com o ginasial. Encerrariam o ano com 43 alunos que concluiriam o curso de Técnico Agrícola. Além

[77] Acervo documental da Escola. Pasta de arquivos, arquivo ativo. Orçamentos, balanços e relatórios até 1975.

[78] Ao analisar as fichas dos alunos matriculados nos cursos técnicos entre os anos de 1960 e 1976, constatamos que os alunos provinham de distintas localidades, dentre as quais: Bom Retiro do Sul, Cachoeira do Sul, Caí, Chapada, Cruzeiro do Sul, Espumoso, Estrela, Lajeado, Marques de Souza, Nova Bréscia, Santa Cruz do Sul, Teutônia, Venâncio Aires, Vitor Graef.

[79] Acervo documental da Escola. Pasta de arquivos, arquivo ativo. Fundação Agrícola Teutônia. Ofício enviado ao Governador do Estado, ano 1977.

deste curso, a partir de 1975, o colégio passaria a oferecer um Curso de Assistente de Administração a nível de 2º Grau, à noite.

O internato, que já funcionava há muitos anos, se transformaria em pensionato, devido ao aumento de alunos que o frequentavam e daqueles que viriam nos anos seguintes. Apresentava-se para a Fundação Agrícola Teutônia uma questão fundamental: de que maneira manter a qualidade do ensino e os objetivos de formação técnica e agrícola diante do aumento tão significativo de alunos? Como contemplar os cursos e modalidades que agora faziam parte do currículo da escola? Pontua-se também a questão financeira, tendo em vista que boa parte dos alunos não pagavam mensalidades e as despesas com os funcionários aumentavam a cada ano.

> "Isto nos preocupa, pois ameaça os objetivos da Fundação Agrícola Teutônia. Ainda não conseguimos um pagamento condigno ao nosso Corpo Docente além de sermos obrigados a constituir séries com o máximo de alunos para a diluição dos custos. A nossa mensalidade está muito aquém do real e mesmo assim, sentimos objeções de muitos pais no pagamento da anuidade além, de outros, por situação econômica, não possuírem os recursos necessários."[80]

Durante o ano de 1976, o exercício financeiro da instituição não seria bom, devido ao fato de que 90% dos alunos matriculados no Colégio Agrícola Teutônia estarem sendo beneficiados pelo sistema de compra de vagas (1º grau) e bolsas de estudos (2º grau). A anuidade paga pelo aluno era simbólica quando comparada ao real custo deste aluno na escola. Neste ano, 21 alunos concluiriam o curso de Técnico em Agropecuária.

A FAT, a duras custas, conseguiria manter a estrutura da escola. Haveria de receber auxílios e bolsas para os seus alunos, receberiam da IECLB o valor de Cr$ 7.609,16 (arrecadados através das coletas dos cultos); da Assembleia Legislativa do Estado, o valor de Cr$ 4.100,00; e, como subvenção do MEC, o valor de Cr$ 5.000,00. A escola beneficiaria neste ano, através dos recursos próprios, muitos alunos com bolsas e auxílios, no valor de Cr$ 41.963,00 e mais o investimento em bolsas e auxílios aos alunos do internato, no valor de Cr$ 25.608,00. Além disto, facilitariam o ensino para inúmeros alunos para o Curso de Técnico em Agropecuária

[80] Acervo documental da Escola. Pasta de arquivos, arquivo ativo, orçamentos, balanços e relatórios, até o ano 1975.

através do sistema de Bolsas Rotativas, finalizando o ano com um montante de Cr$ 68.668,13 investidos.

No ano de 1977, na expectativa para comemorar os 25 anos de existência da FAT, há grande preocupação de seus representantes legais, considerando-se os desafios impostos à instituição, e as características do momento vivido.

> "O Colégio Agrícola Teutônia como centro de educação e ensino do distrito e como escola reconhecida em todo o sul do país pela sua eficiência e seriedade no ensino agrícola, no ano em que a sua mantenedora, Fundação Agrícola Teutônia, completa 25 anos de existência, necessita mais do que nunca do trabalho, da dedicação e do empenho de todos os elementos que aqui servem. Com aproximadamente 750 alunos matriculados, não poderá esmorecer em vista dos obstáculos que certamente surgirão."[81]

Ao completar seus 25 anos de história, a instituição estava consolidada. Sua influência e reconhecimento na área do ensino agrícola tinham, inclusive, superado as fronteiras do Vale do Taquari, região para a qual ela foi pensada. A escola contaria neste ano letivo de 1977 com um quadro de 41 professores, que atendiam mais de 700 alunos. De acordo com a legislação, o nome da escola sofreria nova alteração, e passaria do atual Colégio Agrícola Teutônia a ser denominada de Colégio Teutônia – Escola de 1º e 2º Graus.

Da mesma forma, seria aprovado o regimento interno que legalizaria os cursos de 1º grau e os cursos de Assistente de Administração, Auxiliar de Contabilidade, Técnico em Agropecuária e Auxiliar de Adubação. O pastor e diretor da entidade deixaria o cargo e assumiria em seu lugar o professor Godofredo Lagemann, que já vinha exercendo a função de professor no Colégio Teutônia.

No dia 17 de julho de 1977 foram comemorados os 25 anos de existência da Fundação Agrícola Teutônia, mantenedora do atual Colégio Teutônia, e diversas promoções seriam realizadas para arrecadar fundos. No ato festivo se fariam presentes diversas autoridades, entre eles estaria o Vice-Governador do Estado e o pastor Presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (ANEXO E,

[81] Acervo documental da Escola. Pasta de arquivos, relatórios, ano 1977.

F e G). Com a festa foram arrecadados cerca de Cr$ 40.308,80, dinheiro que seria investido no encanamento de água do colégio.

Desde o início do funcionamento da escola, em 1952, muito se fez. Foi necessário erguer a estrutura física desta instituição, mas, sobretudo, constituir o seu espaço de atuação. Para isso, foi necessário o trabalho coletivo de um grupo de pessoas que atribuiu importância ao ensino agrícola, com o objetivo de estimular a economia rural do Vale do Taquari. Decorridos 25 anos e realizadas várias mudanças, os seus representantes tinham ainda uma visão otimista em relação ao futuro do colégio. Apesar das dificuldades financeiras, a mesma estaria cumprindo a sua finalidade – reconhecia-se na escola o seu papel transformador. Na educação dos filhos dos agricultores estariam as possibilidades de desenvolvimento dos municípios da região.

> "Há 25 anos era instituída pela Comunidade Evangélica da Paz de Teutônia a Fundação Agrícola Teutônia, hoje mantenedora do Colégio Agrícola Teutônia, com o objetivo de manter e dinamizar estabelecimentos de ensino, voltados fundamentalmente para o homem rural. O nosso agricultor, localizado em típica região de minifúndio, necessitava, naquela época e hoje ainda, de novas técnicas e conhecimentos a fim de que possa alcançar melhores índices sócio-econômicos. Na educação de seus filhos está a solução de inúmeros dos seus problemas.[82]

Ao reconstituir a trajetória deste educandário percebe-se o papel social que a instituição exerceu na região do Vale do Taquari. Num momento em que a agricultura representava a base da economia local, o ensino agrícola se apresentaria como possibilidade de remodelar e desenvolver o setor. As condições para uma vida melhor estavam no desenvolvimento das pequenas propriedades rurais que caracterizavam a região, e o crescimento das mesmas dependia de uma formação específica que poderia ser dada aos filhos destes agricultores.

[82] Acervo documental da Escola. Pasta de arquivos, arquivo ativo. Ofício enviado ao Governador, ano de 1977.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar o trabalho de monografia, a pesquisa tinha o intuito de analisar todo o período de funcionamento do Colégio Teutônia, ou seja, seus 62 anos de atuação como instituição educativa. No entanto, devido à quantidade de fontes disponíveis para a pesquisa e com a percepção de que a partir da década de 1980 a escola passa a atender, sobretudo, aos alunos do curso regular, definiu-se como período de estudo os primeiros 25 anos da instituição, período compreendido entre 1952 e 1977. Ou seja, o objetivo deste trabalho foi de conhecer o processo de criação do atual Colégio Teutônia e as características vinculadas ao ensino técnico agrícola.

A diversidade de fontes consultadas, dentre as quais os relatórios, livros ponto, documentos da contabilidade, escrituras, ofícios, circulares, planos pedagógicos, estatutos, fichas de matrícula e os livros de atas permitiram conhecer o contexto de criação do educandário e os agentes envolvidos nesse processo. Da mesma forma, procurou-se conhecer as características, organização e estrutura da Escola Técnica Rural que, a partir de 1966, é chamada de Colégio Agrícola Teutônia. Em 1977, o nome seria alterado para Colégio Teutônia, denominação que perdura até os dias atuais.

No Capítulo 1 apresentou-se o histórico e legislação sobre o ensino técnico agrícola e os cursos rurais no Brasil. A sua estruturação estará diretamente vinculada ao projeto de modernização da economia do país. Nesse sentido, o ensino seria responsável por revitalizar a economia agrícola que andava enfraquecida, e a solução encontrada seria promover um ensino direcionado ao setor agrícola. A região do Vale do Taquari mereceu uma atenção especial, mapeando-se o contexto de criação da Escola Técnica Rural, no ano de 1952, na Vila de Teutônia.

No início do século XX, pontua-se a necessidade de uma solução na produção agrícola do país, ou seja, seriam construídas escolas para revitalizar a economia rural. A proposta era de que os alunos que ingressariam nestes educandários receberiam a formação necessária para que pudessem aplicar as novas técnicas nas suas propriedades agrícolas. A região do Vale do Taquari será privilegiada com uma escola técnica rural, graças ao empenho de diversos idealizadores que não mediriam esforços para criar esta escola, que desempenharia seu papel principal de transmitir os conhecimentos necessários para a formação dos técnicos rurais.

No Capítulo 2 é apresentado o contexto de criação e os agentes envolvidos no processo de constituição da Escola Técnica Rural. A partir de 1952, quando é criada a Fundação Agrícola Teutônia, que seria a mantenedora da escola, demonstra-se a sua importância e o papel que a escola desempenharia no cenário agrícola do Vale do Taquari. Faz-se um resgate da história desta instituição, bem como as mudanças ocorridas na sua estrutura física, corpo docente e diretrizes curriculares, até o ano de 1966.

Evidenciou-se neste capítulo a real importância desta Escola Técnica Rural ao quadro econômico do Estado, promovendo melhorias na produção agrícola. A escola exercerá seu papel de ensinar a seus alunos todos os conhecimentos necessários para que, ao retornarem para as suas propriedades agrícolas, pudessem fazer uso e aplicar estes conhecimentos. Ao passar dos anos nota-se que a escola muito evoluiu, desde sua estrutura física e organizacional até a educacional, com a finalidade de atender um número cada vez maior de alunos.

Esse crescimento expressivo do número de alunos foi mapeado no Capítulo 3, que apresenta o desenvolvimento da escola até 1977. Esse crescimento do número de matrículas acontece, pois além de serem permitidas as matrículas femininas, também são ofertados novos cursos e modalidades de ensino, contemplando o ensino regular. A oferta de bolsas de estudo também foi uma política que permitiu o ingresso de um maior número de alunos na instituição. Mapeiam-se as mudanças na organização curricular, os cursos que o colégio passa a oferecer, o reordenamento do espaço físico e a ampliação de recursos para as aulas. Nesse

sentido, a escola afirma-se e ocuparia seu lugar de destaque na região do Vale do Taquari.

Ao descrever as características da região do Vale do Taquari, o presente trabalho seria direcionado para recontar a história da criação da Escola Técnica Rural, perpassando o início, a mudança estrutural na parte física e por fim a regulamentação de seu curso técnico através da legislação vigente. Constatou-se o grande envolvimento da comunidade local, e o desafio em manter esta instituição através de suas lutas, conquistas e preocupações, o que culmina numa escola agrícola com merecedor destaque na região.

A Escola foi criada para atender a uma demanda bastante específica: o ensino agrícola. Numa região na qual a economia estava diretamente vinculada ao setor agrícola, possibilitar a formação dos filhos dos agricultores tornava-se uma iniciativa valiosa. Nos discursos dos diretores da escola, fica evidente o propósito de contribuir para o desenvolvimento do Vale do Taquari, a partir da oferta de qualificação para os jovens que viviam no meio rural.

Por fim, destaca-se que a pesquisa foi realizada com muito empenho e dedicação, com a intenção de deixar o registro histórico dessa importante etapa do cenário educativo do Vale do Taquari. O Colégio Teutônia ainda hoje é uma das mais importantes instituições educativas da região, e sua vinculação com o ensino técnico e agrícola (ainda em 2014 é oferecido o curso de Técnico em Agropecuária) conferem-lhe um diferencial perante outras instituições de ensino. A grande quantidade de fontes, que não foram exploradas nesta pesquisa, permite e estimula a continuidade do trabalho de resgate histórico da trajetória da instituição.

FONTES CONSULTADAS

-COLÉGIO TEUTÔNIA. Acervo Documental da Secretaria. Livro de Atas nº 1.
-COLÉGIO TEUTÔNIA. Acervo Documental da Secretaria. Livro de Atas nº 3.
-COLÉGIO TEUTÔNIA. Acervo Documental do Arquivo. Pasta de arquivos, arquivo ativo.
-COLÉGIO TEUTÔNIA. Acervo Documental do Arquivo. Pasta de arquivos, documentos antigos.
-COLÉGIO TEUTÔNIA. Acervo Documental do Arquivo. Portarias e pareceres.
-COLÉGIO TEUTÔNIA. Acervo Documental do Arquivo. Livros ponto.
-COLÉGIO TEUTÔNIA. Acervo Documental do Arquivo. Documentos dos Cursos técnicos rurais.
-COLÉGIO TEUTÔNIA. Acervo Documental do Arquivo. Documentos de contabilidade.
-COLÉGIO TEUTÔNIA. Acervo Documental do Arquivo. Folhas de pagamentos.
-COLÉGIO TEUTÔNIA. Acervo Documental do Arquivo. Livros-diário.
-COLÉGIO TEUTÔNIA. Acervo Documental do Arquivo. Arquivo ativo Fundação Agrícola Teutônia
-COLÉGIO TEUTÔNIA. Acervo Documental do Arquivo. Escrituras da FAT.
-COLÉGIO TEUTÔNIA. Acervo Documental do Arquivo. Rescisões de contratos.
-COLÉGIO TEUTÔNIA. Acervo Documental do Arquivo. Orçamentos, balanços e relatórios.
-COLÉGIO TEUTÔNIA. Acervo Documental do Arquivo. Ofícios e circulares.
-COLÉGIO TEUTÔNIA. Acervo Documental do Arquivo. Implantação da reforma de ensino.

-COLÉGIO TEUTÔNIA. Acervo Documental do Arquivo. Planos pedagógicos e regimentos.
-COLÉGIO TEUTÔNIA. Acervo Documental do Arquivo. Departamento de educação IECLB.
-COLÉGIO TEUTÔNIA. Acervo Documental da Secretaria. Livros de atas (Conselho curador – FAT – professores).
-COLÉGIO TEUTÔNIA. Acervo Documental do Arquivo. Livro de posse e desligamento.
-COLÉGIO TEUTÔNIA. Acervo Documental do Arquivo. Estatutos da FAT.
-COLÉGIO TEUTÔNIA. Acervo Documental do Arquivo. Livro de ex- funcionários.
-COLÉGIO TEUTÔNIA. Acervo Documental do Arquivo. Matrículas de ex-alunos.
-COLÉGIO TEUTÔNIA. Acervo Documental da Secretaria. Livros da 1ª, 2ª e 3ª séries - Escola Agrícola Teutônia – vida escolar (1955 a 1962) com as matérias cursadas e notas.
-COLÉGIO TEUTÔNIA. Acervo Documental do Arquivo. Relatórios vida escolar.
-COLÉGIO TEUTÔNIA. Acervo Documental da Secretaria. Coletânea de Legislação Federal de Ensino.
-COLÉGIO TEUTÔNIA. Acervo Documental da Secretaria. Regimentos pareceres portarias.
-COLÉGIO TEUTÔNIA. Acervo Documental da Secretaria. Legislação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Leonice Aparecida de Fátima. **Estado, educação e modernização agrária: o papel da escola de Engenharia de Porto Alegre (RS: 1889-1930).** Disponível em: <http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/estado%20educacao%20modernizacao.pdf>. Acesso em: 30 out. 2014.

BARDEN, Júlia Elisabete; AHLERT, Lucildo; (Orgs.). **Fluxos migratórios e distribuição da renda interna na evolução da economia do Vale do Taquari no período de 1930-70.** Disponível em:**<**http://www.cicvaledotaquari.com.br/portal/wpcontent/uploads/fluxos_migratorios_jornadas.pdf.> Acesso em: 02 jul. 2014.

BECKER, Augusto. **Teutônia, terra da gente**. Teutônia: O Autor, 2005. v.1.

CAMPOS, Carlos Henrique. **O município de Teutônia:** o histórico do processo emancipacionista. Teutônia: O Autor, 2013.

CHEMIN, Beatris F. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos:** planejamento, elaboração e apresentação. 2. ed. Lajeado: Univates, 2012.

COELHO, Carlos Dinarte; RECH, Luiz Roberto Dalpiaz. **Técnico Agrícola:** formação e atuação profissional. Porto Alegre: Impr. Livre, 2000.

COELHO, Carlos Dinarte; RECH, Luiz Roberto Dalpiaz. **Técnico Agrícola:** legislação profissional. 4. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2005.

CORRÊA, Anderson Romário Pereira. **O Patronato de Alegrete:** controle social e formação de mão-de-obra para os estancieiros. Disponível em: < http://estrategiaeanalise.com.br/historia-pampeana/o-patronato-de-alegrete:-controle-social-e-forma%C3%87%C3%83o-de-m%C3%83o-de-obra-para-os-estancieiros.,72df4d94bd7a8e44998f9353e25bf545+01.html>. Acesso em: 30 out 2014.

DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. As ciências na História Brasileira. **Ciência e Cultura,** São Paulo, v. 57, n. 1, jan./mar. 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000100014&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 out. 2014.

DREHER, Martin N. **Breve histórico do ensino privado gaúcho.** São Leopoldo: Oikos, 2008.

DREHER, Martin N. **Igreja e germanidade:** estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo: Sinodal, 1984.

GATTI JÚNIOR, Décio. Apontamentos sobre a pesquisa histórico-educacional no campo das instituições escolares. **Cadernos de História da Educação,** Uberlândia, v. 1. - n. 1, jan./dez. 2002. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/302>. Acesso em: 02 jul. 2014.

GATTI JÚNIOR, Décio. História e historiografia das instituições escolares: percurso de pesquisas e questões teórico-metodológicos. **Revista Educação em Questão,** Natal, v. 28, n. 14, p. 172-191, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://gephisnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/historia_e_historiografia_da_isntituicoes_escolares-percurso_de_pesquisa_e_questoes_teorico-metodologicas.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2014.

GERHARDT, Ruben. **Colonização de Teutônia e Corvo:** imigração alemã no sul do Brasil. Lajeado: Univates, 2004.

GONÇALVES, Mônica Alves; SILVA, Maria Aparecida da. (Orgs.). **Trabalho e educação:** o ensino profissional e o desenvolvimento rural. Disponível em:<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/view/857>. Acesso em: 02 jul. 2014

GRITTI, Silvana Maria. **Educação Profissional rural:** formação técnica. 2008. v. 33. Disponível em:<http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2008/01/a8.htm>. Acesso em: 29 jun. 2014.

HERRLEIN JUNIOR, Ronaldo. **A trajetória do desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/eeg/1/mesa_1_herrleinjr.pdf>. Acesso em: 30 out. 2014.

HESSEL, Lothar. **O município de Estrela:** história e crônica. Porto Alegre. UFRGS, 1983.

HUPPES, Ivete (Org.). **Vale do Taquari**: sinais de uma identidade. Lajeado: Univates, 2002.

LANG, Guido. **Colônia Teutônia:** história e crônica: 1898-1908**.** São Leopoldo. Sinodal, 1995.

MAGEDANZ, Ariberto. **Linha Clara, Teutônia e os 180 anos da imigração alemã no Rio Grande do Sul**. Teutônia: O Autor, 2004.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **A dupla dicotomia do ensino agrícola no Brasil (1930-1960).** Disponível em:**<**http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/download/271/267>. Acesso em: 29 jun. 2014.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **As políticas de educação rural do Ministério da Agricultura (1945-1961).** Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042010000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 29 jun. 2014.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Conflitos intraestatais e políticas de Educação Agrícola no Brasil (1930-1950).** Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/download/1233/1020>. Acesso em: 29 jun. 2014.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Ensino Agrícola no Brasil**: da dimensão escolar ao extensionismo – assistencialismo (1930-1950). Disponível em:<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/12/17-GT-Sonia-Mendon%23U00e7a.doc.> Acesso em: 29 jun. 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **(Re)significação do Ensino Agrícola da Rede Federal da Educação Profissional e Tecnológica:** Documento Final. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?gid=6470&option=com_docman&task=doc_download>. Acesso em: 29 jun. 2014.

OLIVEIRA, Gleice Izaura da Costa. **Ensino agrícola na Era Vargas**: o currículo prescrito da escola de iniciação agrícola Manoel Barata. Outeiro, PA. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/630.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2014.

VALE DO TAQUARI. **Portal do Vale do Taquari.** Disponível em:< www.cicvaledotaquari.com.br/portal/wp-content/uploads/fluxos_migatorios_jornadas.pdf>. Acesso em: 30 out. 2014.

Prefeitura Municipal de Teutônia. **Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.** Disponível em: <http://www.teutonia.com.br/?op=agricultura>. Acesso em: 28 out. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEUTÔNIA. **Economia**. Disponível em: <http://www.teutonia.com.br/?op=economia>. Acesso em: 28 out. 2014.
RESGATANDO a formação étnica do Vale: Cultura em Ação. Fascículo 1

Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, Brasília, v. 2, n. 2, nov. 2009. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000013581.pdf.>. Acesso em: 29 jun. 2014.

190 ANOS da Imigração Alemã no Brasil. Suplemento encartado na edição da Folha Popular, Teutônia, 25 jul. 2014.

SÁ, Jean Magno Moura de Sá. **O público e o privado no ensino agrícola no Maranhão:** do início ao ruralismo pedagógico. Disponível em:**<**http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada9/_files/ptGlPUEN.doc>. Acesso em: 29 jun. 2014.

SANCHES, Maria Cristina. **Políticas públicas**: regulamentação do ensino técnico profissional na Era Vargas (1930-1945), 2012. Disponível em: <http://www.dfe.uem.br/TCC/Trabalhos_2012/MARIA_CRISTINA_SANCHES.PDF>. Acesso em: 29 jun. 2014.

SCHIERHOLT, José Alfredo. **Estrela:** ontem e hoje. Lajeado: O Autor, 2002.

SILVA, Júnior César da. **Fundamentos da história das instituições escolares**. Disponível em:<http://www.fiar.com.br/revista/pdf/1311878709FUNDAMENTOS_DA_HISTRIA_DAS_INSTITUIES_EDUCACIONAIS4e31ae35496c6.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2014.

SILVA, Maria do Socorro. **Educação do Campo e Desenvolvimento:** uma relação construída ao longo da história. Disponível em:< http://www.contag.org.br/imagens/f299Educacao_do_Campo_e_Desenvolvimento_Sustentavel.pdf>. Acesso em: 30 out 2014.

SOARES, Lindamar Etelvino Santos. **Análise do poder disciplinador das escolas agrícolas (1947-1956).** Disponível em:<http://www.ie.ufmt.br/ppge/dissertacoes/index.php?op=download&id=82>. Acesso em: 29 jun. 2014.

Sociedades de Canto no Vale do Taquari: história e tradição. **Revista Cultura em Ação**, 1991.

SOMMER, Arno. **Reminiscências da Colônia Teutônia:** Estrela, décadas 20 e 30. São Leopoldo: Rotermund, 1984.

SOUZA, Isa Fernandes de. **Análise do distanciamento entre a escola Agrotécnica Federal de Araguatins e os assentamentos do Bico do Papagaio.** 2009. Disponível em: <http://www.ia.ufrrj.br/ppgea/dissertacao/Isa%20Fernandes%20de%20Souza.pdf.>. Acesso em: 29 jun. 2014.

SOUZA, Mariana Pecoraro de; GATTI JÚNIOR, Décio. **História, história da educação e instituições escolares:** aspectos teórico-metodológicos. Disponível em:<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis15/art12_15.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2014.

VICENTE, Magda de Abreu. **O Patronato agrícola Visconde da Graça em Pelotas-RS (1923-1934):** gênese e práticas educativas. Disponível em: < http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=190855>. Acesso em: 30 out 2014.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; BRITO, Lenir Marina Trindade de Sá; COLAU, Cinthia Merl. (Orgs.). Espaço escolar e história das instituições escolares. **Diálogo Educ**., Curitiba, v. 7, n. 22, p. 147-163, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=1579&dd99=pdf>. Acesso em: 02 jul. 2014.

ANEXOS

ANEXO A - Primeiras instalações (prédio doado pela Prefeitura Municipal de Estrela no ano de 1952, onde a Escola passaria a funcionar a partir de 1953). 99

ANEXO B - Inauguração do prédio 1, nova instalação do Colégio Agrícola Teutônia (meados de 1954). 99

ANEXO C - Vista panorâmica dos fundos do prédio 1. 100

ANEXO D - Inauguração do prédio 1 (vista panorâmica da frente). 100

ANEXO E - Visita do governador Leonel Brizola (ano 1977).....101

ANEXO F - Almoço festivo com presença do Vice-Presidente da República João Goulart, ao centro e a direita, Leonel Brizola (inauguração do prédio 1) no ano de 1977. 101

ANEXO G – Vice- Presidente da República, João Goulart em visitação às instalações do Colégio Agrícola Teutônia (inauguração do prédio 1), ano de 1977. 102

ANEXO H - Imagem da construção do prédio 2 (frente) – início no ano de 1955 e término no ano de 1960. 102

ANEXO I -Imagem nº 1 e nº 4 – Alunos na lida do campo 103

ANEXO J - Imagem nº 2 e nº 3 - Alguns equipamentos agrícolas adquiridos pelo Colégio Agrícola Teutônia. 103

ANEXO K -Vaca leiteira 104

ANEXO L - Porcos 104

ANEXO M - 1ª Turma de formandos do Curso Técnico Rural (1956) 105

ANEXO N - 1ª Turma de formandos do Ginásio Agrícola (1964) 106

ANEXO O - Atestado.....107

ANEXO P – Ficha individual de identificação e qualificação 108

ANEXO Q – Certificado de registro de professor licenciado, Professor Gustavo Adolpho Hunrich George Simon.....109

ANEXO A - Primeiras instalações (prédio doado pela Prefeitura Municipal de Estrela no ano de 1952, onde a Escola passaria a funcionar a partir de 1953).

ANEXO B - Inauguração do prédio 1, nova instalação do Colégio Agrícola Teutônia (meados de 1954).

ANEXO C - Vista panorâmica dos fundos do prédio 1.

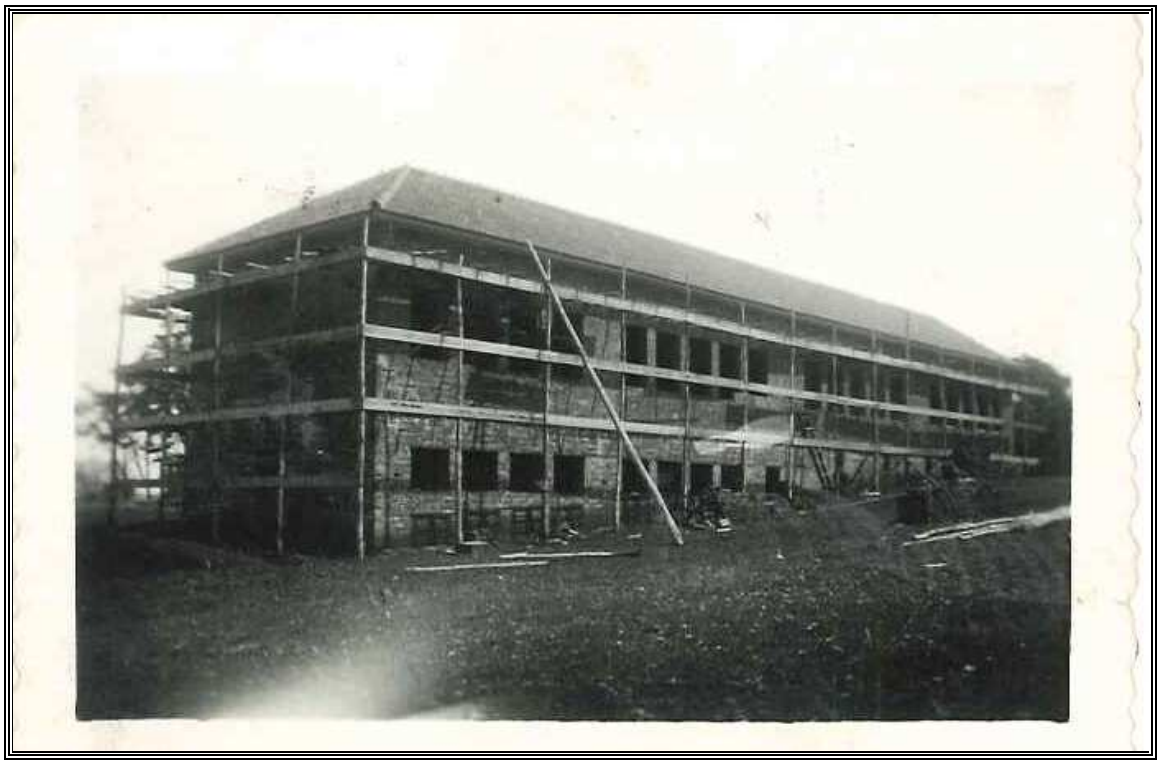
ANEXO D - Inauguração do prédio 1 (vista panorâmica da frente).

ANEXO E - Visita do governador Leonel Brizola (ano 1977).

ANEXO F - Almoço festivo com presença do Vice-Presidente da República João Goulart, ao centro e a direita, Leonel Brizola (inauguração do prédio 1) no ano de 1977.

ANEXO G – Vice- Presidente da República, João Goulart em visitação às instalações do Colégio Agrícola Teutônia (inauguração do prédio 1), ano de 1977.

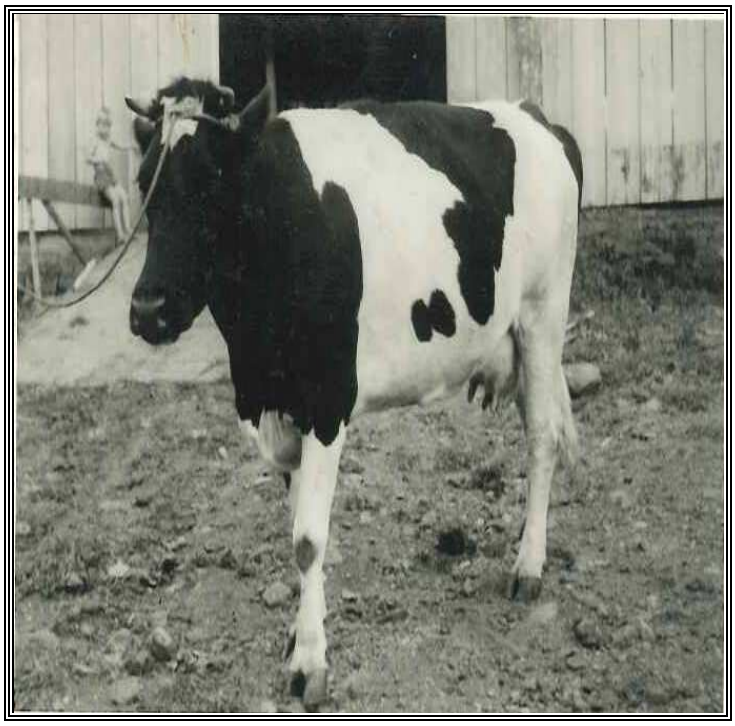
ANEXO H - Imagem da construção do prédio 2 (frente) – início no ano de 1955 e término no ano de 1960.



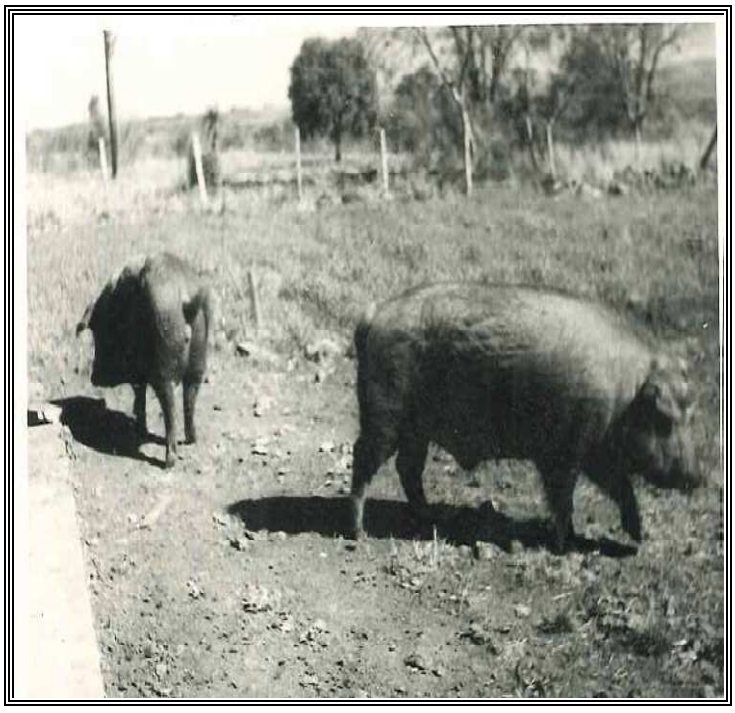
ANEXO I -Imagem nº 1 e nº 4 – Alunos na lida do campo

ANEXO J - Imagem nº 2 e nº 3 - Alguns equipamentos agrícolas adquiridos pelo Colégio Agrícola Teutônia.

ANEXO K -Vaca leiteira



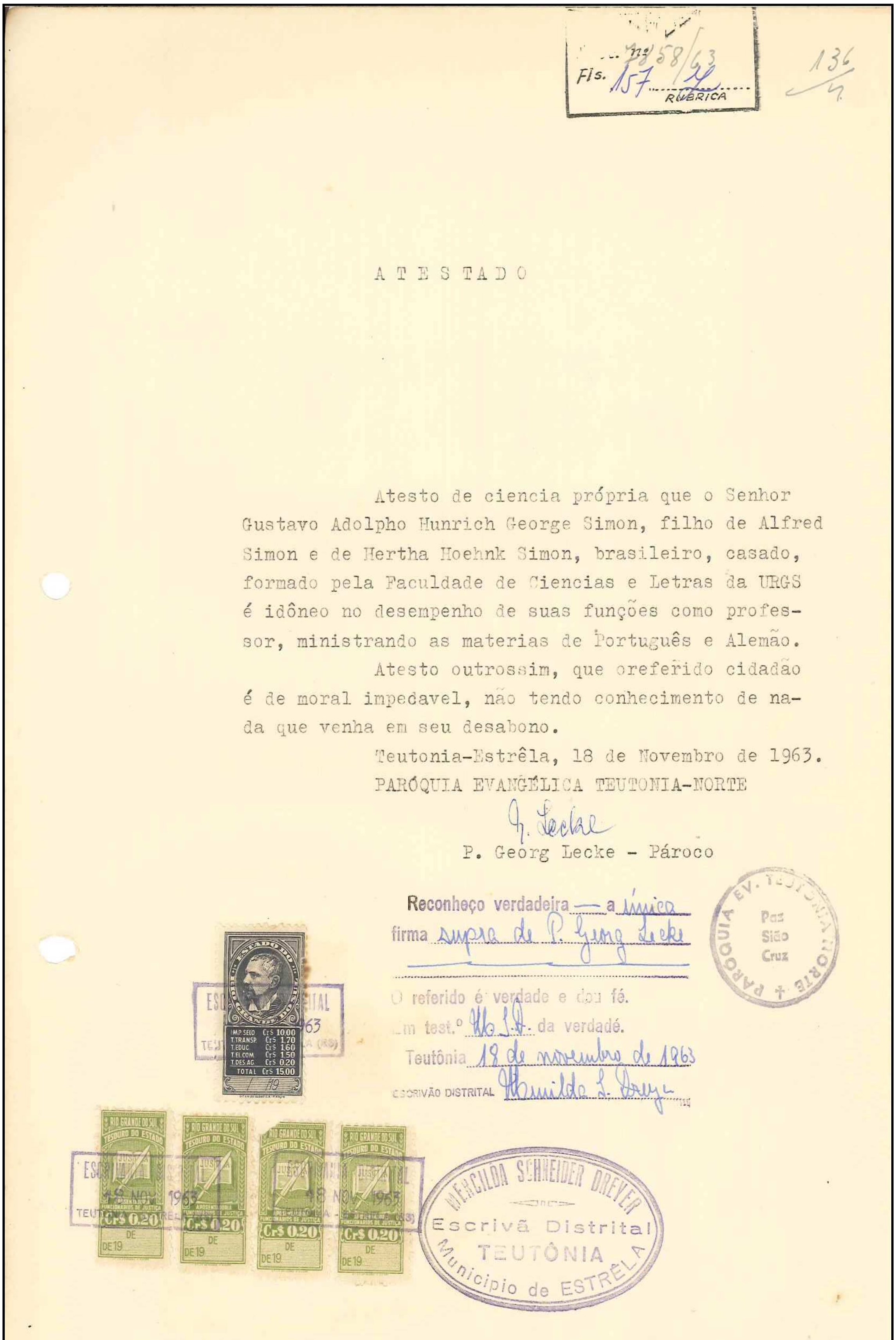
ANEXO L - Porcos



ANEXO M - 1ª Turma de formandos do Curso Técnico Rural (1956)

ANEXO N - 1ª Turma de formandos do Ginásio Agrícola (1964)

ANEXO O - Atestado



Fls. 157 nº 58/63 RUBRICA

136

A T E S T A D O

Atesto de ciencia própria que o Senhor Gustavo Adolpho Hunrich George Simon, filho de Alfred Simon e de Hertha Hoehnk Simon, brasileiro, casado, formado pela Faculdade de Ciencias e Letras da URGS é idôneo no desempenho de suas funções como professor, ministrando as materias de Português e Alemão.

Atesto outrossim, que oreferido cidadão é de moral impecavel, não tendo conhecimento de nada que venha em seu desabono.

Teutonia-Estrêla, 18 de Novembro de 1963.

PARÓQUIA EVANGÉLICA TEUTONIA-NORTE

G. Lecke

P. Georg Lecke - Páraco

Reconheço verdadeira a única firma supra de P. Georg Lecke

O referido é verdade e dou fé.

Em test.º da verdade.

Teutônia 18 de novembro de 1963

ESCRIVÃO DISTRITAL

PARÓQUIA EV. TEUTONIA NORTE — Paz Sião Cruz

MERCILDA SCHNEIDER DREVER — Escrivã Distrital — TEUTÔNIA — Município de ESTRÊLA

ANEXO P – Ficha individual de identificação e qualificação

Escola Técnica Rural
Mantida pela F. A. T.

CAIXA POSTAL, 210 — ESTRÊLA
Vila Teutônia - Estrêla - Rio Gr. do Sul

CPDE
Proc. nº 7858/63
Fls. 138
RUBRICA

118/71

FICHA INDIVIDUAL DE
IDENTIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

NOME DO PROFESSOR: Gustavo Adolpho Hunrich George Simon

FILIAÇÃO: Pae: Alfred Simon

Mãe: Hertha Hoehnk Simon

ESTADO CIVIL: Casado Idade: 33 anos.

DATA DO NASCIMENTO: 19 de Outubro de 1930

NACIONALIDADE: Brasileira -LUGAR DO NASCIMENTO: Pelotas RS

DATA DA ADMISSÃO: 1/3/1963 - TEMPO DE ATIVIDADE DIDÁTICA: 8 anos

CARGO QUE OCUPA: Professor

EMPREGADOR: Fundação Agrícola Teutonia

Cursos que Possue: Faculdade de Ciências e Letras da URGS

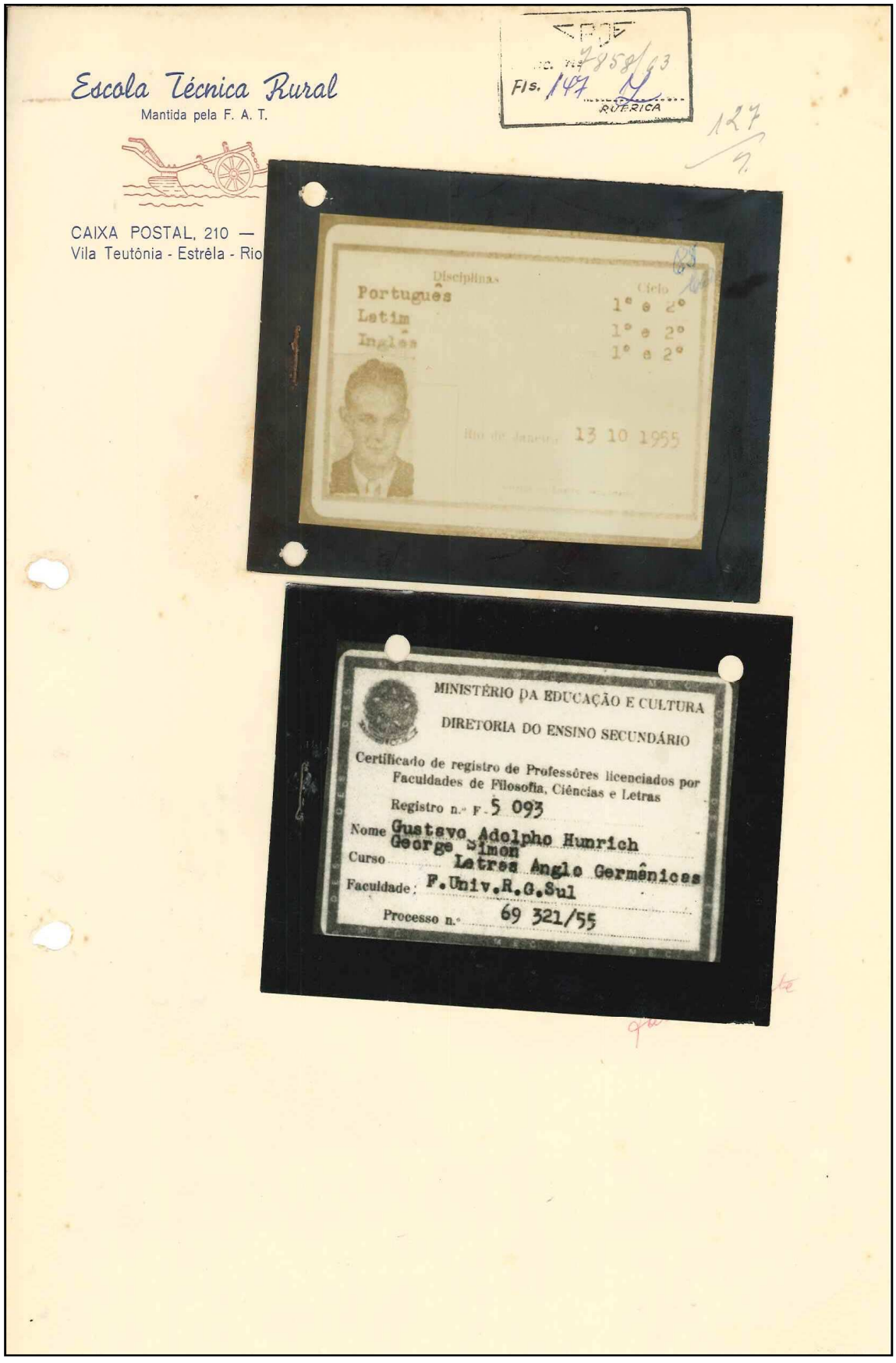
Registro nº: F-3093 - Outros Cursos:

TOTAL DE AULAS SEMANAIS: 30 (trinta) aulas.

MINISTRA AS DISCIPLINAS DE:

Português e Alemão

ANEXO Q – Certificado de registro de professor licenciado, Professor Gustavo Adolpho Hunrich George Simon



Escola Técnica Rural
Mantida pela F. A. T.

CAIXA POSTAL, 210 —
Vila Teutônia - Estrêla - Rio

Fls. 147

127

Disciplinas — Ciclo
Português — 1º e 2º
Latim — 1º e 2º
Inglês — 1º e 2º

Rio de Janeiro 13 10 1955

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIRETORIA DO ENSINO SECUNDÁRIO

Certificado de registro de Professôres licenciados por Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras

Registro n.º F-5 093
Nome Gustavo Adolpho Hunrich George Simon
Curso Letras Anglo Germânicas
Faculdade: F.Univ.R.G.Sul
Processo n.º 69 321/55